



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL PPGHS

LARISSA JORGE GONÇALVES MENEZES SILVA

**“O SOBERANO ECONÔMICO DO MUNDO”: QUESTÕES SOBRE A
EXPROPRIAÇÃO DO PETRÓLEO MEXICANO (1938) ATRAVÉS DA IMPRENSA
BRASILEIRA**

Fortaleza, 27 de novembro de 2018

LARISSA JORGE GONÇALVES MENEZES SILVA

**“O SOBERANO ECONÔMICO DO MUNDO”: QUESTÕES SOBRE A
EXPROPRIAÇÃO DO PETRÓLEO MEXICANO (1938) ATRAVÉS DA IMPRENSA
BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social. Linha de Pesquisa: Cultura e Poder.

Orientadora: Dra. Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo

Fortaleza, 27 de novembro de 2018

LARISSA JORGE GONÇALVES MENEZES SILVA

“O SOBERANO ECONÔMICO DO MUNDO”: QUESTÕES SOBRE A
EXPROPRIAÇÃO DO PETRÓLEO MEXICANO (1938) ATRAVÉS DA IMPRENSA
BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Social do Departamento de História da
Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em História. Área de
concentração: História Social. Linha de Pesquisa: Cultura e
Poder. Orientadora: Dra. Ana Amélia de Moura Cavalcante
de Melo

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Para você, leitor, essa é uma das primeiras páginas dessa dissertação. Para mim, que escrevo, esses agradecimentos são a última etapa de um longo processo. Nos encontramos em um ponto essencial, onde eu olho para trás e contemplo um caminho cheio de aprendizados, frustrações, descobertas, renovações espontâneas e obrigatórias. Cada parágrafo que você vai percorrer, caro leitor, é um passo desse caminho que andei, sempre de mãos dadas com alguém. Eu nunca estive sozinha e eu jamais poderia concluir essa etapa sem agradecer algumas pessoas que tornaram o percurso mais fácil, que me acrescentaram, que contribuíram para que eu estivesse aqui, agora.

À minha família, minha gratidão pelo meu ser e estar no mundo, porque o tanto que sou hoje vem da imensidão que vocês são. À Maria, minha mãe, que é um dom, uma força que me alerta para cada sentido dessa vida, que me deu seus sonhos, seu tempo, sua sabedoria, que dedica a mim tudo de melhor que ela tem. Mãe, minha infinita e eterna gratidão por me permitir chegar até aqui, por nunca ter deixado de acreditar na minha capacidade, por nunca ter perdido a fé mesmo diante das dores físicas e da alma, por ter sido rocha, abrigo, onde sempre encontrei tudo que era preciso. Eu te amo além de mim. Ao meu irmão Gustavo, por todas as horas de espera nas emergências dos hospitais, por todas as idas e vindas à UFC, minha gratidão por me ajudado nessa caminhada e feito isso com um bom-humor matinal que eu ainda vou conseguir ter igual. Obrigada pelas brincadeiras, pelos apelidos e, principalmente, por ser essa inspiração de profissional obstinado e determinado. Ao meu irmão Henrique, pelas acolhidas sempre que fui a São Paulo apresentar meus trabalhos acadêmicos, pelo cuidado e pelo carinho nas minhas estadias, eu te perdoo por estar morando longe e fazer nossa casa não ser a mesma sem você. E sou extremamente grata por ter eternizado na minha pele, com o seu enorme talento, o meu amor pela história do México. À minha cunhada Andréa, minha gratidão pelas conversas, pelas trocas de afeto e cuidado, pelos conselhos e pelas implicâncias sempre cheias de carinho. À minha cunhada Analu, minha gratidão pela doçura, pela preocupação com o bem-estar do meu corpo, da minha alma e da minha mente, pela sua meiguice que sempre encanta e aquece meu coração. Eu me sinto presenteada por ter vocês comigo nessa estrada.

À Profa. Dra. Ana Amélia, minha querida orientadora, que desde o primeiro contato foi o ser humano mais doce e gentil que a Universidade me permitiu conhecer. Quão difícil é mensurar minha gratidão por todo cuidado e atenção que a senhora dedicou a mim nesses anos

que passamos juntas. Agradeço imensamente por ter abraçado meu amor pela história do México logo de início, por ter me apoiado e me ajudado em cada passo, em cada dificuldade, por ter sempre uma palavra de incentivo quando o desânimo parecia irreversível, por ter sido tão companheira e amiga. Agradeço as orientações feitas com tanta dedicação, os encontros e as conversas sempre inspiradoras e revigorantes. Agradeço, sobretudo, a profissional exímia que a senhora é: tê-la como orientadora é uma honra e uma grande inspiração. Muito obrigada por tudo.

Ao professor Dr. Jailson Pereira, o grande responsável pela minha paixão por história da América Latina, minha enorme gratidão. Era 2011 quando ele chegou de Recife para ser professor da Universidade Federal do Ceará. E quis o destino que eu fosse sua aluna na disciplina de História da América, primeira turma na sua cidade nova. Não foi nada difícil me encantar pela forma como as palavras fluíam daquele professor de sotaque recifense, como se cada uma delas soubesse exatamente qual era o seu par e qual a hora de ir para o mundo. Com ele me apaixonei pela América, pelos astecas, pela doce e intrigante arte de conhecer a alteridade, de respeitar o diferente. Agradeço você, Jailson, por acolher minhas dúvidas – não só sobre a História, mas sobre a vida -, por acolher minhas angústias, meus medos, por ter acolhido, resignado, minhas revoltas e frustrações. Agradeço por ter me permitido te fazer de pai tantas vezes, por ter me permitido ser sua filha, por ter me emprestado seus ouvidos, por ter colocado a meu serviço sua sabedoria, sua poesia, por ter me ensinado tanto sobre a vida.

Ao historiador e amigo Rafael Pavani, agradeço pelas inúmeras conversas sobre o México, pela paciência em tirar tantas dúvidas, por responder minhas perguntas e curiosidades, agradeço imensamente pelo carinho de me receber em Campinas e sempre se dispor em me ajudar. É um presente enorme ter a maior inspiração de mexicanista presente em minha vida. Obrigada por tudo!

Ao historiador William dos Santos Martins, pela ajuda sempre doce e atenciosa, pela produção de uma dissertação admirável, que respondeu tantos questionamentos e me auxiliou em tantos momentos da minha pesquisa. Gratidão por me permitir tantas trocas e reflexões engrandecedoras.

Aos meus amados amigos de infância: Clara, Lucas, Luiza, Natália e Ranniery, por serem uma parte tão significativa da minha história, por estarem presente em quase todas as minhas memórias. Por me acompanharem desde os meus primeiros anos em Fortaleza, por estarem ao meu lado em todas as minhas fases, por andarem comigo todos os caminhos e

descaminhos, por me iluminarem com seus sorrisos, a vocês eu dedico meu coração transbordando de gratidão. Obrigada por não permitirem que a vida nos endureça e por sermos sempre um pouco criança quando estamos juntos. Eu amo muito vocês!

A Carol Azin e sua presença sempre solar. É difícil traduzir em palavras a gratidão que sinto pelo nosso encontro. Muito obrigada por me lembrar todos os dias da potência do ser feminino, obrigada pelas palavras tão cheias de força, pelos olhares cheios de carinho, por me ajudar a descobrir tudo sou e que posso ser.

Ao meu amigo Augusto, agradeço aos almoços e as conversas, das mais sérias às mais sem sentido, agradeço por me lembrar sempre que era preciso que a vida vai muito além dos conhecimentos formais, que eu sou mais que algumas definições oficiais. Obrigada por ser imenso, por ser (um) presente!

Ao meu amigo Fabrício, agradeço por ser mais que amigo. Agradeço por ser paz, certeza e abrigo. A nossa história é antiga e há muito tempo você vem me ajudando a carregar o peso das dores e das dificuldades que encontro no caminho. Obrigada por nunca me deixar desistir, por acreditar em mim mais do que eu mesma, por ter sempre uma palavra de carinho e motivação, por compartilhar de cada sentimento e sentido que a vida nos oferece. Gratidão, meu amigo-irmão!

À Barbara, Carol, Tielly e Verinha, minha gratidão pela amizade e pela companhia durante a trajetória da graduação e por permanecerem, entre idas e vindas, presentes no meu caminho. Agradeço pela força e pela vontade de cada uma em manter nossos laços, mesmo que nossos caminhos tenham seguido direções diferentes. Aprendemos, finalmente, que nós “trupica, mas não cai”. Contem comigo para tudo!

Aos colegas de mestrado, obrigada pela companhia durante as aulas, obrigada por dividirem as angustias, os medos e garantirem boas risadas enquanto estivemos juntos. Gratidão, especialmente, ao amigo Pedro Holanda, que desde o início tornou a jornada do mestrado mais leve e mais segura. Por atender aos meus pedidos de socorro, por acreditar junto comigo que chegaríamos ao fim dessa etapa. Chegamos.

Ao Léo Vieira, que acompanhou tão de perto cada passo que dei até chegar aqui, que segurou minha mão sempre que eu pensei em desistir: muito obrigada. Minha imensa gratidão por ter me incentivado, por ter acreditado quando eu não acreditava, por ter tirado de mim as melhores risadas da minha vida. Agradeço, principalmente, pela sua permanência, pelo

nosso amor transformado, pela nossa amizade. Gratidão, Léo, por continuar dividindo a vida comigo.

A todos os professores do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, muito obrigada iluminarem o caminho da minha formação.

Por fim, agradeço à Capes, pelo apoio financeiro para realização desse trabalho.

À Maria, Gustavo e Henrique.

“O início, o fim e o meio”

RESUMO:

Essa dissertação analisa o processo de expropriação das companhias de petróleo mexicanas (1938) desenvolvido durante o governo do presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940), usando como fonte principal os periódicos *Correio da Manhã* (RJ), *Correio Paulistano* (SP) e *Gazeta de Notícias* (RJ). Procuramos examinar como esses impressos veicularam informações sobre a nacionalização do petróleo mexicano e como foram abordadas algumas das consequências dessa medida. Objetivamos compreender o papel do petróleo no contexto latino-americano bem como os desdobramentos destas tensões regionais em um cenário mundial de eminente guerra. Entrelaçado ao “sangue negro da terra” está a questão do imperialismo, que procuramos analisar para além do México. Dessa forma, trazemos as discussões desenvolvidas no Brasil sobre o petróleo, a partir da experiência mexicana e a atuação das empresas estrangeiras na exploração desse importante recurso mineral na América Latina.

Palavras – chave: petróleo; México; imprensa; Brasil; imperialismo

ABSTRACT

This dissertation analyzes the expropriation process of the Mexican oil companies (1938) developed under President Lázaro Cárdenas (1934-1940), using as main source the newspapers *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), *Correio Paulistano* (São Paulo) and *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro). We examined how these printed information provided information about the nationalization of Mexican oil and how some of the consequences of that measure were addressed. We aim to understand the role of oil in the context of Latin America as well as the unfolding of these regional tensions in a world scenario of eminent war. Intertwined with the "black blood of the earth" is the question of imperialism, which we seek to analyze beyond Mexico. Thus, we bring the discussions developed in Brazil about oil, based on the Mexican experience and the performance of foreign companies in the exploration of this important mineral resource in Latin America.

Key words: petroleum; Mexico; press; Brazil; imperialism

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O MÉXICO DO SEXÊNIO CARDENISTA	22
2.1.As questões sociais antes de Lázaro Cárdenas.....	22
2.2. A Constituição de 1917 e o Plano Sexenal	36
2.3.Política cardenista: trabalhadores e sindicatos	46
3. O OURO NEGRO EM DISPUTA: A EXPROPRIAÇÃO DO PETRÓLEO MEXICANO E SUA LEGITIMAÇÃO EM PAUTA.....	56
3.1. Entre o Bom Vizinho e o rompimento diplomático: a reação dos Estados Unidos e da Inglaterra à expropriação	56
3.1.2. A intransigência da Inglaterra e o rompimento diplomático.....	57
3.1.3. Estados Unidos: o Bom Vizinho dos países latino-americanos.....	75
3.2. Expropriação do petróleo mexicano	86
4. O PETRÓLEO NO BRASIL: DISCUSSÕES SOBRE O FUTURO (DO) PETRÓLEO DO PAÍS.....	102
4.1. Monteiro Lobato, os trustes e o “problema do petróleo no Brasil”	102
4.2. O destino do petróleo é o destino da nação: qual exemplo seguir?	117
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
6. BIBLIOGRAFIA.....	128
REFERÊNCIAS	130

1. INTRODUÇÃO

Em meio às discussões sobre a possibilidade de uma reforma energética proposta pelo presidente mexicano Enrique Peña Nieto (2012-atualidade), os deputados que se opunham à medida demonstraram seu posicionamento encenando um segundo funeral ao presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940): ao redor do busto de bronze do presidente michoacano, coroas de flores próprias de enterro foram dispostas em símbolo de luto, lamentando o que seria o assassinato dos ideais de um dos principais chefes de Estado do país¹. Esse ato aconteceu por causa da reforma energética proposta, cujo conteúdo estabelecia a participação da iniciativa privada na exploração e extração de petróleo e gás, bem como no seu refino, transporte e armazenamento, colocando fim ao monopólio de mais de sete décadas da estatal Petróleos Mexicanos (Pemex)².

A modificação do artigo constitucional 27 e a abertura da indústria do petróleo à iniciativa privada remetem diretamente à expropriação do petróleo mexicano, posta em vigor em 18 de março de 1938, durante o sexênio cardenista. Constituindo um marco incontestado no caminho percorrido por essa nação, a medida está situada dentro de um governo cujos direcionamentos estavam voltados, majoritariamente, ao cumprimento dos preceitos nacionalistas contidos na Constituição revolucionária de 1917 e que já haviam sido anteriormente reivindicados nas lutas iniciadas em 1910. O governo de Cárdenas, considerado por alguns autores³ como a fase culminante da Revolução Mexicana⁴, é marcado pelo forte apoio das camadas populares – operários e camponeses se tornaram a base do regime cardenista

¹ Agradeço imensamente ao historiador e amigo Rafael Pavani da Silva, que, em uma de nossas várias conversas, contou-me sobre “o segundo funeral” de Lázaro Cárdenas.

² A Reforma Energética foi promulgada em 20 de dezembro de 2013, quando foram reformados os parágrafos quarto, sexto e oitavo do artigo 25, o parágrafo sexto do artigo 27, os parágrafos quarto e sexto do artigo 28, além de serem adicionados um parágrafo ao artigo 27 e um parágrafo ao artigo 28. O decreto relativo à reforma energética aborda o petróleo e os hidrocarbonetos sólidos, líquidos ou gasosos separadamente, especificando que estes permanecem como propriedade inalienável e imprescritível da Nação e que com “el propósito de obtener ingresos para el Estado que contribuyan al desarrollo de largo plazo de la Nación, ésta llevará a cabo las actividades de exploración y extracción del petróleo y demás hidrocarburos mediante asignaciones a empresas productivas del Estado o a través de contratos con éstas o con particulares” “México. **Decreto por el que se reforma y adicionan diversas disposiciones de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, en materia de Energía**” 18 de diciembre de 2013. Fortaleza, 2018. Disponível em: <
http://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5327463&fecha=20/12/2013>

³ Os historiadores Hans Werner Tobler e Tzvi Medin compartilham dessa perspectiva em que o governo de Lázaro Cárdenas figura como a última etapa do processo revolucionário iniciado em 1910.

⁴ A periodização da Revolução Mexicana muda de acordo com a visão de alguns autores. De acordo com Florescano, “La Revolución Mexicana no es sólo la serie de hechos históricos que se manifestaron entre 1910 y 1917, o entre 1910 y 1920, o entre 1910 y 1940; es también el conjunto de proyecciones, símbolos, evocaciones, imágenes y mitos que sus actores, intérpretes y herederos forjaron y siguen construyendo alrededor de este acontecimiento.” (FLORESCANO, 1991, p. 71).

e por mudanças profundas na sociedade, como a reestruturação da propriedade rural⁵ e, obviamente, a nacionalização do petróleo. De acordo com Lorenzo Meyer, o principal historiador que aborda a questão petrolífera,

La expropiación de 1938 no sólo significa la culminación de un proceso puesto en marcha en Querétaro veintiún años antes; en cierta medida significa también el punto culminante de la Revolución Mexicana. El país, al menos en ese momento, recobró el control de su sistema económico y el capital del exterior pasó a un plano secundario (MEYER, 2009, p. 468).

É preciso também ampliar e aguçar o olhar sobre o processo que desemboca na expropriação. Os governos revolucionários anteriores, em diferentes medidas, tentaram alterar os níveis de submissão da indústria petrolífera mexicana às empresas estrangeiras. Por mais falhas ou incompletas que tenham sido essas tentativas, à parte dos motivos que levaram ao fracasso parcial ou absoluto, elas existiram e merecem ser mencionadas⁶.

A decisão do general michoacano foi de grande importância no processo de rompimento do caráter colonial da economia mexicana e simboliza, de forma geral, a luta dos países periféricos pela diminuição de sua dependência em relação às grandes potências. A expropriação tornou-se um modelo de nacionalismo sem precedentes em seu momento histórico, desafiando o capitalismo internacional e revelando a força das organizações de massa que mantinham íntima relação com o Estado (KNIGHT, 2011). O decreto de 18 de março representou um ataque contra a predominância do sistema de inversão estrangeiro, trazendo à tona a pérfida dinâmica do imperialismo então reinante: um capitalismo monopolista explorador, cuja tônica máxima consistia unicamente em tirar proveito das riquezas de uma

⁵ Além da expropriação de quase 18 milhões de hectares de terras, os ejidos tornaram-se quase metade das terras cultiváveis do México: em 1930, representavam 13% das terras, saltando para 47% das terras cultiváveis em 1940, último ano do governo cardenista (MEYER, 2013, p. 143). Segundo Allan Knight, “la reforma agraria – al borde de la extinción oficial a comienzos de la década del treinta – fue extensa, rápida y, en ciertos aspectos, estructuralmente innovadora. Cárdenas distribuyó más tierras que todos sus predecesores revolucionarios juntos” (KNIGHT, 2011, p. 206).

⁶ Apesar de não fazer parte do recorte temporal dessa pesquisa, algumas das medidas tomadas pelos governos revolucionários anteriores ao de Lázaro Cárdenas são mencionadas de forma breve nas páginas posteriores, a fim de que tenhamos uma visão mais ampla do tema em estudo. Para compreendermos que a questão petrolífera no México se trata de um longo processo cujo um dos maiores ápices foi a expropriação (procuramos não determinar a nacionalização como o maior ponto desse trajeto, uma vez que a história continua seguindo seu curso ininterrupto), cito a divisão em cinco etapas do processo de reforma petrolífera mencionado por Lorenzo Meyer, em sua obra “Las raíces del nacionalismo petrolero en México”. Segundo o autor, a primeira etapa ocorreu de 1901 a 1917, quando se estabeleceu o controle das empresas estrangeiras sobre os depósitos de petróleo mexicanos; a segunda etapa se iniciou em 1917, com a promulgação da nova Constituição, que estabeleceu o subsolo como propriedade inalienável e imprescritível da Nação; o terceiro período foi de 1929 a 1935, correspondente ao “Maximato”, marcado por uma relativa estabilidade entre os governos mexicanos e as empresas estrangeiras, estabilidade oriunda, em sua maior parte, da submissão dos governantes mexicanos aos interesses alienígenas. O quarto período correspondeu à vitória política de Lázaro Cárdenas sobre Plutarco Calles, momento em que as demandas revolucionárias voltaram a ser postas em primeiro plano, dentre elas o petróleo. Por fim, o quinto período, corresponde aos anos de 1938 a 1942, quando a nacionalização foi aceita como um fato irreversível pelos países afetados e finalmente consolidada dentro e fora do México.

nação incipiente, burlando leis e ignorando as necessidades locais. Assim, para grande parte do país, a nacionalização significou um rompimento com as amarras imperialistas que, por tantas décadas, usurparam suas capacidades e impediram o crescimento de sua força interna.

O surgimento das questões trabalhadas nessa pesquisa se deu a partir da leitura dos jornais arquivados na Biblioteca Nacional Digital⁷ (BND). O governo de Lázaro Cárdenas foi abordado por vários periódicos, que trazem matérias sobre os diversos acontecimentos do sexênio cardenista. A problemática do petróleo saltou-nos aos olhos pela força de seu significado na história do México e pela sua ressonância mundial. Para além disso, a leitura das fontes nos indicou uma curiosa interseção entre o México e o Brasil: enquanto aquele país quebrava suas algemas com as grandes empresas internacionais que exploravam seu petróleo há longas décadas, o Brasil, que ainda não possuía petróleo e o importava dessas mesmas empresas, entrava em uma fervorosa discussão – através dos periódicos – sobre a necessidade de ter o controle sobre suas reservas petrolíferas, caso as tivesse (e Monteiro Lobato tinha certeza: o Brasil estava cheio de petróleo).

Dessa forma, a imprensa é aqui a nossa fonte principal. Foram selecionados três jornais para análise, o que não excluiu a utilização de outros periódicos e fontes de outra natureza⁸ que pudessem enriquecer a nossa discussão. Foram escolhidos os jornais *Correio Paulistano* (SP), *Gazeta de Notícias* (RJ) e *Correio da Manhã* (RJ), principalmente por apresentarem a maior quantidade de matérias sobre a expropriação do petróleo mexicano.

Através da leitura desses periódicos, procuramos examinar como esses impressos veicularam a expropriação do petróleo mexicano, como abordaram a reação dos Estados Unidos e da Inglaterra, países de origem das principais companhias desapropriadas: Standard Oil e Royal Dutch Shell, respectivamente. Intentamos analisar, também, as discussões desenvolvidas no Brasil acerca do petróleo, que tiveram na imprensa o seu palco de apresentação. Considerando os debates incitados especialmente por Monteiro Lobato a respeito da existência do ouro negro em solo brasileiro, procuramos compreender a mobilização feita, pelos periódicos estudados, sobre a experiência de outros países latino-americanos em relação ao petróleo. Como esses países lidaram com a ingerência das potências estrangeiras que buscavam explorar seus recursos minerais e como o Brasil deveria agir para construir sua futura indústria petrolífera, foram perguntas feitas pelos jornais que, buscando uma saída, estudaram casos

⁷ Todas as matérias analisadas nesse estudo são provenientes da hemeroteca digital e estão disponíveis *online* no site <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

⁸ Foram utilizados discursos presidenciais, manifestos de personagens que participaram dos acontecimentos estudados, documentos do executivo mexicano e do executivo brasileiro.

como o do México, da Argentina, da Venezuela e a Guerra do Chaco. Nesse contexto, buscamos analisar se a experiência mexicana foi usada como um exemplo a ser seguido ou um modelo a ser evitado ou se frente aos outros países, o México não chegou a ser utilizado para as soluções brasileiras. Todos esses objetivos estão entrelaçados ao propósito de compreender alguns pontos do percurso do imperialismo petrolífero entre o México e o Brasil, os Estados Unidos e a Inglaterra.

Os periódicos, como registros cotidianos da realidade, tornaram-se uma preciosa fonte de estudos para a pesquisa histórica. Utilizá-los como tal permite o acesso aos acontecimentos passados, assim como sua localização dentro de um conjunto maior de outros eventos que se desenvolveram e que foram registrados simultaneamente ao evento histórico analisado⁹. Mais que isso, o estudo da história através da imprensa abre a possibilidade de analisar e compreender como alguns fatos foram recebidos, interpretados e mobilizados por esse importante meio de comunicação.

Foge ao escopo dessa pesquisa percorrer os caminhos da história da imprensa¹⁰, mas faz-se necessário o destaque de alguns pontos que iluminam a análise do material em estudo. Por exemplo, a mudança operada nos periódicos brasileiros em fins do século XIX e início do XX, com a incorporação de avanços técnicos e a transformação de seus traços artesanais para um processo mais industrial, que acarretou outra transformação de suma importância: de uma imprensa combativa, de opinião, de luta política intensa, explícita e apaixonada, a imprensa brasileira foi adquirindo traços de empresa, onde o apreço pela informação – teoricamente neutra e objetiva – prevaleceu sobre o apego à opinião¹¹. Essa

⁹ À guisa de exemplo, a expropriação das companhias de petróleo mexicanas dividiu as páginas dos jornais com notícias sobre a configuração das forças que culminariam na Segunda Guerra Mundial, os desdobramentos da Guerra do Chaco e o desenvolvimento da Guerra Civil Espanhola e os acontecimentos nacionais do Estado Novo.

¹⁰ Existem dedicados e minuciosos trabalhos que abordam o desenvolvimento da imprensa no Brasil, como “História da Imprensa no Brasil”, de Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, “História Cultural da Imprensa”, de Marialva Barbosa, e o clássico “História da Imprensa no Brasil”, de Nelson Werneck Sodré.

¹¹ Os famosos pasquins, por exemplo, eram jornais de poucas páginas, com frequência indefinida e que tratavam a política de forma incisiva e acalorada. De acordo com Tania Regina de Luca, “O nosso século XIX foi marcado pela forte presença dos impressos de caráter político – como atesta o papel que os mesmos desempenharam na luta pela Independência, na crise aberta com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, ou no movimento em prol da Abolição” (MARTINS; LUCA. 2011, p. 154). É importante observarmos que não há um antes e depois absoluto no que diz respeito a essas alterações na imprensa brasileira. Apesar de podermos identificar essa mudança substantiva – de periódicos combativos e politicamente ativos para imprensa-empresa, com finalidades mais informativas que de opinião –, essas realidades coexistiram, embora às vezes de formas mais sutis e implícitas. Francisco Weffort, em “Jornais são partidos?”, questiona a linha tênue que separa os jornais do século XX, logo, os jornais participantes e preocupados com a dinâmica de mercado e ditos informativos, da ação política, mostrando a participação que o *Estado* desempenhou no contexto do Golpe de 1964 e que a *Folha* teve na campanha das Diretas Já. Para o autor, “Jornais são empresas e, portanto, posições de classe” (WEFFORT, 1984 p. 39).

alteração foi possibilitada pela presença de agências internacionais de notícias no país desde as primeiras décadas do século XIX. Segundo Tania Regina de Luca,

Consagrou-se a ideia de que o jornal cumpria a nobre função de informar ao leitor o que se passou, com rigoroso respeito à “verdade dos fatos”. Mudança sem volta, em que pese o percurso atribulado do jornal-empresa e os limites do seu grau efetivo de mercantilização diante de entraves de caráter político, socioeconômico, cultural e educacional, ademais da estreita vinculação que os diários continuaram a manter com o mundo da política (MARTINS; LUCA. 2008, p.152).

Era a consolidação do jornal-empresa, a transformação desse meio de comunicação em negócio. As formas de vivenciar o cotidiano nesse período haviam se modificado com a introdução de novos meios de comunicação, locomoção, de novas formas de sociabilidade. A alteração do ritmo em que as atividades diárias se desenvolviam agiu sobre a imprensa, influenciada agora pelos imperativos da velocidade, ao mesmo tempo que alimentava a pressa na qual a sociedade se desenvolvia: as notícias passavam a ser divulgadas em curtos espaços de tempo, em mais de uma edição diária, a fim de deixar o leitor a par dos acontecimentos nacionais e internacionais.

Apesar da sua inserção numa economia de mercado, do esforço de industrialização e de tornar o jornal uma empresa, os periódicos permaneceram como um espaço aglutinador de forças políticas, de luta em prol de interesses e visões de mundo. Os jornais se diferenciavam entre si, atraíam públicos diferentes, visto que direcionavam seus conteúdos e seu formato para objetivos específicos.

Em suma, ao trabalhar com os periódicos brasileiros dentro do recorte estabelecido, faz-se mister ter esses aspectos como ponto de partida para a sua análise. São jornais que se estruturaram como empresas, se localizaram e fizeram parte da dinâmica do capitalismo, tiveram como mote de existência não mais a defesa de opiniões, mas o desejo de levar informações objetivas ao público leitor. Isso, no entanto, não os afastou da arena política, como pôde ser visto. Ao contrário, os jornais permaneceram sendo um veículo importante no desenvolvimento político do país, atuando sobre as conjunturas e sendo influenciados/atingidos por elas¹². Os mecanismos de controle efetuados sob a imprensa – apesar de terem sido burlados

¹² A imprensa, ao longo do terceiro decênio do século XX, não assistiu passivamente aos debates ideológicos que tomaram vulto no Brasil e no mundo. Os princípios liberais eram alvos de críticas, sua capacidade de solucionar os problemas advindos do capitalismo era questionada e sua existência era acusada de abrir caminho para o “temido comunismo”. No Brasil, o caminho para a implantação do governo autoritário de novembro de 1937 foi construído com grande participação dos periódicos. O levante comunista de 1935, apesar de fracassado, foi suficiente para instalar o pânico de uma revolução social, possibilitando a escalada vertiginosa dos discursos anticomunistas, que encontraram nas folhas impressas um poderoso veículo de disseminação. A centralidade e a importância da imprensa explicam as medidas repressivas aplicadas aos periódicos. A Revolução de 1930 trouxe a criação de órgãos específicos para o controle da informação, como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de

através de uma série de estratégias – além de agirem sobre sua forma e seu conteúdo, refletiram o momento vivido pelo país, indicando como o Estado estava sendo estruturado ou, pelo menos, como os detentores do poder pretendiam estruturá-lo.

Seria ingênuo acreditar que a mudança de jornal-opinião para jornal-informação garantiria a neutralidade desse veículo. Como dito por Nelson Werneck Sodré, “logo a grande imprensa capitalista compreendeu, também, que é possível orientar a opinião através do fluxo de notícias” (SODRÉ, 1999, p. 04). Por isso, a crítica interna ao periódico é fundamental: a disposição das matérias nas páginas, o destaque que recebem, se são matérias assinadas ou se provêm de agências de notícias; são elementos que precisam ser postos sob escrutínio. A própria escolha dos assuntos a serem abordados não pode ser vista como fortuita, nem mesmo o tom com que eles são abordados; essas nuances posicionam os jornais dentro de correntes ideológicas. É partindo dessas considerações que iremos analisar as matérias publicadas sobre a expropriação das companhias de petróleo mexicanas nos periódicos brasileiros.

Ao reunirmos essas matérias, um aspecto precisa ser posto em destaque: a grande maioria das notícias são provenientes das agências internacionais de notícias. Como vimos anteriormente, foi a presença dessas agências que possibilitou a transformação da imprensa-opinião para a imprensa-empresa, que priorizava a informação em detrimento da opinião.

Essas agências fazem parte da expansão imperialista europeia e da construção de uma ampla rede mundial de informação, na qual o Brasil foi inserido através da divisão do mundo em zonas de influências dessas empresas. A formação de cartéis e a delimitação de espaços geopolíticos nos quais as agências poderiam atuar são aspectos de significativa importância, pois explicitam o estabelecimento de uma homogeneização das informações. Assim,

A rede mundial de informação reproduzia a lógica imperialista do período, ao demarcar espécies de ‘áreas de influência informacional’ das grandes potências capitalistas, cujas agências monopolizavam a captação e distribuição de notícias. Desde meados daquele século [século XIX] as agências operavam através de um sistema de acordos, visando controlar as disputas pela informação. Um acordo firmado em 1859 dividia o mundo em três partes, cada uma submetida à distribuição de informação por uma das três grandes agências do período, a inglesa Reuther, a francesa Havas e a alemã Wolff que deixavam de competir entre si e passavam a intercambiar as notícias. Um acordo de 1875 colocava a América do Sul sob exclusividade da Havas e, em 1902, a estadunidense Associated Press foi incluída no cartel da informação, ficando responsável pela captação de notícias de toda a América do Norte (DIAS, 2009, p. 84).

1939, amplamente conhecido como responsável pela censura na Era Vargas. Chefiado por Lourival Fontes, admirador dos regimes nazifascistas, esse órgão controlava imprensa e rádio, confeccionando listas de assuntos proibidos de serem abordados. O DIP foi precedido por outros órgãos de controle da imprensa, como o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), de 1931, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), de 1934, e o Departamento Nacional de Cultura (DNC), de 1938.

A criação e instalação das redes telegráficas foi vital para o funcionamento dessas agências, viabilizando o envio de notícias várias vezes ao dia, o que, por sua vez, atendia à crescente demanda por informações. De acordo com Natally Vieira Dias, a reprodução e a distribuição quase instantâneas, possibilitadas pela ascensão dos telégrafos, colocou a informação no centro do discurso jornalístico (DIAS, 2009, p. 83). Diante da inviabilidade dos jornais de possuírem correspondentes em todos os lugares, as agências preencheram o espaço entre a capacidade de fornecer informações e a necessidade de obtê-las. Tudo isso dentro de um momento específico, onde os periódicos buscavam notícias sobre o presente imediato e de todos os lugares do mundo. Segundo José Afonso Silva Júnior, essa dinâmica construía o caráter de atualidade dos jornais

Como aborda Franciscato (2003,2005), o jornal constrói um tipo específico de experiência social do tempo presente e de conhecimento do mundo. As agências se encaixam nesse sistema através da alimentação contínua de informações e, consequentemente, por fornecer um tipo de material (notícias frescas, disponibilizadas de modo consecutivo à sua apuração), que atua no reforço da atualidade (JUNIOR, 2014, p. 74).

Nos deparamos aqui com a mesma problemática enfrentada pela historiadora Natally Vieira Dias, visto que as matérias analisadas por ela também provinham de agências de notícias.¹³ Concordamos e seguimos na mesma perspectiva da autora, quando afirma que as matérias publicadas nos jornais eram o produto final de um processo de construção das notícias que tinha início nas agências (DIAS, 2009, p. 86). A seleção das notícias que seriam publicadas nada tinha de inocente, sendo, na verdade, uma etapa na formulação de um discurso que, por sua vez, estava posto a serviço de ideias e era agente na defesa de uma linha de pensamento e de interpretação do mundo próprias do periódico.

Assim, antes do início de cada matéria sobre a expropriação mexicana, encontramos a indicação da agência de notícias da qual aquela era proveniente¹⁴. São notícias breves, em sua maioria, fato que confirma as características das agências – o tempo entre a apuração do acontecimento, a escrita da matéria e a sua distribuição deveria ser o menor possível, a fim de manter a velocidade e atualidade dos jornais – e da imprensa, que priorizava agora as informações rápidas e constantes. Como já mencionado, a pretensa neutralidade dos diários não se efetivou, já que permaneceram atuando dentro de um campo político e ideológico, e a

¹³ A pesquisa desenvolvida pela historiadora Natally Vieira Dias analisa, “em perspectiva comparada, as abordagens e interpretações sobre o processo revolucionário mexicano veiculadas por alguns dos principais jornais do Brasil e da Argentina: *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, *Minas Gerais* e *O Estado de São Paulo*; *La Nación*, *La Prensa* e *La Razón*”.

¹⁴ Havas, United Press, Transocean são as principais agências de notícias que fornecem informações sobre a nacionalização das empresas de petróleo mexicanas.

formação/orientação das opiniões também poderia ser feita através das informações produzidas e veiculadas.

Nessa dissertação, trabalhamos com o que a historiografia recente tem chamado de História Política renovada ou Nova História Política, que tem a mídia como um de seus novos objetos de estudo. Condenada pela revolução historiográfica do século XX por ser elitista, omitir as massas e preocupar-se somente com eventos superficiais e efêmeros, a História Política permaneceu no ostracismo por longas décadas. Sua renovação, entretanto, postula a interdisciplinaridade com a antropologia, sociologia, a linguística ou com a ciência política, por exemplo, propiciando o estudo de temas como a opinião pública, sociabilidades, culturas políticas, relações internacionais, etc., permitindo a formulação de novos problemas, o estudo de outros atores políticos e não só as elites. A história política renovada articula-se com o todo social. Como mostra René Remond, a própria concepção do político altera-se, seu universo expandiu: “o político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social”. (REMOND, 2003, p.36). Destarte, operários e camponeses mexicanos são indivíduos fundamentais nas alterações políticas que se desenvolvem no país e os operários das empresas petrolíferas tornam-se agentes no processo de expropriação das companhias e durante todo o governo de Cárdenas. Outro ponto em que a história política foi bastante atacada diz respeito ao seu apego pelo nacional e, conseqüentemente, as limitações que isso implica. De acordo com Marieta de Moraes Ferreira,

Ao privilegiar o nacional, o particular, o episódico, a história política privava-se da possibilidade de comparação no espaço e no tempo e mostrava-se incapaz de elaborar hipóteses explicativas ou produzir generalizações e sínteses que dão às discussões do historiador sua dimensão científica (FERREIRA, 1992, p. 266).

Nossa discussão, no entanto, apesar de partir de um acontecimento nacional bastante específico, não se limita a ele. Na realidade, a compreensão dos discursos produzidos pelos periódicos brasileiros acerca das expropriações petrolíferas no México só se torna possível quando articulada a diferentes localidades e temporalidades históricas.

O primeiro capítulo da dissertação consiste no entrelaçamento de uma pesquisa bibliográfica com fontes provenientes do executivo mexicano e dos discursos do presidente Cárdenas, com o objetivo de apresentar os principais aspectos do sexênio cardenista. Nosso intuito com a discussão de alguns aspectos da conjuntura do México durante o sexênio cardenista consiste em ampliar a compreensão do cenário no qual se desenvolveu nosso objeto de estudo. Durante o desenvolvimento desse capítulo, analisamos dois dos principais documentos que regeram a presidência do general michoacano e que pautaram suas medidas políticas – dentre elas, evidentemente, a expropriação do petróleo – a Constituição de 1917, que

através do artigo 27 estabelece o domínio inalienável e imprescritível da Nação sob seu subsolo, e o Plano Sexenal, que, dentre muitos pontos, estabelecia o nacionalismo econômico e o intervencionismo estatal, marcas profundas do período cardenista. Abordamos também o papel das camadas populares, com as quais Cárdenas soube manter especial proximidade, e a organização dos sindicatos operários e camponeses na estruturação do Estado mexicano durante 1934-1940, que nos leva a refletir sobre alguns conceitos como o populismo. A relação entre o Estado e os sindicatos é de especial importância, pois evidencia o posicionamento de Cárdenas em meio aos conflitos trabalhistas. Para isso, analisamos algumas das greves mais icônicas, como a de Monterrey, cujos trechos da declaração do presidente serão reproduzidos até pelos periódicos brasileiros.

No segundo capítulo da dissertação, procuramos compreender, através da leitura dos jornais selecionados, a reação dos países de origem das principais empresas estrangeiras desapropriadas com o decreto de 18 de março. Estados Unidos, de onde provinha a gigante Standard Oil, e a Inglaterra, berço da Royal Dutch Shell, apresentaram posturas consideravelmente divergentes. Essas diferenças remetem não apenas à importância que a exploração do petróleo mexicano possuía na economia desses países, mas, como veremos, foi sobretudo um indicativo do contexto mundial e do posicionamento dos países em relação ao jogo de forças que culminaria na Segunda Grande Guerra. Analisaremos, igualmente através dos três periódicos estudados, o processo de expropriação do petróleo mexicano. Desde a formulação do primeiro contrato de trabalho coletivo pelo Sindicato de Trabajadores Petroleros de la República Mexicana (STPRM) que marca o início do conflito com as indústrias estrangeiras até a decisão de nacionalizar essas empresas, passa-se mais de um ano e meio. Procuramos saber se a imprensa brasileira noticiou todas as fases dessa contenda ou se privilegiou algumas etapas do conflito e, em caso afirmativo, tentamos compreender o que teria levado a essa ênfase específica. Vale ressaltar que as matérias analisadas nesse capítulo são todas de agências de notícias, e a metodologia adotada foi anteriormente mencionada: a partir da análise e crítica interna à estrutura do jornal, atentamos ao tamanho da notícia, ao seu destaque na folha, sua localização, além de procurarmos afinar o olhar para possíveis utilizações de palavra que pudessem balizar algum tipo de tomada de posição.

O terceiro e último capítulo da dissertação destinou-se a investigar o intenso debate a respeito da possibilidade de existência de reservas petrolíferas em subsolo brasileiro. Optamos por nos concentrar nas discussões encetadas por José Bento Monteiro Lobato, que, convencido da importância do petróleo e do ferro para o desenvolvimento e industrialização do Brasil, encabeça não só uma obstinada campanha para o investimento em pesquisas e perfurações do

subsolo, mas também formula uma audaciosa acusação ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Uma carta aberta redigida pelo literato expondo suas denúncias ao Ministro da Agricultura foi publicada nos periódicos, além de artigos que tratavam sobre o tema. É a partir da leitura de algumas matérias obtidas nos jornais que vamos analisar como Lobato e a imprensa brasileira enxergavam a atuação das grandes empresas internacionais de petróleo. Por fim, na esteira dessa discussão, pretendemos responder ao questionamento: a trajetória da indústria petrolífera mexicana e sua nacionalização foram manejadas pelos impressos para servir de exemplo às políticas brasileiras que estavam sendo questionadas, repensadas, reformuladas? O nacionalismo do governo cardenista em matéria petrolífera foi bem recebido, foi criticado ou não foi abordado pelos periódicos? Aqui utilizaremos, em especial, uma matéria da revista *Novas Diretrizes*, que não foi anteriormente analisada. Isso se deu posto que essa matéria foi a única encontrada sobre o nosso tema em estudo e, coincidentemente, se encaixa perfeitamente com o debate realizado nesse capítulo.

2. O MÉXICO DO SEXÊNIO CARDENISTA

2.1. As questões sociais antes de Lázaro Cárdenas

A análise aqui apresentada se desenvolve dentro do marco interpretativo postulado pelo historiador Hans Werner Tobler (1994), no qual a Revolução Mexicana, estudada a partir da perspectiva da longa duração, tem uma periodização que vai de 1910 (início das lutas armadas) a 1940 (fim do mandato de Cárdenas) e onde o cardenismo é visto como a “fase tardia da Revolução”, momento em que as demandas sociais são verdadeiramente concretizadas. O fio condutor de nossa análise reside na perspectiva que postula o radicalismo do regime cardenista¹⁵ e de consolidação das demandas sociais da Revolução, principalmente as questões do mundo rural e operário. Serão elas o centro de nossa reflexão nesse tópico.

O período posterior ao fim das lutas armadas da Revolução e que antecede o governo de Lázaro Cárdenas é um momento dedicado à reestruturação do país, à realização dos projetos de nação que as forças revolucionárias haviam construído e dos ideais políticos e econômicos que defendiam. O México assiste à formação de uma elite revolucionária¹⁶ que detém o poder central, acumula riquezas e terras e que ora aplica os postulados econômicos e sociais da Revolução – em diferentes níveis de amplitude e profundidade – ora retrocede nas demandas reivindicadas com armas em punho pela população mexicana durante os anos de luta armada. Grandes nomes se sobressaíram no espectro do conflito e são acompanhados por uma enorme massa populacional que tornou possível o desenrolar da Revolução. Esses indivíduos e grupos, resgatados pela historiografia a partir de 1968, serão ativos em maior ou menor grau na configuração que o México tomará nos governos pós-revolucionários. Para compreender o caráter de radicalismo que a presidência de Lázaro Cárdenas representou na história do México, é preciso, portanto, analisar como esses atores sociais se mobilizavam e eram mobilizados dentro do cenário político mexicano.

¹⁵ É importante frisar que esse radicalismo não pode ser compreendido em termos absolutos. Entendo o governo de Lázaro Cárdenas nesses termos tendo em vista parâmetros comparativos com os outros governos revolucionários mexicanos e também com outras realidades políticas que se desenvolviam no mesmo período, como defende a análise de Allan Knight (2011)

¹⁶ De 1920 a 1935, o Poder Executivo do México esteve ocupado pela chamada “hegemonia sonorenses”. Quatro dos seis presidentes desse período provinham do estado de Sonora, grande parte tinha origem nos exércitos revolucionários do Norte e Noroeste, além de pertencerem ao mesmo extrato social, a classe média. Desde Venustiano Carranza, os líderes que ocuparam o poder executivo, juntamente com o grupo que os apoiava, ascenderam economicamente, muito dos quais tornaram-se proprietários de terras. A política desse período é profundamente marcada pelo seu caráter personalista.

A Revolução Mexicana, iniciada por Francisco I. Madero, possuiu motivações mais políticas e menos sociais¹⁷. Apesar disso, mobilizou uma série de forças e sujeitos que, marginalizados pelos anos de ditadura porfirista, viram no chamado de Madero uma oportunidade para alterar os caminhos percorridos até então. Permeada por uma diversidade de objetivos e ideologias, a Revolução nem sempre foi orientada para a concretização das necessidades daqueles que impulsionaram e deram corpo ao conflito, como os operários e, em especial, os camponeses.

De acordo com Friedrich Katz (1976), se considera a Revolução Mexicana uma revolução agrária porque a maioria de seus participantes eram camponeses e porque promoveu a elaboração de umas das legislações agrárias mais adiantadas do mundo. O México, em fins do século XIX e início do século XX, passava por um intenso processo de modernização, sendo inserido na dinâmica capitalista do cenário internacional. Assim, a realidade dos seguidos governos de Porfírio Díaz¹⁸ era de intensa espoliação das terras camponesas, que alimentavam a formação de latifúndios e criavam um excedente de mão de obra que seria direcionado para as nascentes indústrias (na sua maioria, estrangeiras). Às vésperas da Revolução, 90% dos camponeses não possuíam terras (BARBOSA, 2010, p. 49) e, vivendo de forma cada vez mais precária, viram no artigo único do Plano San Luís Potosí sobre a questão agrária uma forma de defender e restabelecer seu antigo modo de vida e sobrevivência.¹⁹

A concretização da Revolução em seus fins exclusivamente políticos logo tem início²⁰; os grupos camponeses que atenderam ao chamado de sublevação do Plano San Luís Potosí, sendo cruciais tanto para a renúncia de Porfírio Díaz quanto para a ascensão de Madero ao poder, viram que o alcance das reformas que se queriam estabelecer seria limitado ao âmbito

¹⁷ Francisco Madero, “filho de uma família tradicional do Estado de Coahuila, prejudicada pela competição com as empresas norte-americanas” (BARBOSA, 2010, p. 61), lançou-se como candidato à presidência nas eleições para o mandato de 1910-1916, tornando-se adversário de Porfírio Díaz, que concorria à sua sétima reeleição. Madero foi preso durante um giro político pelo país e, em 1910, lança o Plano San Luis Potosí, no qual conchama os mexicanos a se sublevarem contra a ditadura porfiriana. O principal objetivo do Plano era o sufrágio efetivo e a não reeleição, dedicando apenas um artigo ao problema agrário que assolava o país.

¹⁸ Porfírio Díaz se manteve no poder de 1876 a 1911, quando renuncia.

¹⁹ Adonia Antunes Prado, no artigo “O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da revolução agrária do Sul”, faz uma importante reflexão sobre a relação dos camponeses com a terra. Segundo a autora, esses povos não concebiam o vínculo com a terra a partir de relações de compra e venda, como estava sendo estabelecido naquele momento. “Para as comunidades em que as noções de reciprocidade e de solidariedade são elementos basilares da economia moral do grupo, torna-se impossível conceber a terra como objeto de compra e venda, segundo as leis do mercado. A terra é entendida como a mãe de todos, lugar onde a natureza se constrói, cria os homens, os alimenta e acolhe depois do fim da vida. A terra é pensada como a natureza da qual fazemos parte e de onde brota a vida neste mundo.”.

²⁰ Luís Cabrera, que se autodefine como “escritor revolucionário”, em seu estudo denominado “Balance de la Revolución”, fala sobre sua proposta de reconstituição dos ejidos aos pueblos, feita em 1912. Segundo Cabrera, Madero “declaro terminantemente que esa iniciativa era inoportuna y que en realidad él no creía que existiera un problema agrario en México de esa naturaliza”. Cabrera afirma que, durante o governo constitucional de Francisco Madero, não se realizou nenhuma reforma de caráter social e econômico.

político. Prova disso foi a violenta repressão sofrida principalmente pelos zapatistas, que se negaram a depor as armas. O movimento comandado por Emiliano Zapata foi um dos mais importantes e ativos do período, mas não o único. Uma importante característica da Revolução residiu no particularismo regional, na existência de vários dirigentes e a consequente divisão do movimento camponês. Segundo Carlos Alberto Sampaio Barbosa (2010), surgiram dois centros geográficos revolucionários *duradouros*: no Sul, as forças zapatistas cujas demandas agrárias foram expostas no Plan de Ayala²¹, e, no Norte, que originou forças bastantes heterogêneas, mas no qual se destacou o nome de Pancho Villa. Apesar de não possuir um programa tão claro quanto o Zapatista, esse grupo também reivindicava a devolução das terras expropriadas. O caráter desuniforme do movimento camponês, de acordo com Alfonso Serna Jiménez (1996), se dava tanto pelas diferentes regiões geográficas quanto pelas diversas formas de cultivo da terra, que definiam interesses e demandas particulares. Assim, por exemplo, enquanto o Sul de Zapata concebia a organização da terra a partir do ejido²², a região de Villa, ao Norte, estava voltada para a propriedade individualizada. Cada concepção de organização da terra influía de forma determinante nos programas de ação confeccionados pelos inúmeros grupos em luta (MROZIEWICZ, 1972).

De 1911 até 1934, são operadas mudanças nas formas de se conceber a Revolução. A progressiva inclinação de Madero à direita e a recusa em atender às demandas agrárias provocam a reação dos camponeses que exigiam de volta suas terras. Esses movimentos começam a sofrer violentas repressões, mas não retrocedem. O fracasso em eliminar esses grupos é um dos motivos pelos quais o governo de Madero chega ao fim, dando lugar ao governo contrarrevolucionário de Victoriano Huerta²³, o que nos permite compreender a potência do movimento camponês. Esse episódio faz eclodir de maneira intensa e desordenada uma série de forças que já estavam em ação, mas de maneiras localizadas e/ou esparsas. É nesse contexto que vai emergir com importante peso o governador do estado de Coahuila Venustiano

²¹ O Plano de Ayala, lançado em 28 de novembro de 1911, desconhecia Madero como presidente, defendia sua destituição e, principalmente, exigia a devolução das terras expropriadas, a nacionalização dos bens dos inimigos da Revolução, ou seja, latifundiários e capitalistas do México, atacando assim as bases do regime capitalista: a propriedade privada dos meios de produção.

²² Segundo Jorge Martín Trujillo Bautista (1992), a legislação mexicana não define o que é um ejido, porém é possível inferir alguns aspectos fundamentais dessa forma de organização da terra. Ela é, em primeiro lugar, um produto de doação, não havendo compra: as terras são obtidas de forma gratuita, sendo originadas de fazendas expropriadas, terras do Estado etc. e seu uso é coletivo. Para o autor, “El ejido es, en principio, propiedad de la nación, pero cedida a una comunidad de campesinos en usufructo; adquiere un carácter corporativo por la imposición de reglas de organización y control a la población del núcleo ejidal”. BAUTISTA, Jorge Martín Trujillo.

²³ Victoriano Huerta era Ministro da Guerra do governo de Madero. Com intermédio do embaixador norte-americano, Huerta faz um acordo para destituir o presidente do México. Através do êxito da operação, voltam ao poder os conservadores e remanescentes do porfiriato.

Carranza²⁴, que desconhece o poder federal através do Plano de Guadalupe. Esse documento, à semelhança do Plano San Luís Potosí, tinha orientação fundamentalmente política e não continha nenhum artigo sobre as questões sociais que fervilhavam pelo país²⁵.

No entanto, uma das grandes forças militares que garantiu a derrota de Huerta foi a Divisão do Norte, um exército composto majoritariamente de camponeses e comandado por Pancho Villa. Esse exército camponês aproximou-se, de vitória em vitória, da capital do México e só não a tomou pela intervenção de Carranza, de quem partiram ordens para o corte do fornecimento de combustível para os trens usados por Villa, com receio do poder que esse líder adquiria. Essa luta de classes que atravessa as forças revolucionárias indicava que a aliança entre esses grupos logo seria desfeita²⁶, durando apenas até a queda de Huerta. Em meio a esse conflito, as demandas sociais ficaram novamente em segundo plano: segundo Robert Mroziwicz, os partidários de Carranza acreditavam que era necessário priorizar a derrocada do governo contrarrevolucionário e pensar as reformas em um momento posterior. As formulações do Pacto de Torreón²⁷ eram imprecisas e deixavam a questão agrária para o futuro. Aqui reside uma interessante tensão: ainda de acordo com Mroziwicz, Luís Cabrera, enquanto delegado de Carranza, temia o choque armado entre os constitucionalistas e o exército camponês, dadas as divergências que estavam se estabelecendo em relação aos fins e métodos da luta entre as forças revolucionárias. Carranza não reconheceu, por exemplo, o Plano de Ayala dos zapatistas. Após o rompimento de Villa e Zapata com a ala constitucionalista, quando as forças camponesas haviam tomado a capital do país, Carranza lança um decreto no qual se comprometia a empreender reformas de cunho político e social, emitindo “nuevas leyes del movimiento, cumpliendo los postulados de los pequeños propietarios, los latifúndios serán repartidos y las terras comunales devueltas”. No entanto,

El propio Carranza posiblemente no se habría decidido a tomar medidas tan audaces, pero los hombres más alegados a él, sobre todo Obregón, y aún Cabrera – jefe del Estado Mayor del séquito de Carranza – le convencieron de que esta era la única

²⁴ Venustiano Carranza, fazendeiro do Estado de Sonora que perdia espaço no mercado mexicano dada a forte presença estrangeira no país, desconhece o governo de Huerta. Através do Plano de Guadalupe, é declarado o “Primeiro Chefe” da Revolução, propondo a convocação de eleições após a vitória sobre a contrarrevolução.

²⁵ Posteriormente, Venustiano Carranza lança a lei de 12 de dezembro de 1914, no qual modifica o Plano de Guadalupe, dando um enfoque social aos grandes problemas nacionais. Segundo Luís Cabrera (1931), o artigo 2 desse documento “resume todos los puntos de un programa de reformas sociales y económicas que debían llevarse a la práctica durante la lucha civil que se presentaba de nuevo”.

²⁶ As forças políticas do estado de Sonora se uniram a Carranza e passaram a denominar-se constitucionalistas, por defenderem a Constituição de 1857. A eles juntou-se a Divisão do Norte, de Francisco Villa. Os zapatistas mantiveram sua autonomia.

²⁷ Após a derrota de Victoriano Huerta, a autoridade de Carranza como “Primeiro Chefe” da Revolução fora questionada por Francisco Villa e pela Divisão do Norte. A fim de evitar mais um enfrentamento, o Exército Constitucionalista de Carranza e a Divisão do Norte de Villa assinaram o Pacto de Torreón, em 1914, através do qual se comprometiam em convocar uma convenção de chefes revolucionários para acertar as eleições e formular o novo programa de governo.

posibilidad de mantenerse en el poder y, más adelante, de luchar por recuperar influencias (MROZIEWICZ, 1972, p.18).

É possível perceber uma nova versão do posicionamento de Carranza em relação às demandas sociais no “balanço da Revolução”, estudo realizado por Luís Cabrera em 1931. Segundo ele, Francisco Villa

Representaba la tendencia a restablecer el orden constitucional antes de hacer las reformas, mientras que Carranza represento la tendencia a efectuar las reformas en un período preconstitucional y a restablecer el orden legal hasta después de haber incorporado em la Constitución los nuevos principios (CABRERA, 1931, p. 16).

A Revolução Mexicana é, de fato, alvo de inúmeras interpretações – enquanto ainda se desenvolvia e no período posterior. Isso fica evidente, por exemplo, nas diversas periodizações que recebe. Para Luís Cabrera, a Revolução é dividida em quatro etapas²⁸, sendo a última sua cristalização, realizada por Carranza e representada pela Constituição de 1917. Como será tratado mais adiante, a nova Constituição mexicana é verdadeiramente progressista, contendo importantes e inéditos artigos que tratam da causa camponesa e operária. Mas a política carrancista é marcada pela baixa iniciativa de reforma agrária, pela má qualidade das terras distribuídas e pelas violentas repressões aos operários durante sua estadia no poder. É de se questionar, portanto, qual Revolução Mexicana fora cristalizada nesse período. Além do mais, vemos através dessa tensão um passado que é reformulado a partir das demandas presentes, posto que, no seu balanço da Revolução, Cabrera aponta os inúmeros aspectos que haviam fracassado e onde a Revolução não havia sido realizada, entre elas a questão agrária. Olhar para trás e ver em Carranza uma espécie de defensor das demandas camponesas seria uma forma de acentuar o malogro da resolução do problema agrário no seu presente (1931)?

A nova configuração das forças coloca de um lado Villa e Zapata, representando a massa dos camponeses espoliados e, de outro, Carranza e Obregón, vinculados à pequena burguesia agrária que objetivava ascender ao poder local e nacional. Villa e Zapata detinham o poder militar; como dito anteriormente, chegaram a ocupar a capital do México. Alguns estudiosos do tema, como Robert Mroziwicz, acreditam que a ausência de um programa político capaz de garantir a efetividade de suas conquistas revolucionárias e a aplicação de suas demandas sociais determinou o fracasso do movimento camponês. Acredito ser necessário matizar essa afirmação: de fato, os revolucionários camponeses confiaram, sobremaneira, em seu poderio militar que não foi suficiente para mantê-los à frente do poder executivo da nação. No entanto, a efetividade do movimento camponês pode e deve ser vista a partir de uma

²⁸ Segundo Cabrera, a Revolução tem a seguinte periodização: a partir de 1908, sua preparação. De 1910 em diante, seu desenvolvimento. Em 1913, sua etapa é de grave crise e, em 1917, ocorre sua cristalização.

temporalidade mais ampla, que ultrapasse os limites de cargos institucionais. Apesar da desagregação dos exércitos de Villa e Zapata, a resistência dos grupos camponeses se faz sentir durante os governos pós-revolucionários e, por fim, culminarão no aprofundamento e ampliação das reformas agrárias durante o governo de Lázaro Cárdenas.

Em 1915, as forças camponesas do Sul e do Norte recuam, enquanto os exércitos do Nordeste e Noroeste²⁹ reconquistam o território nacional. Conforme Robert Mroziwicz, os camponeses, em seu afã mais ou menos consciente de obter e recuperar terras, se converteram na força motriz da Revolução Mexicana. As demandas reivindicadas desde a eclosão do movimento e que guiaram as ações revolucionárias dos camponeses são repetidas vezes proteladas por aqueles que ascendiam momentaneamente ao poder. No entanto, estarão presentes na retórica dos governos pós-revolucionários e via de regra serão aplicadas mais como uma forma de pacificação política que de justiça social. Assim, por exemplo, foi promulgada por Carranza, em janeiro de 1915, a Lei Agrária que estabelecia a devolução aos camponeses das terras que lhes haviam sido expropriadas ilegalmente. O decreto não tratava da repartição dos latifúndios e, de acordo com Mroziwicz, foi resultado de uma necessidade política para manter-se no poder: Obregón e Luís Cabrera o alertaram que a única maneira de permanecer no comando da nação seria o cumprimento de alguns postulados sociais. Ciente da necessidade de apoio do campesinato, passa a promover uma repartição moderada, que não prejudicasse diretamente os proprietários de terras que o apoiavam. Segundo Tzvi Medin (1974) e Carlos Alberto Sampaio Barbosa (2010), a Lei Agrária promulgada visava, sobretudo, ser um contrapeso ao Plano de Ayala, a fim de tirar de Zapata o monopólio do ideal agrarista. Para termos uma melhor noção da efetividade desse decreto, entre 1915 e 1920 Carranza repartiu apenas 172.997³⁰ hectares, baixa quantidade agravada ainda pela má qualidade da terra.

A necessidade de obter apoio popular para manter-se no poder e evitar novas sublevações revolucionárias encaminhou o governo de Carranza em direção à cidade. Foi através de Álvaro Obregón que teve início uma política de aproximação aos setores populares urbanos que, por exemplo, dando continuidade à tradição anticlerical dos liberais mexicanos, doou espaços de igrejas e conventos para os sindicatos a fim de estabelecer laços sólidos com o movimento sindical. A situação dos operários no México não era mais favorável que a dos camponeses: a jornada de trabalho girava em torno de doze e treze horas, e a boa qualidade dos

²⁹ Eram os exércitos de Carranza e Obregón.

³⁰ Plutarco Elias Calles, presidente durante o período de 1924 a 1928, repartiu 3.045.802 hectares. Dados retirados de Medin, 1974.

equipamentos não impedia a grande quantidade de acidentes de trabalho. A maioria das fábricas ofertava salários baixíssimos, justificados, segundo seus proprietários, pela falta de qualificação dos operários, e as greves se desenvolviam, preponderantemente, como uma tentativa de impedir a real diminuição das remunerações. A indústria do país, formada pelos capitalistas europeus e americanos, deu origem a um proletariado mexicano que era constantemente preterido em relação aos trabalhadores estrangeiros, para os quais eram destinados os melhores salários e empregos.

As condições desfavoráveis e precárias em que o operariado mexicano vivia o encaminharam para a formação de organizações de trabalhadores. Podemos situar o processo mais claro dessa organização dos trabalhadores a partir das mutualidades. Elas surgiram em meados do século XIX, também chamadas de Sociedades de Socorros Mútuos, e eram agrupações voluntárias de estrutura interna igualitária que tinham como objetivo primordial a assistência aos sócios em caso de doença ou morte. Conforme María José Navajas,

Este tipo de asociaciones contaron con el apoyo y colaboración de las autoridades estatales. La normatividad vigente establecía que las únicas instituciones de trabajadores lícitas eran aquellas dedicadas a la ayuda mutua, ao cooperativismo o cualquier otra forma de solidaridad que no incluyera entre sus métodos de acción el ejercicio de la huelga (NAVAJAS, 2008, p. 124)

Segundo as disposições do Código Penal da época, as greves eram igualadas aos motins e, portanto, penalizadas como tal. O Código Civil determinava que a esfera de ação das mutualidades deveria se restringir ao econômico e ao social, eximindo-se de quaisquer atividades políticas³¹. De acordo com Navajas, durante a segunda metade do século XIX, os dirigentes das mutualidades procuraram manter uma relação harmônica com o governo, chegando a se incorporar a ele e a ocupar cargos eletivos. Durante 1870 e 1880, Porfirio Díaz teria encorajado a formação de organizações trabalhistas de cunho moderado, recompensando os líderes que apoiavam o governo, estabelecendo assim uma política que buscava legitimar seu poder. Desse modo,

Ante la falta de una estructura legal que permitiera a las organizaciones establecer canales formales de negociación con los patrones, utilizaron la “protección” que el gobierno les ofrecía para asegurar la viabilidad de sus organismos y, en caso de conflictos laborales, apelaron a la mediación del gobierno para tratar de obtener respuestas a algunas de sus demandas (NAVAJAS, 2008, p. 128).

³¹ Segundo Navajas, os princípios liberais consideravam que as relações entre capital e trabalho eram assuntos alheios às atribuições do governo. Na primeira década do século XX, o governador do Distrito Federal Guillermo de Landa y Escandón desenvolve um projeto de associação mutualista que visava agrupar todos os trabalhadores da capital. Para a Sociedad Mutualista y Moralizadora concebida por Landa y Escandón, as greves eram condenadas por serem antipatrióticas e tidas como inúteis para melhorar a situação dos trabalhadores. Assim, “según la propia perspectiva de los patrocinadores de la asociación, las huelgas eran una amenaza grave que debía prevenirse ofreciendo a los trabajadores una mejor opción” (NAVAJAS, 2008, p. 135).

É importante notar que, a partir do momento em que essas associações foram perdendo importância para a sustentação política do regime de Porfírio e que os conflitos trabalhistas aumentaram – dadas, por exemplo, as quedas de salário da última década do porfiriato, as denúncias de maus tratos e a regulação das condições de trabalho –, o governo passou a assumir uma forte política de repressão. As greves que ocorrem em Cananea e Río Blanco, em 1906, mostram a violência das repressões. A primeira, desenvolvida em uma mina de propriedade norte-americana, tinha como reivindicação o aumento de salário e a equiparação aos trabalhadores estrangeiros da empresa. Localizada próximo à fronteira com o Arizona (EUA), o proprietário da mina solicitou ajuda de seu país, sendo a greve duramente reprimida por tropas americanas. Em Río Blanco, a greve de indústrias têxteis por melhores condições de trabalho também foi severamente reprimida. Reagindo à interrupção das atividades levadas a cabo pelos empresários da região (que, por sua vez, era um protesto contra a paralização dos trabalhadores), uma fábrica foi depredada, e a resposta policial termina com mais de uma centena de mortos. Segundo Barbosa,

Esses dois movimentos são considerados precursores da Revolução Mexicana, pois apresentam, por um lado, o descontentamento com o governo Díaz e a violência com que este reprimia a oposição e, por outro, expressam o surgimento de uma consciência de classe e a organização dos trabalhadores e de setores da classe média em torno dos clubes liberais³² (BARBOSA, 2010, p. 55).

De acordo com Alejandro García, durante os três primeiros anos de Revolução, a classe operária estava formada por pequenos e atomizados sindicatos gremiais, desempenhando escasso protagonismo no processo revolucionário. A primeira expressão política do proletariado mexicano moderno seria a Casa del Obrero Mundial (COM), criada em 1913. Idealizada por anarquistas, essa organização possuía um vago programa de sindicalismo econômico que objetivava a emancipação da classe operária e do povo em geral. Essa organização vai desempenhar um importante papel no cenário político mexicano da primeira década do século XX ao estabelecer uma aliança³³ com o governo de Carranza. Os dirigentes operários realizaram campanhas políticas nas quais denunciavam o movimento camponês como responsável pelo caos e destruição do país. Para além desses esforços de difamação dos grupos

³² A greve de Cananea foi amplamente repercutida pelo periódico *Regeneración*, circulado por dezoito anos, “fruto da tradição liberal de possuir um jornal para divulgar suas ideias” (Barbosa, 2010, p. 63). O jornal foi uma iniciativa dos irmãos Ricardo e Jesús Flores Magón, tornando-se uma das vozes mais fortes e críticas ao regime de Porfírio Díaz. Vinculado ao Partido Liberal Mexicano, o periódico e o movimento magonista estabelecem um projeto a fim de derrubar Porfírio e transformar o país. Em relação à greve de Río Blanco, as lideranças dos trabalhadores envolvidos na paralização também estavam vinculadas ao *Regeneración* e a clubes liberais existentes no país.

³³ A aliança entre a Casa del Obrero Mundial e o governo carrancista foi realizada em 17 de fevereiro de 1915, com mediação de Álvaro Obregón. Ocorreram violentos debates internos antes da concretização da aliança, e não existiu adesão total a ela: ferroviários e petroleiros não concordaram e não participaram da ligação entre a organização e o Estado.

camponeses, foram criados destacamentos de trabalhadores armados, denominados “Batallones Rojos”, que se incorporaram ao exército constitucionalista para lutar contra os exércitos camponeses de Villa. Após a derrota dos camponeses, os batalhões vermelhos foram desarmados e desmobilizados, e os trabalhadores voltaram para seus postos sob condições ainda mais severas. A reação à quebra do acordo de Carranza eclode em 1916, quando uma greve geral é convocada pela COM e aderida pela massa dos operários, mas que, reprimida com extrema violência, leva a COM ao seu desaparecimento.

Para Alejandro García, a greve geral de 1916 fechou uma etapa da história operária no México e fez com que os trabalhadores percebessem – embora tardiamente – que a aliança com o campesinato era indispensável para o êxito na luta contra o poder. A próxima organização operária formada foi a Confederación Regional Obrera Mexicana (CROM), em 1918, sendo resultado de um congresso onde diferentes vertentes de sindicalismo se confrontaram, vencendo a corrente do “sindicalismo legalista” que era apoiada pelo governo mexicano. Assim, a CROM, que adotava uma postura de cooperar com o governo e não se chocar com ele, vai dominar o cenário sindical do país até 1929. A organização cria o Partido Laborista, que, segundo Meyer, tinha o claro intuito de possibilitar a entrada da CROM no governo. A relação do sindicato com a política mexicana torna-se ainda mais profunda quando, em 1919, Morones – principal líder da CROM – e Treviño firmam um pacto secreto com Obregón a fim de derrubar Venustiano Carranza. As estreitas relações dessa organização operária com o governo têm seu auge quando Morones assume o cargo de Secretário de Trabalho, Indústria e Comércio durante o mandato de Calles. Ao longo do apogeu da CROM, Morones combatia violentamente os sindicatos e organizações contrárias, decidindo, por exemplo, sobre a legalidade e a ilegalidade das greves.

A relação estabelecida entre a CROM e o governo mexicano fez com que as mobilizações que não fossem coordenadas por essa organização sofressem violentas repressões. A Central General de Trabajadores (CGT), de orientação anti-governista, teve sua greve na Cidade do México, em 1923, esmagada por ordens de Obregón; cinco anos depois, a greve dos ferroviários dessa mesma organização foi dizimada pelo exército da própria CROM. Além de ter surgido como uma oposição à CROM, a CGT procurou ligar-se ao campo, iniciativa que não foi exitosa na organização de Morones.

A elite revolucionária visava à estabilização política do país e estava ciente de que, para tornar isso possível, era preciso apaziguar os ânimos de camponeses e operários, mantendo-os sob controle. Durante o governo do presidente interino Adolfo de La Huerta³⁴, por

³⁴ Adolfo de la Huerta foi o primeiro dos presidentes sonorenses e ocupou o cargo depois do assassinato de Venustiano Carranza.

exemplo, os zapatistas que haviam participado do movimento de Agua Prieta³⁵ conseguiram o ingresso em carreiras militares sob o regime sonorenses. Houve a desmobilização das tropas villistas e De La Huerta encontrou uma solução negociada para neutralizar esse poderoso adversário. Segundo Hans Werner Tobler,

Ésta consistía en que las unidades villistas fueran disueltas a cambio de la promesa de un reparto de tierras a los veteranos villistas, y el propio Villa obtendría la oportunidad de llevar una existencia civil como terrateniente mediante la entrega de la hacienda El Canutillo en Durango." caso de Villa se logró neutralizar a un adversario peligroso mediante concesiones económicas, medida muy común desde los tiempos de Díaz. (TOBLER, 1984, p. 421).

O combatente do Norte, líder do maior exército camponês da Revolução, acaba por tornar-se uma espécie de proprietário, onde os interesses comerciais da vida agrícola suplantaram as aspirações políticas de outrora.

A reforma agrária, a maior e mais forte demanda da Revolução, foi finalmente iniciada em bases mais amplas no governo de Álvaro Obregón (1920-1924). No entanto, foi direcionada para regiões politicamente sensíveis, como aquelas que foram palco dos levantamentos camponeses zapatistas. De acordo com Tobler, em outras regiões onde a requisição por terras era menor, quase não foram tomadas iniciativas de reforma. A política agrária tanto no governo de Obregón quanto no de seu sucessor, Plutarco Elías Calles (1924-1928), desempenhava, como já mencionado anteriormente, uma função política estabilizadora. A restrita distribuição realizada foi suficiente para impedir a criação de um movimento camponês de oposição ao governo e também para incentivar o apoio dos camponeses organizados politicamente. Segundo Tzvi Medin (1974), a violência armada dos movimentos camponeses foi dando lugar, paulatinamente, à formação de organizações camponesas, frequentemente políticas, que lutavam através de vias legais pela realização de seus interesses. Assim, por exemplo, durante o governo de Álvaro Obregón, por meio do Partido Nacional Agrarista, foram sendo criadas ligas de comunidades agrárias, a ponto de todos os Estados terem sua organização camponesa própria. Durante um Congresso em 1926, formou-se a Liga Nacional Campesina, com um programa que postulava a luta para a realização efetiva dos artigos 27 e 123 da Constituição, declarando como objetivo a conquista da socialização das terras e dos demais meios de produção. A LNC chegará a apresentar um candidato para

³⁵ O Plan de Agua Prieta foi um documento emitido por Adolfo de La Huerta, então presidente do estado de Sonora, e Plutarco Elías Calles, comandante das forças do Estado. No documento, desconheciam o presidente Venustiano Carranza, que havia decretado uma intervenção militar no estado de Sonora como uma das tentativas de minar a companhia política para a presidência de Álvaro Obregón. O conflito entre os partidários de Obregón e Carranza ficou conhecido como Revolução Constitucionalista Liberal.

concorrer à presidência da República nas eleições de 1929, mas este perde para Ortiz Rubio, indicado pelo recém-formado Partido Nacional Revolucionário (PNR).

A lógica das relações entre o governo e os camponeses não diferiu daquela aplicada ao movimento operário. Vimos o pacto estabelecido com a Casa del Obrero Mundial, o surgimento da Confederación Regional Obrera de México (CROM), que desde o princípio esteve vinculada ao Estado, possuindo enorme protagonismo no cenário político do país. O líder da CROM, Morones, além de ter se tornado Secretário do Trabalho, Indústria e Comércio no mandato de Calles, nesse mesmo governo envolve-se com o conflito entre Estado e Igreja, dada a crescente rivalidade entre os dirigentes anticlericais da CROM – encabeçados por Morones – e as associações católicas que se esforçavam na organização de operários e camponeses. Assim, de acordo com Hans Werner, a política desse período funcionou

De modo que bajo Obregón, y más aún bajo Calles, el movimiento obrero "oficial" se convirtió en un importante pilar político del nuevo régimen. La formación de sindicatos y organizaciones campesinas leales al gobierno y dirigidas en gran parte "desde arriba" fue iniciada bajo Obregón y continuada por Calles, y debió preparar el terreno para el nuevo sistema político y social de México de la fase tardía de la revolución (TOBLER, 1984, p. 424).

Durante o governo de Lázaro Cárdenas, a política de aproximação do governo com as organizações camponesas e operárias tem um acentuado crescimento e torna-se uma das principais características desse período. No seu discurso de posse, Cárdenas menciona a questão agrária, dizendo que “el gobierno continuará su política de dotación de tierras a los pueblos, con la organización agrícola y refaccionamiento del ejido” (RIO, 1934, p.3). Segundo Friedrich Katz, a distribuição em grande escala de terras tem início somente em 1934, vinte anos depois do “surto revolucionário”. Entre 1910 e 1920, teriam sido distribuídos 167.936 hectares de terra a 46.398 camponeses, enquanto entre 1934 e 1940, foram distribuídos 17.906. 429 hectares para 811.157 camponeses. A relação de Cárdenas com os camponeses é construída de forma bastante próxima desde o início: em 1933 se cria, por iniciativa de dirigentes agrários e políticos, como Graciliano Sánchez e o ex-presidente Emílio Portes Gil, a Confederación Campesina Mexicana (CCM). Essa organização, além de possuir um programa social e econômico que exigia a realização da reforma agrária (que vinha sendo consideravelmente refreada pelos governos anteriores), defendeu a candidatura de Lázaro Cárdenas pelo Partido Revolucionário Nacional (PRN)³⁶, colocando-o como a personalidade revolucionária mais indicada para receber a confiança da classe camponesa. Assim,

³⁶ De acordo com Tzvi Medin, “El período que se extiende desde 1928 hasta 1934-5 es conocido como el Maximato, es el período en el que Plutarco Elías Calles fue reconocido como el Jefe Máximo de la Revolución y durante el cual era el factor decisivo en las decisiones políticas” (MEDIN, 1974, p. 23). A institucionalização dos princípios revolucionários através da criação de um partido oficial, o Partido Revolucionário Nacional, tinha como

La CCM surgió, entonces, como un movimiento campesino en el cual se combinaron los intereses políticos (Cedillo, Portes Gil, los elementos cardenistas específicos, etc) que tenían como denominador común la postulación de Cárdenas, como el primero de una série de passos que quizá condujeran finalmente al término del maximato callista (MEDIN, 1974, p. 92).

A famosa excursão que Lázaro Cárdenas fez enquanto candidato à presidência pelos lugares mais recônditos do México possibilitou não somente a ciência dos limites da reforma agrária desenvolvida até aquele momento, mas, principalmente, oportunizou uma aproximação singular com o campesinato real, estreitando os laços com esse importante agente social. O vínculo entre Cárdenas e os camponeses encaminhou-se para a formação de uma organização camponesa diretamente subordinada ao Estado. Em 1935, Lázaro lança um decreto no qual convida o campesinato mexicano à formação de uma central nacional de ejidatários, culminando na formação da Confederación Nacional Campesina.

De acordo com Medin, diferente de Calles, Cárdenas aspirava à liquidação total do latifúndio; diferente de Obregón, acreditava ser necessária uma ação imediata e de grandes proporções, não uma prática progressiva e paulatina de distribuição de terras. O presidente michoacano respeitava a existência da propriedade privada, mas estimulava o desenvolvimento dos ejidos. Destarte, em 1935, existiam 7.049 ejidos, número que salta para 14.526 em 1940. Um acontecimento de grande importância nesse sentido foi a repartição de terras de La Laguna, que consistia em uma área de 500.000 hectares, dedicados majoritariamente ao cultivo algodoeiro, organizados e com uma produção eficiente, recebendo alta inversão de capital estrangeiro, estando nas mãos, em grande parte, de proprietários norte-americanos. Em 1935, desenvolveram-se várias greves que culminariam na convocação de uma greve geral, tendo em vista a negativa dos proprietários em aceitar o contrato coletivo dos trabalhadores. Cárdenas intervém antes da realização dessa greve geral e, em 6 de outubro de 1936, decreta a expropriação e o reparto de terras em La Laguna. Nessa ocasião, se implanta o ejido coletivo, que consistia na exploração coletiva da terra, uma forma específica de cultivo do solo, direcionada para manter a capacidade produtiva que havia até então.

A expropriação de La Laguna é sintomática da política agrária que Lázaro Cárdenas desenvolveu durante seu mandato. Vale lembrar que essas práticas já haviam sido

um dos eixos de sustento a unidade do partido e das forças revolucionárias e também a influência de Calles sobre a nomeação dos candidatos presidenciais e sobre o desenvolvimento do mandato de cada presidente. Isso não impediu, no entanto, o surgimento de dissidências dentro dessa organização política. Não só havia a pressão popular em torno das medidas progressivamente conservadoras que estavam se estabelecendo, mas havia também políticos que divergiam ideologicamente do callismo. Cárdenas surge como um candidato vinculado à ala mais radical dentro do partido. Essa tensão de forças dentro do PRN ficará mais nítida durante a segunda conversão do partido, quando será formulado o Plan Sexenal, documento guia do período presidencial de 1934-1940 e que estudaremos mais detalhadamente no próximo tópico.

desenvolvidas por ele enquanto governador de Michoacán (1928), quando se posicionou na contramão do crescente conservadorismo da política nacional, intervindo a favor dos camponeses, elevando consideravelmente o ritmo das repartições de terras e colaborando com os vários sindicatos do estado.

Em relação à classe operária, Cárdenas também incita a criação de uma frente sindical única,

No para que se destruyan las organizaciones que existan por separado, sino que pienso que, puesto que las necesidades de los trabajadores son idénticas, bien pueden ellos mismos, respetando la personalidad de su agrupación, integrar un solo frente con un programa general en el que estén contenidas sus justas demandas y por las que, repito, mi gobierno ha de preocuparse fundamentalmente. (RIO, 1934, p.4).

O importante embate entre o Jefe Maximo de la Revolución e Cárdenas, que culminou na expulsão de Calles do país e no fim do Maximato, possuiu como uma das pautas principais a questão operária. Em uma entrevista de Calles publicada no jornal *Excelsior*, o político declara que

El país tiene necesidad de tranquilidad espiritual. Necesitamos enfrentarnos a la ola de egoísmos que vienen agitando al país. Hace seis meses que la Nación está sacudida por huelgas constantes, muchas de ellas enteramente injustificadas. Las organizaciones obreras están ofreciendo en numerosos casos ejemplos de ingratitud. (CALLES, 1935, p.1).

No entanto, Lázaro Cárdenas apoiou constantemente as greves e mobilizações operárias. Via nessas manifestações uma forma legítima de luta e uma maneira de buscar o bem-estar social dos trabalhadores, procurando estabelecer o equilíbrio entre duas forças desiguais. Esse estímulo ao movimento operário resultou em um apoio decisivo a Cárdenas durante a contenda com Calles: os maiores sindicatos do país se unem no Comité de Defensa Proletaria, ameaçando uma greve geral em apoio ao presidente constitucional. A partir desse comitê, foi organizado o Congreso Constituyente de la Central Sindical, em 1936, na qual haverá a criação de uma frente sindical única, a Confederación de Trabajadores de México (CTM). É importante notar que, apesar de ter surgido em apoio a Cárdenas e em meio aos seus chamados para a formação de uma frente sindical única, a CTM, em seus discursos, não se coloca como dependente ou vinculada ao Estado. Vicente Lombardo Toledano, primeiro secretário geral da CTM, durante a cerimônia de encerramento do ato de fundação da organização, declara:

CAMARADAS: éste es un gran día para México; después de muchos años de lucha, un cuarto de siglo de esfuerzos sistemáticamente mantenidos por el proletariado nacional, se crea al fin la primera Central de Trabajadores de la República, robusta, independiente, revolucionaria; nacida, en contraposición a las organizaciones sindicales del pasado, de una manera espontánea, genuina, de las masas explotadas de nuestro país (TOLEDANO, 1936, p.1).

Segundo Tzvi Medin, Lombardo Toledano tinha em mente o desvirtuamento da CROM em função de sua dependência governamental e por isso nutria esperanças de evitar um destino similar mantendo a independência e a autonomia da CTM. As relações entre o governo de Cárdenas e a classe operária serão abordadas de forma mais detalhada no terceiro tópico deste capítulo, mas a fim de corroborar com a visão de que Cárdenas representa uma ruptura com os governos pós-revolucionários – principalmente o de Calles – e efetiva as demandas da Revolução, cito brevemente o conflito ocorrido em Monterrey, onde “la clase patronal salió abiertamente a la lucha, parando la producción y denunciando lo que consideraban el comunismo del gobierno del estado que apoyaba, en su opinión sin ninguna razón, las exigencias obreras” (TZVI, 1974, p. 77). A resposta de Cárdenas a esse conflito define sua postura em relação às tensões operárias-patronais. Discursando para os trabalhadores de Monterrey, o presidente afirma que

Estoy cierto de que los obreros y los campesinos de la República no se están entregando a una labor de agitación política. Sus movimientos son de carácter social y se desarrollan dentro del marco de la ley, para obtener las ventajas económicas, dentro de las posibilidades de las empresas productoras y al amparo de un gobierno que ha venido pugnando porque se establezca el equilibrio social sobre la base de relaciones justas entre el capital y el trabajo, que es el fundamento único de un buen entendimiento (RIO, 1936, p.2)..

Assim, Cárdenas considerava que os movimentos realizados pelas organizações de trabalho não tinham nenhum outro caráter que não o da luta por melhores condições de trabalho.

Em 1937, o presidente leva a cabo a expropriação das ferrovias mexicanas, por utilidade pública. Esse setor da economia nacional tinha permanecido por muito tempo sob domínio de estrangeiros e, mesmo passando majoritariamente ao controle do governo, que se tornou o maior acionista, a indústria permaneceu com uma série de problemas, gerando greves e insatisfações aos trabalhadores ferroviários. Era um ponto importante dentro do desenvolvimento estrutural e econômico do México e, apesar da baixa ressonância dessa medida – dado o controle dominante do Estado sobre a empresa e o fato de o governo ter se comprometido a indenizar os acionistas – cremos ser importante mencioná-la, visto que se encontra dentro da política cardenista que visava à continuidade da Revolução, que tinha como um de seus vários princípios o nacionalismo, a conquista da independência econômica e a soberania nacional. Dentro desse íterim, encontra-se também a expropriação das companhias de petróleo, no ano seguinte. De importância muito maior, já que era um ramo controlado quase que exclusivamente por empresas estrangeiras, essa expropriação também se encontra dentro dos princípios citados anteriormente.

As demandas de camponeses e operários não serviram apenas como manobra política para que indivíduos pudessem ter acesso ao poder, exercê-lo e nele se manter. A pressão exercida por esses sujeitos a fim de ter suas reivindicações realizadas permitiram a concretização desses ideais em importantíssimos documentos da história mexicana. O primeiro e mais importante, resultado de disputas de força e combates ideológicos, foi a Constituição de 1917, cujos artigos 27 e 123 – tratando respectivamente sobre a questão da terra e do subsolo e do mundo operário – oferecem um caráter inovador e progressista para o momento de sua promulgação. O Plano Sexenal, documento redigido pelo PRN, também trará em seu cerne esses dois assuntos tão fundamentais para a constituição da política e da nação mexicana. Ambos serão estudados no tópico a seguir.

2.2. A Constituição de 1917 e o Plano Sexenal

A relevância da Constituição de 1917 não se restringe ao contexto mexicano. Ela é considerada como um marco do constitucionalismo social, pelas suas disposições de conteúdo eminentemente social, juntamente com a Constituição de Weimar, de 1919³⁷. As Constituições do século XIX – de um modo geral, documentos que seguiam na esteira do liberalismo – se limitavam a tratar da organização política de seu país. Segundo Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro,

O que confere natureza social a determinado ordenamento constitucional é o reconhecimento manifestado pelo Estado – e expresso no texto de sua Lei Fundamental – no sentido de que, além de garantir aos cidadãos o respeito às liberdades clássicas de que são titulares, a sua intervenção no seio da sociedade é desejada e necessária para que os indivíduos possam melhor desfrutar de seus direitos e suas garantias (PINHEIRO, 2006, p. 104).

Para a mesma autora, a Constituição de 1917 significou “o reconhecimento e a positivação, em sede constitucional, das reivindicações e dos princípios inspiradores da Revolução Mexicana, iniciada em 1910” (PINHEIRO, 2006, p. 107). De fato, dois dos artigos mais importantes desse documento são frutos das maiores demandas do processo revolucionário: o artigo 27 e o artigo 123. Nem a inclusão dessas reivindicações na Carta Magna mexicana nem mesmo a reforma na antiga Constituição foram processos livres de tensões e disputas que, ao fim e ao cabo, estavam vinculadas às forças revolucionárias que haviam lutado

³⁷ Primeira constituição democrática da Alemanha, que marcou a fundação da República de Weimar. Localiza-se dentro do marco da crise do Estado Liberal do século XVIII e da ascensão do Estado Social do século XX, trazendo em seu texto direitos sociais e priorizando a sociedade em detrimento do indivíduo.

pelo fim da ditadura porfiriana, pela queda do governo contrarrevolucionário de Victoriano Huerta e que após a vitória precisavam refazer a nação mexicana.

As forças constitucionalistas triunfantes tinham pela frente a tarefa de reconstruir o país desestruturado pelos anos de conflito armado. A estrutura do antigo Estado oligárquico porfirista – o exército, a polícia, os instrumentos coercitivos e a classe que dominava os interesses nacionais – havia sido desfeita pelas forças revolucionárias, unidas em torno de Villa, Zapata, Carranza e Obregón. O restabelecimento da ordem política, a recuperação e o crescimento da economia despontavam como objetivos primordiais da nova elite que ascendeu ao poder após derrotar a ala mais radical da Revolução, os camponeses organizados nos exércitos do Norte e do Sul.

Carranza se mantém no poder como Primero Chefe do Exército Constitucionalista encarregado do Poder Executivo da nação mexicana de 1915 a 1917. Durante esse período – antes de assumir o cargo de presidente constitucional –, expede decretos e leis que, a princípio, parecem indicar um posicionamento a favor da realização das reformas sociais, mas que em seu cerne são atitudes tomadas a fim de pacificar e ganhar o apoio das camadas populares. O decreto de reforma ao Plan de Guadalupe, em 1914, dava aos grandes problemas nacionais uma abordagem social, e a lei agrária de 6 de janeiro de 1915 mais tarde se converteria na base da legislação agrária mexicana. Através de Álvaro Obregón, realizou a aliança com a Casa del Obrero Mundial, concedeu terras aos sindicatos e aproximou essas organizações do governo. No entanto, Venustiano Carranza não efetivou essas medidas em prol dos camponeses e operários, mas devolveu algumas propriedades expropriadas aos latifundiários, distribuiu terras inférteis aos camponeses, reprimiu os sindicatos e chegou a lançar um decreto que estipulava pena de morte para aqueles que organizassem e participassem de greves e paralizações.

E como deveria ser constituído o novo regime? Essa questão que se delineava no horizonte dos constitucionalistas foi um dos pontos que levou à cisão do movimento revolucionário. Foram formados grupos opostos, organizados em torno de Carranza e Obregón, que defendiam diferentes formas de construção do novo Estado mexicano e tinham diferentes formas de conceber as funções do Estado e as atribuições do governo central. Contudo, de acordo com Hans Werner Tobler,

La rápida polarización del Constituyente no fue tanto resultado de diferencias políticas fundamentales. Mucho más relevantes fueron las rivalidades por el poder político surgidas en el seno del grupo dirigente constitucionalista así como, en parte, las aversiones personales (TOBLER, 1994, p. 352).

Assim, o grupo liderado por Carranza era formado, sobretudo, por secretários de Estado e uma elite civil (composta, dentre outros ramos, por engenheiros e advogados), que

perseguiam uma política de tendências conservadoras. Segundo Tobler, eles acreditavam que era possível alcançar a estabilidade do país através do uso de instrumentos políticos tradicionais e consideravam desnecessária a realização de reformas sociais profundas. Os liberais, como foram chamados, defendiam um regime presidencial forte e um Estado com limitada capacidade de intervenção nas esferas econômica e social. Já em torno de Obregón, estavam os sonorenses e a elite militar da Revolução. Esse grupo tinha ciência da necessidade de construção de uma nova política, dados os muitos anos de conflitos armados, a mobilização de diferentes setores da sociedade e o surgimento de novos grupos de poder. Desse modo, consideravam inevitável a precisão de concretizar algumas reformas sociais e de estabelecer uma relação de proximidade entre o governo e as organizações de massa. Classificados como jacobinos, almejavam um Estado forte como instituição socioeconômica e uma redução do poder político central. O embate entre esses dois grupos significava também a rivalidade entre a elite civil e militar da Revolução, valendo ressaltar a observação feita por Tzvi Medin, que “las divergencias tuvieron lugar dentro del ámbito del liberalismo, y si se habla de extremos, se habla de extremos dentro del liberalismo” (MEDIN, 1974, p. 09).

A formação da Constituinte foi feita de forma bastante autoritária desde cima, como nos mostra Hans Werner Tobler: para além de ser permitida exclusivamente a participação de integrantes e partidários do constitucionalismo (deixando à margem, portanto, villistas e zapatistas, o que não significou, porém, que sua influência não tenha sido exercida durante os debates da Constituinte), os deputados foram escolhidos por Carranza na capital, pelos governadores nos Estados e pelos chefes de exército nas zonas militares. Dentre os 220 participantes, somente dezenove eram agricultores, cinco eram líderes sindicais; a maior parte do grupo era constituída por advogados. A proveniência majoritária da classe média com educação acadêmica indicava que os deputados constituintes representavam predominantemente a nova elite revolucionária.

No discurso inaugural do Congresso Constituinte, Venustiano Carranza apresentou o seu projeto constitucional, que consistia em apenas algumas modificações na Constituição de 1857³⁸. Segundo Tobler, esse fato indica a concepção da Revolução Mexicana como um movimento puramente político e dos direitos sociais de 1914-15 como uma mera adaptação tática à situação de guerra. De fato, as críticas feitas por Carranza à Constituição eram

³⁸ Segundo Carranza, “En la parte expositiva del decreto de 14 de septiembre del corriente año, en el que se modificaron algunos artículos de las adiciones al Plan de Guadalupe, expedidas en la heroica Veracruz el 12 de diciembre de 1914, expresamente ofreció el Gobierno de mi cargo que en la, reformas a la Constitución de 1857, que iniciaría ante este Congreso, se conservaría intacto el espíritu liberal de aquélla y la forma de Gobierno en ella establecida” (CARRANZA, 1916, p. 3)

basicamente políticas: para ele, as liberdades individuais garantidas no documento haviam sido constantemente violadas pelos governantes, a soberania nacional que deveria residir no povo estava longe de ser uma realidade para o México, posto que o poder público não era exercido pelo mandato conferido pela vontade da nação, mas por imposição de quem tinha força pública para investir-se e investir a outros de representantes do povo. A liberdade e soberania dos estados da República quanto ao seu regime interior foram tidas como inexistentes, uma vez que o poder central impunha sua vontade, limitando cada estado a ser um instrumento executor das ordens do poder central. Era imprescindível, para Carranza, garantir a correta divisão do poder público, a fim de que cada departamento atuasse em uma esfera definida, relacionando-se entre si sem se sobrepor um ao outro.

Carranza e seus partidários seguiam defendendo os princípios liberais da Constituição de 1857, enquanto os obregonistas almejavam o desligamento dessa tradição e, em linhas gerais, estipulavam que na nova constituição os direitos da sociedade prevalecessem em relação aos direitos individuais. Os artigos 27 e 123, nos quais o fator social é colocado em primeiro plano, indicam êxito do que Tzvi Medin chama de liberalismo progressista, defendido e representado pelos partidários de Álvaro Obregón.

Apesar de representarem um grande avanço na legislação mexicana e mundial, esses artigos foram letra morta durante parte expressiva dos governos pós-revolucionários. A relevância desses artigos no presente estudo se dá, sobretudo, pelo fato de terem protagonizado a justificação legal de grandes medidas tomadas por Lázaro Cárdenas durante seu governo. A reforma agrária levada a cabo durante o sexênio cardenista foi uma das mais significativas, havendo não só a distribuição de terras como a criação de mecanismos de crédito agrícola. Segundo Barbosa, a hacienda tradicional foi eliminada quase por completo e, ao fim do mandato de Cárdenas, metade dos terrenos cultivados eram ocupados por ejidos.³⁹

O artigo 27 da nova Constituição reorganiza a posse da terra e estabelece o direito da nação sobre o solo e o subsolo. Segundo Tobler,

El contenido del artículo 27 de la Constitución de 1917 puede ser dividido en dos partes principales. Por un lado está el reordenamiento legal de la tenencia de la tierra por la resucitación de la vieja institución del ejido así como por la creación de la “pequeña propiedad” a través del fraccionamiento de las haciendas. Por otro lado, confiere rango constitucional a los derechos de propiedad inalienables y directos de la nación sobre la riqueza del subsuelo; el derecho de explotación sólo puede ser transfendo por el Estado a particulares em forma de concesiones (TOBLER, 1994, p. 359).

³⁹ Ainda de acordo com Barbosa, o ejido foi o instrumento para a reforma agrária no México. O autor define o ejido como “uma espécie de dotação, não há compra; procedia da expropriação de latifúndios ou de terras do Estado e torna-se propriedade da nação, cedida em usufruto perpétuo e hereditário aos camponeses, seja individualmente ou de forma coletiva” (Barbosa, 2010, p. 107).

De acordo com o documento, a Nação tinha o direito de impor à propriedade privada as modalidades ditadas pelo interesse público e de regular o aproveitamento dos elementos naturais suscetíveis de apropriação a fim de distribuir a riqueza pública de forma equitativa, cuidando de sua preservação. A partir disso, se tomariam as medidas necessárias para o fracionamento dos latifúndios, o desenvolvimento da pequena propriedade e para a criação de novos centros de população agrícola. “Los pueblos, rancherías y comunidades que carezcan de tierras y aguas, o no las tengan en cantidad suficiente para las necesidades de su población, tendrán derecho a que se les dote de ellas, tomándolas de las propiedades inmediatas, respetando siempre la pequeña propiedad”. A pesar de a pequena propriedade ser garantida pelo texto constitucional, não foram poucas as críticas e acusações de que Cárdenas procurava abolir esse sistema de propriedade.

Uma dessas fortes críticas veio de Luís Cabrera, quando fez a distinção entre a “Revolución de entonces” e a “Revolución de ahora” e abordou o tema da questão agrária. O estudo, feito em 1936, afirma que o ejido havia sido pensado, a princípio, como uma instituição de efeitos transitórios, que possibilitasse a emancipação do camponês, libertando-o da escravidão do latifúndio, tornando possível a passagem do feudalismo latifundiário a pequena propriedade. Essa, por sua vez, tida como o melhor regime agrário, estaria sendo excluída para que todas as terras cultiváveis se convertessem em ejidos, tornando-o um regime permanente. Segundo Cabrera, a política ejidal do governo

Es hipócrita en cuanto a sus verdaderos fines porque, diciendo mejorar la condición del campesino, en realidad se propone ejercer sobre él un control político y social e implantar um régimen comunista. Es inconstitucional porque no sigue el principio del artículo 27 de respetar la pequeña propiedad privada como régimen preferente reconocido en la Carta de 1917(CABRERA, 1936, p. 18).

Esse controle político e social ao qual Cabrera se refere diz respeito ao Banco Nacional de Crédito Ejidal. Criado em dezembro de 1935, essa instituição ficou encarregada de realizar operações de crédito aos ejidatários, organizando-os econômica e socialmente para a exploração da terra, para a melhoria da qualidade dos produtos e o aumento das colheitas (Medin, 1974, p. 169). No entanto, para Cabrera, o Banco Ejidal tornou-se um novo amo ao qual os camponeses deviam se submeter, pois

Él es quien organiza las sociedades de crédito ejidal en cuyo nombre se trabajarán las tierras; él resuelve los cultivos a que se ha de destinar el suelo; él disse cuándo se ha de sembrar, cuándo se ha de barbechar; cuando se ha de regar, cuándo se ha de escardar; él es quien da el dinero para los trabajos agrícolas [...] y sobre todo, él es quien disse quienes puede trabajar y quienes no (CABRERA, 1936, p.15)

Dessa forma, para o intelectual, os ejidatários passavam de peões dos proprietários de terras para peões do Banco, fazendo com que a política ejidal do governo se tornasse

contrária à conveniência nacional e aos princípios revolucionários⁴⁰. De fato, a política agrária de Lázaro Cárdenas era fundamentalmente diferente da que tinha sido estabelecida até então. Segundo Medin, até a vigência do maximato callista, a visão que se mantinha era a do ejido como um passo transitório para a parcela individual da terra, enquanto entre 1934-1940 o ejido consistiu em um ideal cardenista.

Ainda no artigo 27, fica estabelecida a propriedade da Nação sobre as terras e águas compreendidas dentro dos limites do território nacional, além da posse sobre minerais, pedras preciosas, combustíveis minerais sólidos, petróleo e carbonetos de hidrogênio. O domínio da Nação era inalienável e imprescritível, e as concessões só podiam ser feitas pelo Governo Federal a particulares, sociedades civis ou comerciais constituídas de acordo com as leis mexicanas. Dessa maneira, somente mexicanos por nascimento ou naturalização e as sociedades mexicanas tinham o direito de adquirir o domínio de terras e de águas ou obter concessões de exploração de minas e combustíveis minerais da República. O Estado poderia conceder o mesmo direito aos estrangeiros, desde que esses se colocassem como nacionais em relação aos bens adquiridos e não invocassem a proteção de seus governos em assuntos relacionados às posses concedidas.

Essas disposições da Constituição afetaram diretamente o extenso domínio que os estrangeiros tinham sobre as terras mexicanas. A própria reforma agrária já havia desestabilizado o consolidado *status quo* desses proprietários (relembro aqui a importante expropriação de La Laguna, onde a maioria das fazendas pertenciam a norte-americanos). As novas determinações acerca das riquezas do subsolo atingiram diretamente a condição jurídica das companhias de petróleo estrangeiras e causaram uma série de conflitos entre o governo mexicano e estadunidense. A promulgação da Constituição não significou de imediato a efetivação do artigo 27 em relação ao funcionamento das empresas petroleiras (nem mesmo em relação à reforma agrária). Na realidade, a negativa dessas empresas e de seus respectivos governos em aceitar a nova legislação mexicana culminou em acordos⁴¹ que amenizavam, sobremaneira, os impactos que a plena implementação das prescrições do artigo 27 causariam. O governo de Lázaro Cárdenas aprofunda e concretiza as disposições desse artigo, tanto no que diz respeito à modificação da estrutura agrária do país quanto ao domínio das riquezas do subsolo mexicano, que terá seu ápice na expropriação das companhias de petróleo estrangeiras.

⁴⁰ Como Cabrera distingue duas Revoluções, ao afirmar que a política agrária do sexênio cardenista é contrária aos princípios revolucionários, ele está se referindo à “Revolución de Entonces”, da qual fez parte e que diz respeito à segunda década do século XX.

⁴¹ Um exemplo são os Acordos de Bucareli, em 1923, e o acordo Morrow-Cales, em 1928.

O artigo 123, que dispõe sobre as questões trabalhistas, também consiste em um marco na legislação a nível mundial, posto que, pela primeira vez, houve a admissão da greve como direito fundamental (ABÁSOLO, 2016). Durante as sessões do Congresso Constituinte, percebeu-se a necessidade de conceber um capítulo constitucional específico sobre a legislação trabalhista, resultando no título sexto, denominado “Del trabajo y de la prevision social”. Os trinta parágrafos desse capítulo estabelecem, dentre outros pontos, a jornada mínima de oito horas, a proibição de trabalhos perigosos e insalubres para mulheres e jovens menores seis anos, assim como um dia de descanso para cada seis dias de trabalho. Ficou acordado que, para trabalhos iguais, os salários deveriam ser os mesmos, independentemente de sexo e nacionalidade e, em casos de aumento do tempo da jornada de trabalho, deveria haver acréscimo à remuneração do trabalhador. Os patrões ficaram obrigados a proporcionar aos trabalhadores habitações cômodas e higiênicas, pelas quais poderiam cobrar desde que não excedessem meio por cento da renda recebida, deviam estabelecer escolas, enfermarias e outros serviços necessários à comunidade e ficar responsáveis pelos acidentes de trabalho, sofridos no exercício da profissão ou do trabalho executado, devendo pagar indenizações correspondentes em consequência de morte, incapacidade temporal ou permanente.

Do parágrafo XVI ao parágrafo XXII, ficaram estabelecidas as resoluções sobre a formação de organizações e a realização de greves. Tanto operários quanto empresários passaram a ter o direito de se coligar em defesa de seus interesses, formando sindicatos, associações profissionais etc., e o reconhecimento das greves e paralizações como direito foi definida não só para operários, mas também para patrões. De acordo com o artigo XVIII da Constituição,

“Las huelgas serán lícitas cuando tengan por objeto conseguir el equilibrio entre los diversos factores de la producción, armonizando los derechos del trabajo con los del capital. En los servicios públicos será obligatorio para los trabajadores dar aviso, con diez días de anticipación, a la Junta de Conciliación y Arbitraje, de la fecha señalada para la suspensión del trabajo. Las huelgas serán consideradas como ilícitas únicamente cuando la mayoría de los huelguistas ejerciere actos violentos contra las personas o las propiedades, o en caso de guerra, cuando aquellos pertenezcan a los establecimientos y servicios que dependan del Gobierno” (MÉXICO. Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos: promulgada el 5 de febrero de 1917. Segunda edición Ediciones Facsimilares del Comité de Asuntos Editoriales. México, 1991.)

Os conflitos entre o capital e o trabalho ficariam sob decisão da Junta de Conciliación y Arbitraje, formada por igual número de representantes de operários e patrões e um representante do Governo. Caso houvesse a negativa do patrão em atender ao laudo pronunciado pela Junta, o contrato de trabalho seria cancelado e o empresário ficaria obrigado a indenizar o operário com três meses de salário. Já se a negativa partisse dos trabalhadores, o

contrato de trabalho seria suprimido. Em caso de demissão sem justificação ou pelo fato de o operário ter ingressado em um sindicato, por ter participado de uma greve lícita, ficaria a critério do trabalhador escolher o cumprimento do contrato ou a indenização com o valor de três meses de salário.

O apoio aos sindicatos e a relação de proximidade dessas organizações com o governo foi um dos pilares do regime cardenista e representou um ponto de continuidade com os governos anteriores. A participação do Estado nos conflitos operários-empresariais, durante 1934-1940 foi, via de regra, marcada pelo posicionamento favorável aos trabalhadores. Segundo Tobler, o princípio de intervenção do Estado na área do trabalho, junto com a ênfase na função social da propriedade, fizeram com que a Constituição mexicana fosse vista pelos seus adversários como socialista. No entanto, a intervenção estatal fixada pelo artigo 123 tinha o objetivo de eliminar a luta de classes, harmonizando os interesses opostos entre trabalho e capital, assim como o artigo 27 não indicava uma visão socialista da sociedade, posto que a propriedade privada ficava expressamente reconhecida. Na introdução ao Plano Sexenal, declaram que

La Constitución de 1917 mantiene, sin embargo, el respeto a los derechos e iniciativas individuales, para no establecer un régimen de absorción y nulificación del individuo por el Estado; pero abandona definitivamente, por contraria a los intereses colectivos, la organización jurídica anterior, en la cual, por defecto y abuso en los medios de la acción gubernativa, se creó una situación de privilegio para las minorías poseedoras de la riqueza, con grave daño de las grandes masas de población, relegadas a una condición de miseria y servidumbre (REVOLUCIONARIO, 1933, p.3)

Esses dois pontos retornarão à cena com o Plano Sexenal, documento elaborado durante a segunda convenção do Partido Nacional Revolucionário. Inicialmente, o intuito desse documento era de servir como uma espécie de roteiro a ser seguido pelo presidente eleito para o período de 1934-1940, de modo que suas ações e iniciativas ficassem limitadas ao direcionamento político de Calles, a fim de manter sua influência sob o poder executivo da nação. Segundo Tzvi Medin, “El Plan Sexenal reflejaba también la presencia combativa de círculos radicales y verdaderamente revolucionarios, dispuestos a luchar por una reorientación y revitalización del espíritu y de la acción revolucionarios” (MEDIN, 1974, p. 39). Já Lorenzo Meyer aborda esse grupo dissidente da política callista por outro ângulo. Para o autor, os quadros intermediários da elite política que não haviam sido favorecidos pelos compromissos feitos por Calles e seus seguidores com os antigos grupos dominantes se ressentiam pela ostentosa corrupção do círculo ligado ao Chefe Máximo. Assim, o descontentamento desse setor não só culminou no apoio à candidatura de Cárdenas como tornou possíveis modificações

substanciais no projeto do Plan Sexenal, que acabou se convertendo em um plano político relativamente radical (MEYER, 1971).

Na introdução do Plano Sexenal, fica estabelecida a adoção do nacionalismo econômico e a implantação de uma economia dirigida, também declarando que a sua doutrina é a do intervencionismo estatal. De acordo com o documento, essa postura é lógica, já que a Constituição de 1917 tirou do Estado o caráter de instituição puramente política e o orientou para a ação reguladora dos fenômenos vitais do país. Dessa forma,

Se desprende que la tesis en que debe fundarse el plan de gobierno que va a ocupar vuestra atención, es, unánimemente, la de que el Estado mexicano habrá de asumir y mantener una política reguladora de las actividades económicas de la vida nacional; es decir: franca y decididamente se declara que en el concepto mexicano revolucionario, el Estado es un agente activo de gestión y ordenación de los fenómenos vitales del país; no un mero custodio de la integridad nacional, de la paz y el orden públicos. (REVOLUCIONARIO, 1933, p.2)

Em concordância com Tzvi Medin, o intervencionismo do Estado estabelecido pelo Plano Sexenal se expressou em quatro esferas: a agrária, a industrial, a sindical e a educativa⁴².

O problema relativo à repartição de terras e sua melhor exploração é tido como o problema social de maior importância no país. A partir disso, a doação e restituição de terras e águas são organizadas em uma série de disposições – como o estabelecimento da Comissão Nacional Agrária e Comissões Agrárias mistas em cada estado do país – com o propósito de levar a cabo a política agrária e a organização ejidal. Segundo o Plano, o único limite para as doações e restituições de terras e águas era a satisfação completa das necessidades agrícolas dos centros populacionais rurais. Assim como na Constituição, o documento frisa o estrito respeito à pequena propriedade.

Camponeses e operários são reconhecidos pelo PNR como o fator social mais importante da coletividade mexicana e, em matéria trabalhista, sustentavam que todo indivíduo tinha o direito ao trabalho que lhe permitisse satisfazer suas necessidades, que o Estado interviria, direta ou indiretamente, com o propósito de assegurar que todos pudessem exercer esse direito. As disposições dos artigos 27 e 123 seriam sustentadas até que constituíssem uma realidade integral do meio social mexicano, a contratação coletiva dos assalariados seria estimulada como forma única ou ao menos preponderante de estabelecer relações entre patrões e trabalhadores e se faria imperativa, nos contratos coletivos de trabalho, a cláusula na qual o patrão ficava obrigado a não admitir elementos que não estivessem sindicalizados. Esse ponto

⁴² As esferas industrial e educativa não serão abordadas em profundidade apenas por questões de recorte temático, pois nos interessa, sobretudo, as disposições do documento acerca da questão agrária e sindical. No entanto, o intervencionismo estatal na esfera industrial se deu, em termos gerais, no incentivo à criação e ao desenvolvimento de empresas nacionais e na esfera educativa, a partir da implementação da educação socialista, em contraponto à educação laica estabelecida até então.

é sintomático em relação à política sindical que vai se estabelecer no sexênio cardenista, no qual o governo desempenha um papel central na formação e na atuação dessas organizações, que se tornam dependentes e protegidas pelo Estado e que, posteriormente, passarão a fazer parte dos quadros políticos do Partido Oficial. No Plano, se acorda que o Governo deveria contribuir para o fortalecimento das organizações sindicais e que “El Estado velará, asimismo, por que los sindicatos desempeñen lo más eficazmente posible la función social que les está encomendada, sin que puedan salirse de sus propios límites y convertirse en instrumentos de opresión, dentro de las clases que representan”.

Se o Plano Sexenal aprovado – e que, segundo Lázaro Cárdenas em seu discurso de posse, seria a norma de seu governo – resultou em um documento que expressava a postura política da ala mais radical do Partido Nacional Revolucionário, Vicente Lombardo Toledano, em um estudo publicado na revista “El trimestre economico”, aponta uma série de limitações desse programa de governo. As duras críticas feitas por esse líder sindical giram em torno do caráter não revolucionário do Plano Sexenal, da imprecisão dos acordos estabelecidos e das contradições que inviabilizam uma aplicação impessoal do plano.

Segundo Toledano, a simples leitura do documento oferece a impressão de que não houve acordo entre as pessoas que o redigiram, posto que cada capítulo possui declarações de princípios sobre o que deve ser a Revolução Mexicana, a respeito das funções do Estado e acerca da política econômica do país que empregam conceitos distintos, opostos e contraditórios entre si. Uma dessas incongruências apresentadas por Toledano diz respeito ao regime econômico do país: ao mesmo tempo em que se declara que “La Revolución es el fenómeno histórico que consiste en el hecho de que el pueblo asuma activamente la empresa de realizar una nueva concepción de la vida en sociedad, *transformando las instituciones públicas y el régimen de la producción.*” (TOLEDANO, 1934, p.6), mais à frente o documento afirma o seu estrito respeito à propriedade privada, estabelecendo, nas palavras de Toledano, “que el Plan no sólo no transformará el régimen económico, sino que debe circunscribirse a las posibilidades del presupuesto de ingresos del Gobierno, presupuesto basado en el régimen existente, en la realidad económica actual” (TOLEDANO, 1934, p.7). Assim, na visão do intelectual, o Plano Sexenal não consistia em um programa de governo revolucionário, uma vez que não alterava a propriedade das fontes e dos instrumentos de produção, mantendo o regime de produção baseado na propriedade privada. O documento redigido pelo Partido Nacional Revolucionário tratava somente de realizar os princípios estabelecidos na Constituição do México, muitos dos quais haviam sido letra morta até então.

Para Vicente Lombardo Toledano, o Plano Sexenal era um programa mal formulado, de tendências fascistas. Isso porque ficou determinada que a aplicação do Plano entraria como a primeira etapa de um regime progressivo de economia dirigida, estabelecendo o intervencionismo do Estado no processo econômico, e, para ele, toda economia dirigida ou planificada que descansa sobre a propriedade particular consiste em um regime fascista. Toledano aponta ainda a diferença entre o regime socialista e o fascista:

Ambos limitan la libertad económica del individuo, los dos se sirven del Estado para sujetar el proceso económico a normas rígidas, haciendo extensiva la dictadura técnica al campo político para garantizar el plan principal: pero mientras el fascismo conserva el principio del lucro, de la utilidad, de la renta, del interés individual, como consecuencia de conservar y proteger la propiedad privada, el socialismo suprime el lucro individual, por haber hecho de la propiedad el patrimonio colectivo, al que todos tienen iguales derechos (TOLEDANO, 1934, p.12).

O sexênio cardenista, que se desenvolveu apoiado nesses dois importantes documentos, será alvo de diversas classificações entre seus contemporâneos e aqueles que analisam esse período fundamental da história mexicana. Desde os revolucionários veteranos como Luís Cabrera, que enxergaram o período comandado por Cárdenas como um desvio comunista, dado o aprofundamento da política ejidal, até os revisionistas⁴³ de filiação marxista que veem a política cardenista como um motor do desenvolvimento capitalista e de acumulação do capital, o governo de Lázaro Cárdenas transcorre sob o olhar criterioso dos inúmeros sujeitos históricos que, direta ou indiretamente, foram afetados por sua política, por aqueles que presenciaram a ressonância de suas medidas e para quem restaram apenas os espasmos e os rastros dessa história.

2.3. Política cardenista: trabalhadores e sindicatos

Um dos marcos do sexênio cardenista foi a dissolução do Partido Nacional Revolucionário e a criação do Partido de la Revolución Mexicana (PRM), em 1938. Nascido como um partido de organização de massas, segundo o próprio Lázaro Cárdenas, a força do partido deveria derivar de quatro setores fundamentais: o operário, aglutinado em torno da

⁴³ De acordo com Allan Knight, a corrente revisionista “denota uma corriente reciente de interpretación histórica que, reaccionando contra las opiniones ortodoxas sobre la Revolución Mexicana, tende a destacar las tendencias de arriba-abajo, elitistas, constructoras del estado, y antipopulares de la Revolución. Los expertos pueden tener opiniones distintas respecto de lo que es exactamente el “revisionismo”; pero la mayoría cree en su existencia y no tienen problema en usar el término, a veces, hasta aplicándolo a sí mismos” (KNIGHT, 2011, p. 198).

CTM, o camponês, reunido através das Ligas de Comunidades Agrarias e depois na Confederación Nacional Campesina (CNC), o setor militar e o popular. A criação do novo partido é indicativa da concepção de Cárdenas de que não se podia governar sem a participação do operariado ou, ao menos, sem a sua aceitação. Para Raúl Trejo Delabre (1984), a estratégia cardenista consistiu em reivindicar a função do Estado como reitor da vida nacional, subordinando a ele todas as forças políticas e todas as forças de produção. Arnaldo Córdova (1979), por sua vez, aponta as acentuadas diferenças entre os dois partidos, onde o PNR era

Un clásico partido de grupos y de individuos que hacia la también clásica política de ciudadanos, dirigida a convencer a los individuos y no a las masas, claro está, con su buena dosis de violencia física. La lucha interna del PNR era también una lucha esencialmente individualista. Desde este punto de vista, el PRM está en las antípodas: no sólo era en formidable instrumento destinado a hacer política de masas y no de individuos, sino que, además, no estaba concebido como partido de individuos, en el que la afiliación personal constituye el acto fundacional del mismo. El PRM nació como partido de organizaciones de masas, al que estas mismas organizaciones de masas daban vida y de las cuales debía ser, a la vez, un coordinador, un servidor y la expresión de su unidad política en torno al programa de la Revolución (CÓRDOVA, 1979, p. 18).

Ainda de acordo com o mesmo autor, uma das características essenciais que define o Estado mexicano é a política de massas, a qual seria “un resultado histórico de la gran conmoción política, económica y social que constituyó la Revolución Mexicana de 1910-1917” (CÓRDOVA, 1979, p. 14). Visão partilhada também por Graciela Bensusán e Kevin Middlebrook (2013), para os quais a entrada do movimento operário na política nacional esteve entre as consequências mais importantes da Revolução Mexicana. Esse é, com efeito, um ponto basilar do governo cardenista, que suscitou um sem número de críticas e interpretações a respeito das relações estabelecidas entre o Estado e as denominadas “massas”.

O governo de Lázaro Cárdenas é classificado como populista, conjuntamente a outros tantos governos esparsos no tempo e no espaço. Esse conceito usado em referência à América Latina, de acordo com Ival de Assis Cripa, “foi utilizado para expressar o fenômeno da emergência das classes populares na vida política dos países deste continente” (CRIPA, 2009, p. 01). No entanto, o termo carrega consigo problemas teóricos e metodológicos inescapáveis ao seu uso e engendra problemas interpretativos de alta relevância. Uma das críticas mais veementes ao seu uso diz respeito à elasticidade que o vocábulo adquiriu, sendo aplicado em uma grande multiplicidade de momentos históricos, desconsiderando as conjunturas específicas e as particularidades de cada espaço, resultando na imprecisão de seu significado. Foram formadas perspectivas que adotavam a postura de agregar os fenômenos e aqueles que procuravam singularizá-los. Ambas continham seus perigos: “o perigo da primeira é a possibilidade de distorcer a informação empírica para forçá-la a encaixar-se nas suas

categorias de sua análise conceitual” (CAPELATO, 2001, p. 139), enquanto o perigo da segunda perspectiva era de “atomizar os processos históricos, tornando-os fragmentados e contingentes, impedindo a captação de seu sentido e direção mais amplos” (CAPELATO, 2001, p. 139). Numerosos estudos dentro das ciências sociais e da historiografia se dedicaram a oferecer uma definição do conceito de populismo e a compreender o seu potencial de utilização, elaborando correntes interpretativas que se posicionaram contra ou a favor da aplicação do conceito para realidades tão distintas. Segundo Rafael Pavani da Silva, “antes da atual dispersão de significados, a ideia de um populismo latino-americano ganhou expressão com o sociólogo Gino Germani, que considerou o populismo como uma fase de transição entre as sociedades tradicionais e modernas” (SILVA, 2001, p. 04). Essa teoria da modernização explica o conceito como uma etapa do desenvolvimento das sociedades latino-americanas, etapa necessária de passagem para uma sociedade desenvolvida e democrática, onde “a ideologia de classes deveria substituir a ideologia populista quando o desenvolvimento capitalista tivesse se completado na região” (CAPELATO, 2001, p. 136). Partidário dessa concepção, Arnaldo Córdova, um dos principais estudiosos do cardenismo, postula que o desenvolvimento do capitalismo criou condições para o aparecimento de uma sociedade de massas, porém

[...] diferentemente da Europa, em que a formação da sociedade de massas vinha acompanhada da liberalização das relações sociais, até culminar com a implantação do sufrágio universal, no caso mexicano, a manutenção dos privilégios das classes proprietárias, pelo regime de Porfírio Díaz, aumentou o descontentamento das classes populares e fez com que as massas irrompessem na cena política pela via Revolucionária⁴⁴ (CRIPA, 2009, p. 03).

Córdova defende que, apesar de as camadas populares terem surgido na cena política através da Revolução, elas apresentaram grande debilidade em se organizar e por isso teriam sido manipuladas por um Estado autoritário. Assim, “Córdova atribui ao Estado o papel de sujeito histórico, por excelência, em função do atraso da sociedade mexicana; toma as classes populares como débeis e as classes dominantes como dependentes⁴⁵” (CRIPA, 2009, p. 05). No entanto, acreditamos ser necessário romper com o entendimento que pressupõe a irracionalidade e a debilidade das camadas populares que, por certo, se constituíram como sujeitos históricos que exerceram ações políticas, estabeleceram uma dinâmica e um

⁴⁴ Como demonstra Ival de Assis Cripa no livro **A ideologia da Revolução Mexicana, a formação do novo regime**, Arnaldo Córdova defende a Revolução Mexicana como uma Revolução populista, que teria terminado com o fim do sexênio cardenista. Para ele, a Revolução Mexicana não pode ser considerada uma revolução social, pois “uma verdadeira revolução social começa com a tomada do poder político e se realiza como tal, abolindo o sistema de propriedade pré-existente e instaurando um novo” (CÓRDOVA, 1973, p. 32).

⁴⁵ “A Revolução Mexicana, para Córdova então, define-se não como uma revolução social, mas como uma Revolução Populista (CÓRDOVA, 1973:33). Uma revolução que não buscava eliminar a “dependência” econômica do México em relação às potências imperialistas, e sim modernizá-la” (CRIPA, 2009, p.04).

intercâmbio com os detentores do poder público⁴⁶. Além disso, parece-nos fecundo pensar as realidades latino-americana dos anos 30 em termos de uma cultura política⁴⁷ que surge como resposta a determinados problemas, eventualmente semelhantes nos diferentes países. Segundo Maria Helena Rolim Capelato, “A crise do liberalismo e da democracia, após a Primeira Guerra Mundial, abriu caminho para as correntes de pensamento antiliberais que defendiam a necessidade da presença de um Estado forte, intervencionista, capaz de promover o progresso dentro da ordem” (CAPELATO, 2001, p. 127). A incorporação das massas ao âmbito político foi considerada como solução viável a fim de evitar a radicalização das mesmas diante da crise econômica e política dos anos 30. Portanto, a resposta de cada país à conjuntura interna e externa em que se encontravam direcionou a construção de governos com características específicas e outras compartilhadas; estudá-los requer analisar, por exemplo, os antecedentes históricos de cada regime, a dimensão dos conflitos sociais e políticos desenvolvidos em determinada sociedade, as reivindicações anteriores feitas pelos setores populares etc. (CAPELATO, 2001, p. 163).

Assim, o estudo do governo de Cárdenas com a finalidade de conceituá-lo como populista ou não também deve partir dos pontos citados. Esse período precisa ser localizado dentro do marco que vai desde a queda da ditadura porfiriana até as tentativas de reconstrução do Estado mexicano após o término dos conflitos armados, ou seja, compreender o sexênio cardenista passa pelo entendimento da Revolução Mexicana. Segundo Cripa, “Cárdenas, para se eleger e obter apoio popular, durante seu governo, remetia-se aos emblemas e signos da Revolução Mexicana, que eram elementos que tinham forte apelo no imaginário social das massas” (CRIPA, 2009, p. 06). Rafael Pavani da Silva também propõe a análise do cardenismo dentro das balizas estabelecidas pela Revolução Mexicana, analisando as formas de mobilização pelas quais passaram as memórias do período revolucionário dentro dos discursos de Lázaro Cárdenas, a fim de legitimar seu poder. O historiador afirma que

As ressignificações produzidas nos sucessivos conflitos enfrentados pelo governo permitem destacar a importância da reconstituição do passado revolucionário como prática essencial da política cardenista e do próprio discurso como imprescindível na constituição da prática política (SILVA, 2009, p. 135).

⁴⁶ Segundo Maria Helena Rolim Capelato, “na década de 1980, passaram a ser questionadas as teses que apontavam para a fragilidade e a inconsciência das classes trabalhadoras” (CAPELATO, 2001, p. 143).

⁴⁷ De acordo com Serge Berstein (2009), a cultura política surge como uma resposta da sociedade a grandes problemas e crises. Destarte, a C.P pode ser considerada uma espécie de reação de um grupo diante de um acontecimento (ou um conjunto de acontecimentos) que movimentam as estruturas e o cotidiano do ambiente social em que vivem. Como exemplo, o autor cita o surgimento das culturas políticas republicana e tradicionalista, que seriam uma resposta à crise de 1789 a 1815, assim como o nascimento do socialismo e do liberalismo conservador, que vem em resposta às mudanças desencadeadas pela Revolução Industrial do século XIX.

Como já mencionado anteriormente, Lázaro Cárdenas, logo no início de sua campanha como candidato presidencial, convidou operários e camponeses a se reunirem cada grupo em uma central unificada com o propósito de defenderem seus interesses de classe. De acordo com Cripa, “a defesa da unificação de camponeses e operários, junto a outros segmentos da sociedade, em prol de um programa de reformas sociais durante o governo Cárdenas, foi uma das fases da política de massas do cardenismo” (CRIPA, 2009, p. 07). No entanto, a consciência da importância do apoio das classes proletárias para a manutenção do poder vinha desde os governos anteriores a Lázaro Cárdenas. Assim, os antigos líderes revolucionários que visavam à consolidação do seu poder político se viram obrigados a adotar estratégias que, em alguma medida, materializassem as demandas dos trabalhadores, que já haviam sido instituídas, em grande parte, na Constituição de 1917 através do artigo 123, mas que se mantiveram letra morta por seguidos governos.

A elaboração da Ley Federal del Trabajo em janeiro de 1931 surgiu com o propósito de formalizar e regulamentar as relações trabalhistas. Durante anos, os sindicatos mexicanos se reuniram para discutir o projeto de lei⁴⁸, pois, apesar de concordarem com a necessidade de um código de trabalho que regulamentasse aspectos mais particulares, acreditavam que alguns pontos do projeto de lei limitavam as liberdades sindicais e estabeleciam uma grande margem para a ação arbitrária das autoridades de trabalho⁴⁹ (DELABRE, 1984, p. 31). Essa Lei passava a regular as relações entre capital e trabalho, institucionalizando a função do governo como árbitro das relações trabalhistas. De acordo com Delabre,

Esta institucionalización de las relaciones laborales tenía dos razones. Una, la ya señalada intención del Estado por reglamentar los principales aspectos de la vida social, dentro de un proyecto general (más implícito que expreso) para reorganizar al país. Y, además, la existencia de un movimiento obrero que, aunque internamente dividido, agrupaba a los trabajadores de los principales sectores de la economía, y que expresaba sus demandas y preocupaciones a través de sus organizaciones (Delabre, 1984, p. 31).

⁴⁸ Em novembro de 1928, o governo federal convocou uma Convención Obrero Patronal para examinar os projetos de Ley Federal del Trabajo y Seguro Social antes de ser encaminhada ao poder legislativo. Nessa ocasião, a representação operária feita através de Lombardo Toledano se posiciona contra alguns pontos do projeto de lei, culminando na saída da CROM da Convenção e a ruptura com o governo de Portes Gil. (DELABRE, 1984, p. 30)

⁴⁹ Delabre prossegue: “las agrupaciones que expresaron desacuerdos con la Ley y que intentaron articular sus acciones a tal efecto, estaban la CROM, la CGT, la Alianza de Artes Gráficas del D.F., la Liga Nacional de Campesinos, la Confederación Nacional de Electricistas, la Federación Sindical del D.F., etc.³² Además, como ya hemos señalado, la CSUM, cuyas críticas eran las más radicales. Sin embargo las divisiones entre estas mismas organizaciones les impidieron formar un frente con la suficiente cohesión para hacer prosperar sus puntos de vista” (DELABRE, 1984. P.31). A CSUM era a Confederación Sindical Unitaria de México, organização realizada pelo Partido Comunista Mexicano. A princípio, essa organização contou com o apoio do presidente Portes Gil (1928-1929), que via nela uma maneira de solapar o poder já agonizante da CROM. As relações entre a CSUM e o Estado foram sendo alteradas devido ao posicionamento anticapitalista da organização, que se chocava com o governo revolucionário e as divergências em relação à Ley Federal del Trabajo.

Apesar de contestada em alguns pontos pelos sindicatos, a LFT assegurou uma série de disposições favoráveis às organizações operárias, sendo uma das principais o estabelecimento de contratos coletivos de trabalho quando solicitado por um sindicato reconhecido oficialmente. Também foram criadas estruturas especializadas na administração pública para a regulação das relações entre patrões e operários, como a Junta Federal de Conciliación y Arbitragem (JFCA), formada com a presença de representantes operários, empresariais e governamentais, que submeteu as indústrias de importância estratégica ao controle federal direto. A canalização do poder nas relações trabalhistas foi reafirmada com uma emenda constitucional aprovada em 1929, que delegou ao Congresso Federal a autoridade exclusiva para legislar em matéria trabalhista (BENSUSÁN, MIDDLEBROOK, 2013, p. 33).

Apesar dessas realizações, os sindicatos não deixaram de encontrar obstáculos dentro do cenário político mexicano. De acordo com Graciela Besusán e Kevin Middlebrook (2013), um grupo de menos de vinte trabalhadores possuía o direito de formar um sindicato sem autorização prévia, no entanto, essa organização não poderia negociar contratos coletivos com o patrão, nem realizar outras atividades – como as greves – até que estivesse oficialmente registrado nos órgãos estabelecidos. Esses procedimentos de registro, aparentemente diretos, eram permeados por arbitrariedades e mecanismos de influência política, dificultando o processo que permitiria uma participação mais efetiva do sindicato no meio trabalhista. Ademais, os sindicatos eram obrigados a informar mudanças de cargos dirigentes, e seus funcionários não tinham permissão para atuar até que sua eleição ficasse reconhecida por autoridades trabalhistas estatais – Juntas Locales de Conciliación y Arbitraje – ou federais – Secretaría del Trabajo y Previsión Social.

Essas exigências não impediram, no entanto, o crescimento colossal da CROM, que chegou a controlar parte do aparato estatal quando seu líder Morones tornou-se Secretário da Indústria, Comércio e Trabalho durante o mandato de Calles (1924-1928). Essa forte relação com o Estado obviamente pressupunha trocas, e o sindicato ficava responsável por impor a estabilidade nas relações operário-empresariais – denominada pelos dirigentes da CROM como uma “anistia na luta de classes” – e restringir as greves nas atividades econômicas. A ânsia de domínio dos grupos operários pela CROM fez com que essa afirmasse políticas coercitivas contra os próprios trabalhadores, como o estabelecimento da cláusula de exclusão nos contratos coletivos, tornando obrigatória a filiação a um sindicato (vale lembrar que a CROM, em várias ocasiões, respondeu com violência a sindicatos concorrentes, como já mencionado).

Refletiram na enorme ocorrência de greves durante os primeiros anos do sexênio cardenista todo esse panorama de incentivo à formação de organizações trabalhistas, a criação

de leis e de órgãos direcionados para esse âmbito, e a concepção de Lázaro Cárdenas, para o qual

El concepto moderno de la función del Estado y la naturaleza misma de la legislación del trabajo, en amplitud universal requieren que los casos de duda sean resueltos en interés de la parte más débil. Otorgar tratamiento igual a dos partes desiguales, no es impartir justicia ni obrar con equidad.(RÍO, 1936, p.2).

Em 1933, verificaram-se 13 greves. Em 1934, 202 greves. Já sob a presidência de Cárdenas⁵⁰, em 1935, foram registradas 642 greves, a maioria em prol do aumento salarial. Obviamente, os patrões e os setores mais conservadores da sociedade expressaram sua insatisfação e preocupação com a postura flexível de Cárdenas em relação aos trabalhadores, exigindo a repressão dessas greves, o que não aconteceu. O presidente michoacano, em diversas ocasiões, deixou clara sua posição em prol dos operários, afirmando que, para o avanço do país, se fazia necessária a melhoria da situação dos trabalhadores, posicionamento que ficou evidente em duas situações específicas: o rompimento com Plutarco Elías Calles, já citado anteriormente, e a greve da Vidreira Monterrey.

Monterrey era a sede de um dos grupos mais beligerantes da burguesia industrial e o principal centro de indústria pesada do país. Seus empresários, apreensivos acerca da prática do artigo 123, criaram a Confederación Patronal de la República Mexicana (COPARMEX) em 1928. Segundo Jane Walter,

La actividad política en el estado de Nuevo León estaba limitada por la coincidencia de intereses de las fuerzas económicas dominantes y de políticos en ascenso. En Monterrey, los empresarios conservadores dominaban a la fuerza de trabajo por medio de diversos sindicatos blancos y de un sistema de asistencia paternalista. (WALTER, 1984, p.11)

A aparente vantagem dos capitalistas de Monterrey durante o conflito se deu pelo poder econômico da região, posto que a produção desse importante centro foi posta em perigo pelo embate entre operários e empresários. Tal embate teve início quando, em 1936, os membros do comitê executivo do Sindicato de Trabajadores de la Vidriera de Monterrey – organização vinculada à CGCOM – foram demitidos por se tornarem representantes dos trabalhadores no processo de negociação de um novo contrato de trabalho com os proprietários. A destituição desses operários fez com que o Sindicato se reunisse em assembleia geral, declarando que uma onda de greves emergiria em Monterrey. Uma manifestação com 3.000 operários obteve o apoio do governador do Estado e do chefe da Junta Central de Conciliación y Arbitraje. Enquanto esse organismo preparava sua decisão judicial sobre a legalidade da greve

⁵⁰ Lázaro Cárdenas toma posse do Poder Executivo em dezembro de 1934.

dos operários da Vidreira, uma paralização de 42 sindicatos controlados pelos patrões ia sendo organizada. A declaração da legalidade da greve fez com que os proprietários paralisassem suas atividades em Monterrey durante dois dias e levassem a cabo uma manifestação que mobilizou 60.000 pessoas.

Durante todo o desenvolvimento do conflito, os empresários e capitalistas de Monterrey vociferaram acusações de infiltração comunista no país e de contato dos operários com a URSS, chegando a se reunir para discutir a criação de uma associação cívica de caráter nacional, com o intuito de combater o comunismo, a anarquia e a desordem que, segundo eles, reinavam pelo país. Enquanto isso, grupos operários nacionais, CGCOM e suas filiais regionais discutiam a possibilidade de uma greve operária nacional como forma de represália aos acontecidos em Monterrey.

Como se vê, os grupos envolvidos estavam certos de seus posicionamentos, e uma batalha entre os dois setores tornava-se cada vez mais eminente. É em meio a essa tensão que Lázaro Cárdenas chega a Monterrey para ouvir as partes envolvidas no conflito e resolvê-lo, já que o caos instalado não só afetava a economia do país, como cobrava do governo a afirmação da sua ideologia trabalhista.

Lázaro Cárdenas discursou em uma manifestação que reuniu 18.000 trabalhadores em apoio ao seu governo e afirmou que ainda existiam muitos redutos onde se lutava para deter a marcha que tinha como objetivo o melhoramento das classes proletárias. A resistência ao cumprimento de seu programa de governo estaria se dando em outras regiões, tanto industriais quanto agrícolas, o que ficava evidente em Monterrey e nos casos de La Laguna e Yucatán. Também nessas situações haviam sido registradas agitações que o povo mexicano cria serem uma tendência comunista disposta a subverter a ordem social garantida pelas instituições do país, quando, na verdade, se desenvolviam apenas lutas das organizações de trabalhadores a fim de usufruir das conquistas que o regime do país havia estabelecido. Cárdenas era categórico ao afirmar que o México não era um país comunista.

O presidente reiterou a necessidade e a importância da unificação dos elementos que constituem a classe trabalhadora para que pudesse eliminar as lutas intergremiais que dificultavam o caminho que conduziria à elevação social, econômica e cultural das massas. Era preciso que as classes trabalhadoras se associassem com seus “*propios Hermanos*, para lograr su mejoramiento, a la vez que para evitar que sus enemigos de clase los combatan en la forma que ahora pueden hacerlo” (RÍO, 1936, p.3). Declarou que os movimentos levados a cabo pelas organizações de trabalhadores não possuem outro caráter que não o de uma luta social justa nos termos da lei, que não alarmavam nem ao país nem ao governo, posto que todos sabiam que o

objetivo dos trabalhadores se reduzia a conseguir conquistas que fossem compatíveis com a capacidade produtora e financeira das empresas. Por fim, Lázaro afirma:

Estoy cierto de que los obreros y los campesinos de la República no se están entregando a una labor de agitación política. Sus movimientos son de carácter social y se desarrollan dentro del marco de la ley, para obtener las ventajas económicas, dentro de las posibilidades de las empresas productoras y al amparo de un gobierno que ha venido pugnando porque se establezca el equilibrio social sobre la base de relaciones justas entre el capital y el trabajo, que es el fundamento único de un buen entendimiento. (RÍO, 1936, p.2)

Esse discurso, por si só, deixava explícita, a partir do caso de Monterrey, a postura que Cárdenas tomava em relação aos conflitos operário-empresariais. Ainda por ocasião desses conflitos, Cárdenas discursou para a classe empresarial dando origem a um importante documento conhecido como “Los Catorce Puntos”, também publicado no periódico oficial *El Nacional*. De acordo com Janes Walter, esse documento incluía os postulados manifestados por Cárdenas para todos os envolvidos no embate de Monterrey e era uma síntese da política trabalhista do Estado, marcando as pautas das relações Estado-trabalho-capital para todo o país.

Nele, o presidente negava veementemente a possibilidade de intervenção dos patrões nas organizações dos operários, já que eles não tinham direito algum de invadir o campo de ação social proletária. A classe empresarial tinha o direito de vincular suas organizações a uma estrutura nacional assim como acontecia com os operários, enquanto era determinado um limite para as agitações operárias, que correspondia às possibilidades econômicas que as empresas possuíam para atender às suas reivindicações. Três pontos dos catorze elaborados tratavam sobre o comunismo, retórica tão cara aos empresários de Monterrey. Cárdenas afirmava que as agitações sociais não estavam associadas à existência de núcleos comunistas, que formavam minorias sem influência determinada nos destinos do país. Para ele, as agitações provinham da existência de aspirações e necessidades justas das massas trabalhadoras e da falta de cumprimento das leis de trabalho. Lázaro não negava a presença de pequenos grupos comunistas no país, mas afirmava que eles existiam em vários países do mundo, defendendo que a ação desses grupos no México não comprometia a estabilidade das instituições e que não deveria assustar nem o Governo nem os empresários. Por fim, declarava que os comunistas não causavam mais danos que os fanáticos que assassinavam professores e que se opunham ao cumprimento das leis e do programa revolucionário. Assim como esses elementos eram tolerados, os comunistas também o deviam ser.

Dois pontos indicam notavelmente a importância do conflito em Monterrey e desse documento construído a partir dele. Lázaro Cárdenas determinou que “el gobierno es el árbitro y el regulador de la vida social” e que “los empresarios que se sientan fatigados por la lucha

social, pueden entregar sus industrias a los obreros o al Gobierno. Eso será patriótico; el paro no.” (RÍO, 1936, p.10)

Em suma, as atitudes nacionalistas a favor dos operários e camponeses, ao mesmo tempo que se chocaram de frente com os interesses dos setores econômicos dominantes, construíram a base de apoio do governo cardenista. De acordo com Cripa, a política de massas empreendida durante esse sexênio garantiu a estabilidade política do país e criou condições para que Cárdenas desenvolvesse reformas que transformaram a sociedade mexicana. Havia, portanto, uma identificação entre os objetivos de sua gestão e os objetivos das massas e

Ao contrário do que acreditaram os teóricos do populismo na América Latina, as massas não eram um mero joguete nas mãos do governo – sua ação política era fundamental para dar suporte aos poderes de um regime que realizou reformas sociais importantes no México e permitiu avanços importantes das classes trabalhadoras -. O governo de Cárdenas foi, na verdade, empurrado para a esquerda pelas massas e foi forçado a aprofundar as reformas sociais prometidas durante a fase armada da Revolução Mexicana⁵¹ (CRIPA, 2009, p. 11).

Concordamos com Allan Knight quando esse autor defende o genuíno radicalismo da política cardenista, ressaltando que esse radicalismo precisa ser analisado de forma comparativa com o período anterior e posterior à ascensão de Lázaro Cárdenas, assim como com os outros governos da época e em relação à conjuntura internacional. Não é sem razão que os capitalistas acusaram o presidente de desenvolver uma política unilateral a favor das classes trabalhadoras e classificaram tantas vezes seu governo como comunista, temendo e condenando o apoio que o Poder Executivo da nação dava às inúmeras greves levadas a cabo durante esse período.

O peso das organizações populares durante o regime cardenista é um fato dado. O que causa divergência é analisar se elas foram manipuladas pelo Estado e, em caso afirmativo, em que medida isso se deu ou se essas organizações foram ativas na política reformista de Cárdenas. Knight acredita que essas organizações não foram dóceis títeres de um regime maquiavélico, que houve imposições políticas de cima para baixo, mas que, na maioria dos casos, as pressões populares foram decisivas. As reformas agrárias não foram concedidas como benesses, elas foram precedidas de anos de luta, protestos e repressões, assim como no caso das conquistas trabalhistas dos operários, reprimidos violentamente por vários governos. Acredito ser necessário, mais que a busca por encaixar o governo cardenista dentro de determinado conceito ou compreendê-lo a partir das imprecisões e limitações de um vocábulo, compreender

⁵¹ Jane Walter mostra que se deram circunstâncias excepcionais para a constituição da aliança entre o Estado cardenista com as massas mobilizadas, uma vez que essas já haviam iniciado seu processo de organização dentro da conjuntura de retração das políticas reformistas, com a redução da reforma agrária e as duras consequências impostas pela depressão econômica mundial. (WALTER, 2009, p. 67)

as tensões e as contradições inerentes a todos os processos históricos e que constroem as dinâmicas desse período. Dessa forma, o fato de Lázaro Cárdenas ter introduzido uma estrutura institucional de cunho autoritário e ter construído uma política controladora que, em variáveis medidas, implicou a perda da autonomia dos movimentos sociais, não impediu nem anulou as conquistas das classes populares que se deram durante seu regime ou a consolidação de direitos trabalhistas reivindicados por anos e à custa de muito sangue, os quais, em dias atuais, estão em vias de desaparecimento.

3. O OURO NEGRO EM DISPUTA: A EXPROPRIAÇÃO DO PETRÓLEO MEXICANO E SUA LEGITIMAÇÃO EM PAUTA

3.1. Entre o Bom Vizinho e o rompimento diplomático: a reação dos Estados Unidos e da Inglaterra à expropriação

As maiores empresas que atuavam no México, a Standard Oil e a Royal Dutch Shell, assim como seus respectivos países de origem, Estados Unidos e Grã-Bretanha, consideravam a expropriação de suas propriedades como uma saída pouco provável para o conflito que se desenrolava desde meados de 1937. Apesar das recorrentes expropriações de terrenos agrícolas – sobretudo estadunidenses – e das diretrizes nacionalistas contidas no Plano Sexenal, acreditavam que a ação do governo mexicano se restringiria a uma intervenção nas companhias, com a exigência do pagamento de impostos sobre a produção e do aumento salarial estipulado pela Junta Federal de Conciliação e Arbitragem. O decreto de 18 de março de 1938, baseado na Constituição de 1917 e na Lei de Expropriação de 1936, recebeu grande apoio dos mexicanos⁵² e despertou diferentes reações entre as partes envolvidas no conflito.

⁵² O jornal *Correio Paulistano* publicou um trecho de uma matéria do jornal oficial do Partido Nacional Revolucionário (PNR), *“El Nacional”*, o qual estabelecia uma ligação entre a data da independência nacional (1810) com 1938, “a data da independência econômica”. O jornal mexicano declarou que “a obra dos fundadores da nacionalidade continuava incompleta. Foi completada, hoje, pela expulsão do solo mexicano de empresas, cujo poder pendia para a dominação política e a para a preponderância econômica” (Jornal *Correio Paulistano*, “A expropriação das companhias petrolíferas pelo governo do México”, 22/03/1938, p. 4). Dois dias depois, o jornal paulistano mostrou as manifestações ocorridas no México em apoio à expropriação através da Agência Reuter. Ela informou a realização de uma “manifestação monstro”, organizada pelos Sindicatos Operários, com a participação de “cem mil homens e mulheres” que aclamavam a decisão do presidente Cárdenas. Estudantes participaram da passeata carregando estandartes com mensagens de apoio e exaltação ao decreto: “Esta é a lição que Cárdenas dá à América Latina”, “Aceitamos uma diminuição dos salários para assegurar a completa independência do México”, “O México, agora, aos mexicanos” (Jornal *Correio Paulistano*, “O governo norte-americano afirma que não recebeu pedido formal de intervenção no caso da expropriação das companhias de petróleo no México”, 24/03/1938, p.1). Evidentemente, a expropriação das companhias petrolíferas foi recebida com cautela e desaprovação por alguns círculos mexicanos, que temiam o impacto negativo da decisão na

Compreender as linhas de ação tomadas pela Inglaterra e pelos Estados Unidos acerca da nacionalização requer ampliar nossa área de observação para além do território mexicano. A conjuntura mundial orientou de forma precisa a postura desses países diante da expropriação e das negociações posteriores à sua concretização. Assim como a expropriação foi o desfecho de um longo processo, o acordo entre os países envolvidos no conflito, as empresas estrangeiras e o governo mexicano também se estendeu por um extenso período, sendo finalizado somente na década de 1940, após o fim do mandato de Lázaro Cárdenas. Até então, Estados Unidos e Inglaterra adotaram condutas substancialmente diferentes, que refletiram não só o peso de suas companhias petrolíferas dentro do México, a importância que o petróleo mexicano tinha em suas economias, como também – e talvez, sobretudo – a situação política em que os países se encontravam naquele momento, quando a Segunda Guerra Mundial já despontava no horizonte.

3.1.2. A intransigência da Inglaterra e o rompimento diplomático

“Nos círculos bem informados diz-se que o único obstáculo para a aplicação do decreto de expropriação seria a oposição de Washington. As objeções britânicas, conquanto sejam consideradas de caráter muito sério, não constituem uma obstrução definitiva”.⁵³

O trecho da matéria publicada no jornal *Correio Paulistano* indica a subordinação dos interesses britânicos em relação aos Estados Unidos no tocante à expropriação. Apesar da

nacionalização foi preponderantemente positivo. O *Correio Paulistano* publicou a imagem de uma passeata em comemoração ao primeiro ano da expropriação (Jornal *Correio Paulistano*, “Uma comemoração no México, 07/05/1939). Ainda o mesmo periódico, através da Agência Havas, informou a reunião realizada entre Cárdenas, ministros e governadores de Estado, onde ficava acordada a transferência de cinco por cento da totalidade das receitas das indústrias extrativas a fim de auxiliar no pagamento da indenização, além do recebimento de contribuição de particulares para esse mesmo fim (Jornal *Correio Paulistano*, 26/03/1938, p. 2). Em um documento escrito por Jesús Silva Herzog, intitulado “México y el vampirismo petrolero” (1938), o assessor do Ministro da Fazenda conta sobre um Comitê organizado no Palácio de Belas Artes para coletar fundos para auxiliar no pagamento das indenizações. Segundo Herzog, “Muchas personas aportaron lo que pudieron: dinero en sumas pequeñas o de cierta cuantía, joyas y otros objetos de valor. Se publicó entonces que una viejecita del pueblo entregó una gallina, su único patrimonio”. Essa data se tornaria, segundo Verónica Vázquez Mantecón, uma das datas de suporte ritual na construção do mito em torno de Lázaro Cárdenas (MANTECÓN, 2009, p. 184) como a consolidação do nacionalismo da Revolução Mexicana. Segundo Lorenzo Meyer, as manifestações de massas realizadas logo após o decreto de expropriação e as dos anos seguintes foram em parte organizadas pelo próprio governo. No entanto, converteram-se em uma grande prova de unidade de todos os setores do país, incluindo a Igreja Católica. O fato de terem organização do poder central não diminuiu a importância das manifestações, haja vista a liberdade de escolha dos indivíduos em aderir ou não a elas.

⁵³ *Jornal Correio Paulistano*, “A expropriação das companhias petrolíferas mexicanas”. 10/04/1938, p. 2. As citações transcritas dos periódicos estão com a ortografia atualizada. Em alguns casos, as referências estarão sem indicação de página, devido a qualidade visual do material em estudo.

empresa anglo-holandesa⁵⁴ El Águila ter a maior inversão petrolífera no México no momento da expropriação e de seu montante ser consideravelmente superior ao estadunidense⁵⁵, o imperialismo inglês havia dado lugar ao imperialismo norte-americano, fazendo com que a Inglaterra estivesse ciente de que o poder de pressão sobre o México estava nas mãos de Washington.

Mesmo mantendo constante contato com os Estados Unidos a fim de discutirem os passos para um acordo com o México, a reação da Inglaterra à nacionalização foi mais agressiva e intransigente do que a norte-americana. Desde o princípio, o primeiro ministro britânico, Arthur Neville Chamberlain, deu total apoio às empresas inglesas, negando veementemente a legalidade da expropriação. De acordo com a visão inglesa, o não pagamento imediato das indenizações tornava a expropriação uma confiscação⁵⁶, fazendo com que a única solução possível e de acordo com o direito internacional fosse a devolução da indústria para seus antigos donos.

A questão indenizatória foi o ponto de comum acordo entre Estados Unidos e Inglaterra. Ambos os países acordavam sobre a necessidade do pagamento das indenizações, de forma imediata, mesmo não existindo um consenso sobre o valor a ser pago. As negociações acerca do valor das indenizações esbarraram nas reiteradas negativas das empresas em estabelecer contato direto com o México para a avaliação de seus bens. Soma-se a isso a discordância sobre a inclusão ou não do petróleo que ainda estava no subsolo no valor a ser pago. Enquanto as companhias alegavam que esse óleo era de sua propriedade, o governo mexicano sustentava que as riquezas do subsolo pertenciam à Nação, como estava estipulado pela Constituição de 1917. O acordo com as empresas anglo-holandesas deu-se apenas em 1947, cinco anos depois que o conflito havia sido resolvido com os Estados Unidos, o que nos dá uma mostra do papel secundário que a Inglaterra ocupou nas preocupações mexicanas sobre a contenda petroleira.

⁵⁴ A Holanda, que também explorava o petróleo mexicano, enviou quatro notas de protesto ao México – entre abril e outubro de 1938 – através das quais colocava em dúvida a legalidade da Lei de Expropriação de 1936, do decreto de 18 de março de 1938 e das decisões da Junta de Conciliação e Arbitragem. Mothöfer, encarregado de negócios dos Países Baixos, seguiu a mesma linha da Inglaterra, afirmando que o impasse da expropriação só poderia ser resolvido através do pagamento imediato ou da devolução das propriedades.

⁵⁵ A disputa pelos territórios petrolíferos mexicanos entre as duas maiores empresas estrangeiras – Standard Oil e Royal Dutch Shell – cessou em 1926, com a divisão do território em Tampico. A partir dessa data, o Norte ficava a cargo da companhia estadunidense, enquanto o Sul era propriedade da Shell. No entanto, a companhia britânica se beneficiaria enormemente com a descoberta do depósito petrolífero de Poza Rica. Com a sua exploração, a Royal Dutch Shell chegou a ser responsável por 65% da produção do petróleo mexicano.

⁵⁶ A Lei de Expropriação de 1936, que foi uma das bases para a nacionalização do petróleo mexicano, estipulava a expropriação de qualquer propriedade privada por causa de utilidade pública. A mesma lei estabelecia o pagamento das indenizações em um prazo de dez anos. A Inglaterra exigiu o pagamento integral e imediato das compensações, o que estava completamente fora das capacidades financeiras do México.

As conversações entre o governo norte-americano e o britânico não foram suficientes para o entendimento deste último com o México. A Inglaterra enviou notas de protesto apresentadas pelo ministro britânico O' Malley à Secretaria de Relações Exteriores mexicana, cujas divergências de opiniões levou ao rompimento das relações diplomáticas entre os dois países. O jornal *Correio Paulistano* não abordou esse tema, enquanto o *Correio da Manhã* transcreveu alguns trechos das notas. Somente o jornal *Gazeta de Notícias* publicou as comunicações entre a Inglaterra e o México. Ao todo, foram três notas diplomáticas, tendo sido as duas primeiras publicadas pelo periódico carioca com as respectivas respostas mexicanas, assinadas pelo secretário de Relações Exteriores, Eduardo Hay.

A primeira nota da Inglaterra, datada de 8 de abril de 1938, se lançou em defesa da empresa El Águila⁵⁷ e dos inversionistas britânicos, chamando a atenção do governo mexicano para alguns pontos que considerava cruciais na contenda em curso. O protesto britânico classifica como injusto o tratamento dado à empresa petrolífera mencionada, acusando a Suprema Corte do México de não ter levado em conta, em sua decisão, “que os peritos e a Junta excluíram provas essenciais indevidamente, ou consideraram de um modo inadequado ou as desprezaram imprópriamente”⁵⁸. Essas provas demonstrariam equívocos nas cifras relativas aos lucros e despesas das companhias, cálculo que foi realizado para saber se as empresas estavam em condições de arcar com o aumento salarial reivindicado pelos operários.

Para o governo britânico, o não cumprimento do laudo da Junta de Conciliação e Arbitragem e da sentença da Suprema Corte não justificava “uma medida tão drástica e de consequências de tal alcance como a expropriação”⁵⁹. Acreditando que a nacionalização havia ido além do necessário, classificando-a como rigorosa e arbitrária, a nota também questiona a aplicação dos motivos de utilidade pública através dos quais o decreto de 18 de março havia sido instituído:

O Governo de Sua Majestade não discute o direito geral de um governo para expropriar por motivo de utilidade pública e com pagamento de indenização adequada. Porém esse princípio não pode ser aplicado para justificar expropriações cujo caráter é essencialmente arbitrário. No caso presente a expropriação foi o ponto culminante de uma série de fatos e a validade da expropriação não pode ser considerada independentemente⁶⁰

⁵⁷ A El Águila era subsidiária da Royal Dutch Shell no México.

⁵⁸ Jornal *Gazeta de Notícias*, “A expropriação das companhias de petróleo no México – as notas trocadas entre o governo inglês e mexicano”, 17/04/1938, p.5

⁵⁹ Idem

⁶⁰ Jornal *Gazeta de Notícias*, “A expropriação das companhias de petróleo no México – as notas trocadas entre o governo inglês e mexicano”, 17/04/1938, p.5

O governo britânico alegou não ver motivos de utilidade pública que justificassem a expropriação. No entanto, o artigo primeiro da Lei de Expropriação de 1936 determinou quais seriam consideradas as causas de utilidade pública para o México: o parágrafo VII diz respeito à defesa, conservação e desenvolvimento dos elementos naturais suscetíveis de exploração, enquanto o parágrafo VIII versa sobre a equitativa distribuição de riquezas monopolizadas com vantagem exclusiva de uma ou várias pessoas, com prejuízo da coletividade ou de uma classe em particular. Todo histórico das empresas petrolíferas estrangeiras se encaixa nos parágrafos citados, posto que sua atuação foi, majoritariamente – se não por completo –, voltada para o benefício dos países alienígenas. O estudo da comissão designada para averiguar se as companhias tinham ou não capacidade financeira para arcar com o aumento salarial foi além do fator econômico, convertendo-se em um extenso relatório sobre as atividades das empresas em território mexicano.

Segundo Lorenzo Meyer, os interesses do governo mexicano não coincidiam em quase nenhum ponto com os interesses das empresas petrolíferas, fazendo com que o estudo da comissão não fosse outra coisa que não a opinião da administração cardenista sobre a indústria do petróleo (MEYER, 2013, p. 322). Evidentemente, a conclusão da comissão estava de acordo com as políticas do mandato de Lázaro Cárdenas, cujo Plano Sexenal estipulava a regulação das atividades de exploração dos recursos naturais pelo governo, além da efetiva nacionalização do subsolo. No entanto, os atritos entre poder central e as companhias petrolíferas não podem ser restringidos ao governo cardenista. Desde que foram iniciados os conflitos da Revolução Mexicana e que seu caráter nacionalista foi tomando forma cada vez mais definida, as empresas temiam pela ameaça de seu *status quo* no México. Mesmo que os governos revolucionários anteriores não tenham conseguido efetivar o nacionalismo da Constituição de 1917 no que tange ao petróleo, várias tentativas de aumentar o controle governamental e o retorno financeiro para o México sobre a exploração e produção do óleo foram realizadas, sendo sempre rechaçadas com veemência pelas empresas e seus países de origem.⁶¹

⁶¹ Desde o governo de Francisco Madero (1911-1913), é possível identificar a tentativa de instituir modificações sobre o cenário petrolífero mexicano, com a aplicação de impostos. O primeiro período presidido por Venustiano Carranza (1914-1917) é marcado pela criação de órgãos direcionados à questão petrolífera como a Comissão Técnica sobre a Nacionalização do Petróleo (1916) e a Comissão Técnica de Petróleo, mas, sobretudo, pela elaboração da Constituição de 1917, cujo artigo 27 institui a separação do solo e do subsolo, devolvendo à nação o domínio sobre o último. O documento cita de forma específica que a propriedade do petróleo, dos hidrocarbonetos sólidos, líquidos ou gasosos, no subsolo, é de caráter inalienável e imprescritível da Nação. A partir de então, as pressões diplomáticas, chantagens, ameaças de invasão militar e pressões por via jurídica tornaram-se uma constante. Obregón (1920-1924), por exemplo, cedeu às pressões estrangeiras, flexibilizando a Constituição a tal ponto que, no tocante ao petróleo, retrocedeu a condições semelhantes ao mandato de Porfírio Díaz. De acordo com Lorenzo Meyer, os dois períodos que mais apresentaram progressos no processo de nacionalização do petróleo – durante o governo de Carranza e de Cárdenas – coincidiram com as crises mundiais

Em seu discurso feito para todo o país, Cárdenas esclareceu o processo que culminou na expropriação, traçando um breve histórico da atuação das empresas estrangeiras de petróleo no México. Contestando a afirmação de que a indústria petrolífera havia levado ao país enormes capitais para o seu desenvolvimento, Cárdenas afirmou que a assertiva era exagerada, posto que as empresas gozaram, durante anos, de enormes privilégios para seu fomento e expansão, com retornos ínfimos para o país. Adiante, Cárdenas questiona:

Examinemos la obra social de las empresas: ¿En cuántos de los pueblos cercanos a las explotaciones petroleras hay un hospital, una escuela o un centro social, o una obra de aprovisionamiento o saneamiento de agua, o un campo deportivo, o una planta de luz, aunque fuera a base de los muchos millones de metros cúbicos del gas que desperdician las explotaciones? (RÍO, 1938, p.4)

Para além dessa problemática – que pode ser percebida na realidade de outros países latino-americanos –, o presidente mexicano aponta as intervenções das empresas na política nacional sendo, a seu ver, a contingência mais danosa das que havia citado. A negativa das companhias em aceitar a aplicação da legislação nacionalista chegou ao ápice na contenta iniciada em 1937. O não cumprimento do laudo da JFCA e da sentença da Suprema Corte não apenas impediam, mais uma vez, a efetivação das leis mexicanas, mas colocavam em jogo a soberania do Estado e a existência do próprio governo, como seria dito pelo secretário Eduardo Hay.

A primeira nota de protesto britânica é finalizada sob austeras acusações

Em vista das considerações acima mencionadas – acerca das quais o Governo de Sua Majestade reserva-se o direito de expô-las novamente e ampliá-las – acha difícil não chegar à conclusão de que o verdadeiro motivo da expropriação foi o desejo político de adquirir permanentemente para o México as vantagens da propriedade e do controle dos campos petrolíferos, que a expropriação equivale a uma confiscação levada a cabo sob aparência de legalidade fundada em conflitos de trabalho; e que as consequências foram a denegação da justiça e a transgressão, por parte do governo mexicano, dos princípios do Direito Internacional⁶²

A resposta mexicana, enviada quatro dias após o recebimento do protesto inglês, rechaça os argumentos expostos pelo ministro britânico, principalmente a intervenção do governo na contenda. De acordo com Eduardo Hay, o governo mexicano

Não pode deixar de advertir que, mesmo supondo-se que numerosos inversionistas britânicos estejam muito interessados na situação que atravessa a companhia mencionada, esta é uma empresa mexicana e, em consequência, o patrocínio de seus

que culminaram nas duas grandes Guerras e também com as administrações mais reformistas e liberais dos EUA, Woodrow Wilson e Franklin D. Roosevelt (MEYER, 2013, p. 467). Nenhuma dessas tentativas de alteração do *status quo* das empresas de petróleo, no entanto, aconteceram sem protestos e pressões das companhias e dos países estrangeiros.

⁶² Jornal *Gazeta de Notícias*, “A expropriação das companhias de petróleo no México – as notas trocas entre o governo inglês e mexicano”, 17/04/1938, p.5

interesses – seja no terreno da atividade interna do Estado mexicano, seja no plano da ação da vida internacional – não compete a um Estado estrangeiro⁶³

O secretário de Relações Exteriores se refere a uma fração do artigo 27 da Constituição mexicana que determina as condições para a obtenção do domínio das terras e águas da Nação. De acordo com essa lei, somente mexicanos por nascimento ou por naturalização e as sociedades mexicanas tinham o direito de adquirir o domínio sobre as terras e/ou a concessão para a exploração de minas e águas. O Estado poderia conceder esse direito aos estrangeiros sob a condição de se considerarem nacionais a respeito dos bens adquiridos e de não invocarem a proteção de seus governos nos assuntos ligados a essas propriedades. Em caso de violação dessas determinações, os estrangeiros poderiam perder seus bens em benefício da Nação. Portanto, o governo inglês não poderia intervir em nome da empresa El Águila, pois, ao se instalar em solo mexicano, a companhia havia renunciado à tutela de seu país de origem. Provavelmente cientes disso, as notas britânicas diziam intervir em nome dos acionistas britânicos ingleses que se encontravam prejudicados pela expropriação. A resposta do governo mexicano à segunda comunicação enviada pelo governo inglês elucidou esse ponto, afirmando que “a Companhia de Petróleo Mexicana El Águila S. A. não solicitou do governo de sua majestade britânica proteção alguma e que o dito governo não está intervindo em favor da Companhia mencionada, cuja nacionalidade mexicana reconhece”⁶⁴. A respeito da justificativa inglesa acerca da intervenção feita em defesa de seus acionistas, Eduardo Hay é enfático e parece colocar um ponto final nesse debate:

[...] o governo do México julga a esse respeito que não existe base para a intervenção a favor dos acionistas, pretendida pelo governo de v. ex., pois não é possível aceitar a tese de que a Empresa expropriada constituía um interesse britânico, em vista de se tratar de uma sociedade anônima mexicana, cujas ações mudam de possuidor por uma simples transação e, em consequência, nem é determinável o capital ou a participação que, em um dado momento, possam ter e manter inversionistas britânicos, nem pode atribuir-se a suas ações, por extensão, a nacionalidade destes⁶⁵

Sobre o questionamento do ministro britânico acerca da inexistência dos motivos de utilidade pública que justificariam a expropriação, Eduardo Hay afirma que esse princípio do Direito Internacional, universalmente aceito, considerava e admitia que as causas de utilidade pública fossem determinadas por cada Estado, “com uma amplitude tão grande quanto as circunstâncias sociais e de toda índole possam exigir em cada caso”⁶⁶. Para o governo mexicano, além das causas de utilidade pública definidas na Lei de Expropriação de 1936, “a

⁶³ idem

⁶⁴ *Jornal Gazeta de Notícias*, “A expropriação das companhias de petróleo no México”, 01/05/1938, p. 5

⁶⁵ Idem

⁶⁶ *Jornal Gazeta de Notícias*, “A expropriação das companhias de petróleo no México – as notas trocas entre o governo inglês e mexicano”, 17/04/1938, p.5

causa de utilidade pública que conduziu diretamente a ela [a expropriação] se estabeleceu nesse caso pela rebeldia das empresas diante de uma sentença final ditada pelo mais alto Tribunal da República”⁶⁷, que teria como intuito criar dificuldades econômicas e políticas ao governo mexicano, já que

A ruptura dos contratos haveria fatalmente resultado na paralização total da indústria petrolífera, o que, por sua vez, teria afetado de modo fundamental a indústria de transporte e de transformação, a vida econômica em geral e os interesses vitais da Nação. Por este motivo, o Governo do México não pode admitir que a severidade da rigorosa medida que se tomou seja desproporcionada às exigências da situação, como tampouco admite que se haja ido mais longe do que o que era estritamente necessário

68

Se pensarmos no caos político e econômico que se originaria da paralização da indústria petrolífera e nos esforços feitos à exaustão pelo Executivo do país para que as companhias e os trabalhadores chegassem a um acordo, a expropriação não seria um mero desejo político do governo mexicano para adquirir para si o controle e as vantagens dos campos petrolíferos, mas sim um imperativo necessário à manutenção da engrenagem econômica, social e política do país. Por outro lado, a consciência nacionalista edificada durante a Revolução Mexicana já havia questionado a preponderância dos interesses e dos capitais estrangeiros na vida econômica e política do México. Conforme Meyer, os líderes revolucionários chegaram a considerar a reforma petrolífera como pedra de toque no processo de modificação das relações entre o México e o mundo exterior (MEYER, 2009, p. 463). Alguns governos revolucionários não deram ênfase na alteração da submissão do país aos interesses estrangeiros; outros governos, apesar das tentativas, não lograram êxito nessa missão. Todos eles, no entanto, estavam sob a orientação nacionalista da Constituição de 1917, que desenhava no horizonte do país a posse das riquezas do subsolo e os louros de sua exploração. A conjuntura vivida pelo governo cardenista somava a necessidade da expropriação com o desejo – vindo da Revolução – de retomar para o país a posse das riquezas do subsolo.

A segunda nota de protesto enviada pelo governo inglês em resposta ao contraprotesto mexicano também foi publicada pelo *Gazeta de Notícias*, assim como a resposta do governo do México. Em ambos os casos, as notas ocupam praticamente todo o espaço físico do jornal, dividindo espaço com algumas pequenas notícias e com imagens de publicidade.

Como não tivemos acesso à terceira nota – tanto da Inglaterra quanto do México – , o embate de ideias entre os dois países que levou ao rompimento das relações diplomáticas

⁶⁷ idem

⁶⁸ *Jornal Gazeta de Notícias*, “A expropriação das companhias de petróleo no México – as notas trocadas entre o governo inglês e o mexicano”, 17/04/1938, p. 5.

entre eles fica incompleto. No entanto, fica evidente que o conflito girou em torno de discordâncias de índole jurídica. A segunda nota de protesto britânica contestou dois pontos específicos, que haviam sido citados e rebatidos pelo secretário de Relações Exteriores do México: o primeiro diz respeito ao direito de intervenção do governo estrangeiro em defesa dos interesses de seus nacionais afetados pela expropriação, e o segundo, sobre a acusação de denegação de justiça por parte do governo mexicano. Sem sinal algum de possibilidade de concordância entre os pontos de vista, a resposta de Eduardo Hay, mais uma vez, rebateu cada argumento exposto pelo ministro inglês, e as notas permaneceram permeadas de tons severos e posicionamentos irreconciliáveis.

Ambos os países discordaram dos pontos expostos e utilizaram o Direito Internacional como base de legitimação de seus argumentos. De um lado, “o governo de Sua Majestade” lançou mão do Direito Internacional não só para manter os ganhos financeiros que a exploração do petróleo mexicano lhes rendia, mas também numa tentativa de preservar o pouco que ainda restava de sua posição como potência imperialista. De outro, o México utilizou esse mesmo conjunto de normas para tornar legítimo o direito de aplicar suas leis, lutando pelo respeito internacional sob sua legislação e procurando consolidar o México como um país soberano e independente das forças externas.

Vicente Lombardo Toledano e León Trotsky, cujo asilo político havia sido concedido por Lázaro Cárdenas, escreveram sobre a situação do petróleo no México em termos de uma luta imperialista travada entre esse país, os Estados Unidos e a Inglaterra. O discurso de Toledano foi pronunciado durante o Conselho Nacional Extraordinário da CTM, em 6 de janeiro de 1938, antes, portanto, da expropriação. Nele, o líder sindical afirmou que não havia uma burguesia nacional organizada no país: esse estrato era “raquítica desde el punto de vista económico y, por lo tanto, político” (TOLEDANO, 1938, p.3), sem força de coação sobre a burguesia imperialista que tinha em suas mãos as principais fontes de produção econômica do país. As empresas de petróleo, representativas do imperialismo internacional, não só intervinham na política da nação mexicana, como – de acordo com o estudo dos peritos – desenvolviam uma tática imperialista em um país semicolonial, explorando o petróleo em condições desastrosas para os interesses humanos e econômicos do México, enquanto as vantagens que obtinham o governo e o povo não podiam ser comparadas às vantagens recebidas pelo povo e pelo governo dos EUA. Diante disso, o México apenas deveria executar sua soberania frente ao imperialismo petrolero.

León Trótski apontou o esforço dos magnatas do petróleo em “establecer en el país sojuzgado un régimen de feudalismo imperialista, procurando subordinar a la legislación, la

justicia y la administración” (TROTSKY, 1938, p.1) e, assim como Toledano, classificou o México como um país semicolonial, que, ao expropriar as companhias estrangeiras, lutava pela sua independência nacional, política e econômica. Trotsky denunciou a imprensa mundial, especialmente a francesa, que teria se dedicado a associar o seu nome à expropriação e de ligar a política de Cárdenas acerca do petróleo aos interesses de Hitler, pela possibilidade de privar de petróleo os países democráticos em caso de guerra. Esse foi, de fato, um ponto que gerou grandes discussões em torno da nacionalização do petróleo mexicano. No entanto, em diferentes ocasiões, Cárdenas reiterou seu posicionamento favorável às democracias e o rechaço aos governos de índole totalitária. Para Trotsky, o petróleo mexicano só chegaria aos países não democráticos devido ao boicote realizado, sobretudo, pela Inglaterra. O líder político afirmou que a expropriação do petróleo não era nem comunismo, nem socialismo, mas “una medida progresista de auto defensa nacional” (TROTSKY, 1938, p.3).

É possível acompanhar, através dos periódicos analisados, a controvérsia sobre a venda do petróleo mexicano a países não democráticos e também sobre a probabilidade de o Brasil tornar-se um dos compradores do óleo nacionalizado pela “República do Norte”⁶⁹. O *Gazeta de Notícias* publicou uma interessante matéria – que não provém das agências internacionais, mas que não tem sua autoria indicada – na qual se discute não só a possível importação do petróleo mexicano como a existência de “interesses ocultos”⁷⁰ que se colocavam contra a concretização dessa medida. Segundo o autor desconhecido,

Depois de um martírio de mais de trinta anos, suportado com heroísmo e paciência dignos da simpatia dos corações bem formados e da admiração da América, o povo mexicano, pelo órgão do seu Governo, resolveu enfim, praticar um ato que diz respeito à sua independência econômica e livre iniciativa política⁷¹.

Os resultados da “patriótica lei” com a qual “a República do Norte procurou garantir-se contra a ganância do imperialismo internacional” deveriam ser aproveitados pelo Brasil como “força propulsora de seu progresso e de sua grandeza”. A expropriação mexicana teria sido uma feliz coincidência com a “patriótica resolução” do Governo Nacional consolidada pelo Decreto-lei nº 395, que estabelecia, dentre outros pontos, a nacionalização da indústria de refinação do petróleo importado ou de produção nacional.

Cerca de um ano mais tarde, em agosto de 1939, outra matéria sem autoria e sem origem das agências internacionais pareceu vir na contramão da anterior. O autor fez referência a uma “doutrina clássica” segundo a qual a mercadoria dinheiro-moeda não deveria ter restrições de

⁶⁹ Jornal *Gazeta de Notícias* “Com o petróleo, para frente!” ?/06/1938, p.3

⁷⁰ As discussões acerca da descoberta do petróleo no Brasil, que encontram na imprensa seu palco principal, tem nos “interesses ocultos” seu eixo de sustentação. Esses interesses seriam a atuação dos trustes internacionais de petróleo, que perderiam o mercado brasileiro ou teriam seu percentual de exportação reduzido caso o Brasil se tornasse produtor do “ouro negro”. Retomaremos essa discussão no capítulo 3.

⁷¹ Jornal *Gazeta de Notícias* “Com o petróleo, para frente!” ?/06/1938, p.3

aplicação e circulação, principalmente em países que necessitavam de financiamento para a exploração de suas riquezas naturais. Segundo o autor,

“Quando o exagero das autarquias e o excesso de nacionalismo investiram contra os capitais estrangeiros aplicados nas indústrias extrativas de petróleo, no México, uma onda de louvor se levantou naquela nação do Continente para aplaudir a ação do presidente Lázaro Cárdenas”⁷².

É preciso considerar que as tomadas de posição não precisam ser feitas de forma categórica e explícita. Atentar para a construção das frases nos permite visualizar a perspectiva pela qual o escritor observa os acontecimentos: a expropriação do petróleo mexicano pode ser encarada como um “excesso de nacionalismo” ou como um nacionalismo necessário, exercido em defesa dos interesses da nação. Pode ser vista como uma medida aplicada “contra os capitais estrangeiros”⁷³ ou em favor da manutenção da soberania nacional.

Se referindo a um provável entendimento entre o México e os envolvidos na nacionalização do petróleo, o autor acredita que “o simples exame dos princípios em que se baseiam esse louvável entendimento indica que o governo do México compreendeu a legalidade dos protestos levantados contra o ato puro da expropriação, cujas consequências econômicas têm sido as mais deploráveis”. O governo mexicano estaria satisfazendo uma “necessidade inadiável” de encontrar uma solução que atendesse ao “princípio nacionalizador e aos interesses dos capitais estrangeiros que cooperam com o surto de progresso econômico do país”. Ao que parece, o autor se posiciona em um meio termo entre as políticas nacionalistas e o domínio dos investimentos estrangeiros. Esse domínio, no entanto, adquire maior relevância quando se torna necessário para a exploração dos recursos naturais do país, contribuindo para seu progresso econômico. Nas entrelinhas dessas afirmações, parece estar presente a ideia que questiona a capacidade latino-americana de explorar seus recursos e desenvolver sua economia baseada nas próprias riquezas.

Na esteira desse mesmo pensamento, encontramos o artigo do publicista mexicano José Luis Requeña, publicado no periódico *Correio Paulistano*. Requeña analisa a expropriação e expõe os perigos que a medida, a seu ver, acarretava para a economia do país. O publicista cita a “vizinha República do Norte”, que teria tido suas possibilidades naturais convertidas em “colossal riqueza” dado o investimento dos capitais estrangeiros. Até a Grande Guerra, a

⁷² *Gazeta de Notícias*, “Capitais Nacionalizados”, 13/08/1939, p.3

⁷³ Outra matéria publicada pelo *Gazeta de Notícias*, intitulada “O Petróleo do México”, assinada por um economista francês que não se identifica, também aborda a expropriação como uma ação realizada *contra* as empresas estrangeiras (*Jornal Gazeta de Notícias*, “O Petróleo do México”, 09/03/1939, p.7). No *Correio Paulistano*, lemos que a expropriação das companhias norte-americanas havia sido “a última medida da longa lista de decretos que o presidente Cárdenas assinou *contra os interesses norte-americanos*, apesar da *atitude amistosa* do governo dos Estados Unidos” (*Jornal Correio Paulistano*, “Os Estados Unidos abandonam o México a própria sorte”, 31/03/1938, p.1).

exploração de jazigos minerais, das estradas férreas, das indústrias e suas grandes empresas agrícolas estariam no nome de sociedades anônimas americanas, cujas ações e obrigações estavam em mãos de europeus, principalmente de ingleses. Segundo Requeña, a prosperidade alcançada pelo país permitiu que, após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos se tornassem credores “em vez de continuarem a ser tributários de seus coparticipantes estrangeiros”. Prosseguindo,

“Esse exemplo deveria servir a toda nação que ensaia seus primeiros passos na existência, e que, embora rica no que seu solo encerra, por pobre de capitais e de créditos para suas empresas extrativas ou manufatureiras. Nosso México está nessa última categoria. É ridículo enchermos a cabeça com frases retumbantes acerca da grandeza nacional. Fora das nossas fronteiras, somos considerados uma de tantas nações latino americanas incipientes”⁷⁴

Portanto, se ater às próprias forças financeiras – quase nulas diante das necessidades do país – seria um erro. Como encontrar “uma obra de pérolas no deserto”. Para o autor, “o verdadeiro patriotismo não consiste em ficar de braços cruzados ou a pregar, em nome de teorias exóticas, a morte do capital próprio ou alheio”⁷⁵. Era preciso reconhecer a suposta limitação do país em prol do seu progresso. Requeña não abordou, entretanto, as consequências causadas pelo predomínio dos recursos estrangeiros no país, como as constantes interferências na política interna, nem o escasso retorno financeiro e social que – principalmente no caso das companhias petrolíferas – as empresas estrangeiras ofereciam. Qual o preço do progresso e/ou às custas de que o progresso de uma Nação deveria ser feito?

O *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã* publicam a mesma matéria da agência United Press sobre a vinda ao Rio de Janeiro do embaixador mexicano Alfonso Reyes e do sr. Fernando S. Galan, diretor do Departamento de Petróleo do México. A visita não teria como intuito tratar sobre a venda do petróleo mexicano para o Brasil, no entanto, “os círculos bem informados dessa cidade dizem ter a certeza que ele vai ao Rio para discutir a possibilidade do Brasil comprar petróleo do México”⁷⁶. Outra matéria do *Gazeta de Notícias*, apenas alguns dias após a publicação citada anteriormente, anunciou a chegada do embaixador mexicano à capital brasileira, também acompanhado do Sr. Galan, agora com o intuito de intensificar as relações comerciais entre os dois países, sem citar a questão do petróleo.⁷⁷ Essas matérias parecem tratar de duas viagens distintas. Entretanto, se nos orientarmos pelas datas, isso seria improvável. Sem citarem a origem da afirmação sobre a compra do petróleo mexicano, o que temos é apenas uma

⁷⁴ Jornal *Correio Paulistano*, “Perigos econômicos que implica a questão do petróleo”, 04/06/1939, p. 5

⁷⁵ Idem

⁷⁶ Jornal *Gazeta de Notícias*, “O Brasil vai comprar petróleo no México”, 29/05/1938, p.3; Jornal *Correio da Manhã*, Vem discutir a possibilidade de o Brasil comprar petróleo ao México, 29/05/1938, p.3

⁷⁷ *Gazeta de Notícias*, “Chegou ontem o embaixador Alfonso Reyes”, 11/06/1938, p.3

especulação sobre o assunto. Por volta de um ano mais tarde, o jornal *Correio Paulistano* traz em suas páginas uma notícia sobre o mesmo assunto, dando informações mais concretas sobre a possibilidade de compra do petróleo mexicano. De acordo com a matéria, as negociações – que estariam sendo intensamente propagandeadas pelos jornais – eram realizadas pelo sr. Santos Vahlis, em nome da firma brasileira Côrrea e Castro e Cia LTDA. Prossegue o jornal, dizendo que

O excelente serviço de propaganda sobre o petróleo do México vem sendo encabeçado pela “United Press”, que não tem poupado esforços em tal sentido, divulgando, agora mesmo, entrevistas do Sr. Vahlis e do engenheiro Saldanha Calvan, alto funcionário naquele país ⁷⁸.

Não é de causar espanto que a possibilidade da compra do petróleo mexicano tenha ganhado visibilidade na imprensa nacional. O ano de 1939 seria marcado, após longos períodos de discussões e pesquisas, pela descoberta do óleo em solo brasileiro. Evidentemente, os poços perfurados em Lobato não garantiriam que o país pudesse se tornar autossuficiente em relação ao abastecimento de petróleo. A importação da substância ainda era, portanto, uma necessidade, e a sua compra por um preço menor do que aqueles praticados pelos grandes trustes internacionais certamente consistia em um atrativo para a balança comercial do Brasil. O que nos chama atenção, no entanto, é a afirmação da United Press estar encabeçando a propaganda em prol da concretização da transação México – Brasil. Por mais que o posicionamento dos Estados Unidos diante da expropriação tenha sido mais brando, se comparado ao da Inglaterra, seguindo os delineamentos da política de Boa Vizinhaça, o país não deixou de aplicar sanções a fim de fazer com que Cárdenas retrocedesse em sua decisão. Um dos pontos mais delicados após a expropriação foi a incerteza sobre quem compraria o petróleo nacionalizado, cuja venda auxiliaria no pagamento das indenizações. Assim, contribuir de alguma maneira para a formação de um novo mercado consumidor para o petróleo mexicano não parece ir de encontro aos interesses do país de origem da United Press?

Se colocarmos o interesse econômico estadunidense como o centro da questão, certamente teremos aí uma contradição. No entanto, naquele momento, combater o avanço do nazismo parecia figurar entre uma das prioridades dos Estados Unidos. Uma notícia vinda de Washington e publicada pelo *Correio Paulistano* diz que “desde ontem à noite, os meios mais chegados à Casa Branca mostram-se muito mais preocupados pela possibilidade de um golpe de força contra o presidente Cárdenas do que pelas consequências da expropriação das

⁷⁸ Jornal *Correio Paulistano*, “Petróleo mexicano para o Brasil”, 08/07/1939, p.5

companhias petrolíferas”.⁷⁹ Portanto, incentivar a venda do petróleo mexicano para o Brasil torna-se compreensível quando a prioridade é a solidariedade hemisférica e quando os países totalitários se tornaram potenciais compradores do petróleo nacionalizado.

A existência de um mercado consumidor para o petróleo mexicano passou a ser um problema a partir do momento em que se operou um boicote sistemático a este, levado a cabo pelas empresas de petróleo e também pelo governo inglês. A Stantard Oil de New Jersey e a Royal Dutch Shell tentaram impedir o acesso do México aos materiais necessários à indústria petrolífera nacionalizada, assim como tentaram bloquear os mercados mundiais (MEYER, 2013)⁸⁰. O receio de a produção petrolífera mexicana ser destinada aos países totalitários emergiu imediatamente após a nacionalização do óleo e, não obstante, as dificuldades ocasionadas pelo boicote conferido ao petróleo mexicano facilitaram sua venda aos países totalitários. Apenas dois dias após a expropriação, o jornal *Correio da Manhã* afirmou que a expropriação se deu “em um momento de gravidade internacional, quando os exércitos e as armadas estrangeiras necessitam de fornecimento de petróleo”⁸¹. Não foram poucas as declarações de Cárdenas sobre o assunto, numa tentativa de assegurar aos países democráticos não só o seu compromisso com a democracia, mas também seus abastecimentos. Na mesma matéria, uma declaração do presidente afirmava que a produção do óleo não seria desviada para fins inconvenientes.

⁷⁹ Jornal *Correio Paulistano*, “O incidente anglo-mexicano”, 18/05/1938 - A possibilidade de um golpe de Estado citado na matéria diz respeito à rebelião encabeçada por Saturnino Cedillo, ex-secretário da Agricultura do governo de Cárdenas. Sua postura mais conservadora que a do presidente mexicano leva-o a abandonar o gabinete e a rebelar-se contra o governo. De acordo com Lorenzo Meyer (2013), as empresas de petróleo alentaram os planos subversivos de grupos anticardenistas, dentre eles o de Cedillo. No entanto, em meio às aparentes vantagens sobre a queda do governo de Cárdenas, estava o perigo da ascensão de um governo totalitário. “La rebelión de Cedillo mostró a Washington que los movimientos anticardenistas, que aparentemente estaban dispuestos a respetar y restablecer los derechos de los capitales norteamericanos afectados por el régimen, se encontraban fuertemente influidos por los grupos fascistas locales e los agentes europeos” (MEYER, 1966, p. 133).

⁸⁰ Além da afirmação de Trotski sobre o boicote realizado pela Inglaterra, encontramos no jornal *Correio da Manhã* duas matérias que indicam o mesmo caminho, comentando que “o governo da Grã-Bretanha apelou para que seja estabelecido o boicote ao petróleo mexicano até que seja solucionada a questão da expropriação das companhias petrolíferas britânicas do México” (Jornal *Correio da Manhã*, “Até que seja solucionada a questão da expropriação”, 30/04/1938, p.4) e que “O sr. Neville Chamberlain, falando na Câmara dos Comuns em 29 de abril, anunciou o embargo sobre o petróleo mexicano em qualquer contrato do governo, até que se fizesse um acordo satisfatório a respeito das propriedades confiscadas” (Jornal *Correio da Manhã*, “O rompimento das relações diplomáticas do México com a Grã-Bretanha”, 15/05/1938, p.5).

⁸¹ *Correio da Manhã*, “Expropriadas várias propriedades pertencentes a empresas petrolíferas” 20/03/1938, p.6.

Concomitantemente, a imprensa já noticiava o interesse do Japão⁸² na compra do petróleo mexicano⁸³. Em uma extensa matéria, o *Correio da Manhã* divulgou que as altas autoridades nipônicas estavam estudando o caso, considerando a possibilidade de um importante acordo nipo-mexicano sobre o petróleo. Um periódico do país oriental, chamado “*Nichi Nichi*”, teria publicado um pequeno editorial no qual afirmava que o Japão não ficaria indiferente à situação do México e que

Não obstante a atitude internacional do México dirigir-se hoje de preferência no sentido de um apoio às democracias, cumpre salientar que o General Cárdenas “pretende realizar a independência efetiva do México abalando a influência anglo-americana na sua vida econômica⁸⁴.

Em um mundo de polarização político-ideológica crescente, a expropriação não deixou de ser alvo de debates sobre sua localização no espectro político do momento. O destino do petróleo mexicano parecia significar a adesão do país a uma ou outra ideologia e, conseqüentemente, indicar seu posicionamento em um ou outro lado das trincheiras que se formavam. Ainda na mesma matéria, é possível perceber como esse debate havia agitado vários países, para além daqueles envolvidos diretamente no processo de expropriação:

Consta que o presidente mexicano enviou uma mensagem aos diplomatas mexicanos do mundo inteiro declarando que a situação criada com a desapropriação das firmas petrolíferas e a pressão exercida por numerosas potências a esse respeito não fará com que o governo do México “se afaste uma polegada sequer de sua solidariedade moral com os países democráticos⁸⁵.

Mais adiante, a matéria produzida pela Associated Press, retorna a esse ponto:

Salienta-se aqui que uma prova de que o México – embora adotando uma medida que certos círculos estrangeiros insistem em interpretar como um golpe contra a influência das potências democráticas na vida do país – mantém-se intransigentemente favorável aos pontos de vista democráticos na política internacional, está na recente atitude pelo seu representante em Genebra, protestando contra a incorporação da Áustria no Reich alemão⁸⁶.

⁸² Segundo Lorenzo Meyer, o Japão já possuía interesse no petróleo mexicano antes da expropriação. Entre 1935 e 1936, houve rumores de que um grupo japonês no México estava tentando adquirir concessões petrolíferas. Teriam conseguido participar da Companhia Mexicana de Petróleo La Laguna S. A. em 1936 (MEYER, 2013, p. 402).

⁸³ *Correio da Manhã*, “A desapropriação das companhias petrolíferas estrangeiras no México”, 23/03/1938, p.1 – Segundo matéria publicada pelo jornal *Correio Paulistano*, a Noruega teria feito uma das maiores ofertas para a compra do petróleo mexicano. Entre os periódicos estudados, não encontramos mais nenhuma informação sobre o interesse norueguês no petróleo expropriado (Jornal *Correio Paulistano*, “As expropriações das companhias mexicanas de petróleo”, 14/04/1938, p.3).

⁸⁴ Jornal *Correio da Manhã*, “A desapropriação das companhias petrolíferas estrangeiras no México”, 23/03/1938, p. 3.

⁸⁵ Jornal *Correio da Manhã*, “A desapropriação das companhias petrolíferas estrangeiras no México”, 23/03/1938, p.1

⁸⁶ Jornal *Correio da Manhã*, “A desapropriação das companhias petrolíferas estrangeiras no México”, 23/03/1938, p.1

A declaração de Isidoro Fabella repercutiu na Alemanha, sendo vista como uma interferência imprudente nos negócios internos do país, apesar de ter sido considerada a possibilidade de a declaração ser uma opinião isolada do representante mexicano. No entanto, segundo a matéria, “outros jornais alemães teriam dito que o gesto do México em Genebra, bem examinado, faz pensar em uma atitude “encomendada por Moscou e pela Comintern”⁸⁷, evidenciando o quanto a expropriação levou o México para dentro do embate entre países totalitários versus países democráticos, de forma mais profunda, obviamente, do que todos os demais países.

Apesar das afirmações contundentes e reiteradas de Cárdenas, a pressão econômica exercida pelas potências e o boicote promovido pelas companhias expropriadas não deixou alternativa ao presidente que não a venda do petróleo nacionalizado aos países totalitários. Antes de concretizar o negócio, ao que parece, houve algumas tentativas de alertar os países democráticos e reforçar que isso só seria feito por falta de opção⁸⁸. O *Correio da Manhã* publica o trecho de uma entrevista de Moises Saenz, ex-embaixador do México no Peru, o qual declara que

Isto seria a última coisa que o meu governo faria. Nós, uma república liberal democrata, detestamos as ideias fascistas. Somente a necessidade extrema nos obrigaria a vender óleo aos fazedores de Guerra da Europa e do Extremo Oriente. Mas, antes de tudo está a nossa preservação. Se nós fôssemos estrangulados economicamente por causa desse negócio das companhias de óleo, então seria como se estivéssemos com as nossas costas contra um muro⁸⁹.

De acordo com Lorenzo Meyer, a crise mundial da década de trinta permitiu que a indústria petrolífera mexicana conseguisse outros mercados consumidores não estadunidenses, que foram principalmente os da Alemanha e Itália fascistas⁹⁰. Em um almoço oferecido a correspondentes estrangeiros, Cárdenas anunciou que venderia o petróleo a qualquer país interessado e assim o fez: em 28 de outubro, fechou um acordo com a Itália para o intercâmbio de petróleo por mercadorias e, em 8 de dezembro, realizou acordo similar com a Alemanha⁹¹. O Japão, apesar de ter apresentado planos bastante ambiciosos, adquiriu uma quantidade menor

⁸⁷ Jornal *Correio da Manhã*, “A desapropriação das companhias petrolíferas estrangeiras no México”, 23/03/1938, p.1

⁸⁸ Ao falar da acusação, por parte do semanal francês Marianne, de que a expropriação estava a serviço de Hitler ao privar de petróleo os países democráticos em caso de guerra, Trotski declarou: “Las “democracias” tienen, sin embargo, un medio muy simple de paralisar ese “plan fascista”: comprar petróleo mexicano. Para todo hombre honesto e inteligente, a partir de ahora queda fuera de discusión que si México se viera obligado a entregar su oro líquido a los países fascistas, la responsabilidad por esto le caería enteramente sobre los gobiernos de las “democracias” imperialistas” (TROTSKY, 1938, p. 3)

⁸⁹ Jornal *Correio da Manhã*, “A questão do petróleo no México”, 9/03/1938, p.1

⁹⁰ O petróleo mexicano também foi enviado para a França, Polônia, Península Escandinava e outros países da América Latina.

⁹¹ Interessante colocar que a compra do petróleo pela Alemanha foi feita por meio de uma empresa estadunidense com interesses na Alemanha: Davis & Company. (MEYER, 2013, p. 399)

de óleo. Assim, em 1939, as exportações mexicanas não ficaram tão abaixo daquelas realizadas em 1937. No entanto, essas transações cessariam com o estalar da Segunda Guerra Mundial.

Apesar de ter perdido seu posto como exportador de hidrocarbonetos, o México contrariou as perspectivas que duvidavam de sua capacidade de manter a indústria petrolífera em funcionamento sem a participação estrangeira. O *Correio da Manhã* comentou sobre um editorial feito pelo jornal *Washington Post*, segundo o qual o México enfrentava “o sério dilema de deixar arruinar a indústria do petróleo ou *chamar os estrangeiros para continuar a exploração dos poços*”⁹². Em outra matéria, o mesmo jornal americano teria afirmado que “a menos que se consiga um acordo mediante concessões recíprocas, a produção de petróleo do México descerá a um nível muito mais baixo que o registrado nos últimos anos, *devido à falta de pessoal técnico e de competência organizadora*”⁹³.

De fato, o país precisou contornar a escassez de profissionais especializados na indústria do petróleo. De acordo com Meyer, “el desarrollo general del país no había permitido la formación de técnicos nacionales que pudieron tomar facilmente sobre sus hombros la dirección de la industria petroleira” (MEYER, 2013, p. 357)⁹⁴. Contudo, não só a restrição na entrada de técnicos estrangeiros imposta anos atrás permitiu a formação de quadros nacionais que auxiliaram no funcionamento das empresas após a expropriação, como foi de fundamental importância a participação do sindicato dos petroleiros (STPRM), cujos operários ocuparam alguns postos de antigos técnicos estrangeiros.

Periódicos e indivíduos que acompanharam o desenrolar da expropriação mexicana emitiram opiniões e prognósticos sobre o futuro do país e também sobre as posturas adotadas pelas grandes potências envolvidas. Dos jornais analisados nessa pesquisa, o *Correio da Manhã* é o que se posiciona de forma mais explícita acerca do conflito e o que melhor nos permite perceber que não havia homogeneidade de opinião sobre a conduta empregada pela Inglaterra, que recebeu diversas críticas pelo seu *modus operandi*.

A tiragem do dia 17 de abril de 1938 adentrou o tema do petróleo mexicano duas vezes. Em uma delas, o jornal transcreveu um trecho de uma matéria do periódico *Manchester Guardian*, cujo conteúdo criticava/ironizava umas das notas diplomáticas enviadas ao México.

⁹² Jornal *Correio da Manhã*, “A pendencia na indústria do petróleo no México”, 27/03/1938, p.6

⁹³ Jornal *Correio da Manhã*, “A desapropriação das jazidas petrolíferas no México”, 24/03/1938, p.1

⁹⁴ Vale recordar que um dos motivos que mobilizou a camada operária durante a Revolução Mexicana foi a consciência nacionalista, aguçada pelas disparidades existentes dentro das indústrias estrangeiras: enquanto os estrangeiros ocupavam os cargos de maior importância e com melhor remuneração, os mexicanos ficavam relegados a postos inferiores.

Tão interessante quanto o posicionamento do periódico britânico a respeito da atuação do governo inglês, é a forma como o periódico se refere ao México:

Ninguém mais pode acusar a Grã-Bretanha de não se opor corajosamente a um Estado estrangeiro com cuja política não concorda. O leão britânico sempre rugiu, afinal. É verdade que rugiu de muitas milhas de distância e procurando atemorizar um país fraco e pouco seguro, mas rugiu assim mesmo. O governo mexicano sabe agora que seja o que for, por mais que o governo britânico possa humildemente suportar, não suportará sofrer a expropriação de propriedades britânicas por um pequeno Estado. Essa, naturalmente, é a linguagem que unicamente usam os fortes ao se dirigirem aos fracos. Tem naturalmente o objetivo de fazer com que os mexicanos nos amem e cessem com suas nada razoáveis demonstrações públicas contra o imperialismo e o domínio do capital estrangeiro sobre a vida econômica do país. Mas assim mesmo é um pouco difícil compreender tudo isso⁹⁵.

A superioridade empregada pelo jornal britânico ao se referir ao México escapa a qualquer sutileza, é a visão eurocêntrica e colonizadora que não parece perceber as mudanças, talvez sutis, na configuração da geopolítica mundial: o México já não era mais uma colônia e, por mais que estivesse envolto pelas teias do imperialismo – que também subjuga e inferioriza –, libertava-se paulatinamente de suas amarras.

O tom agressivo das notas britânicas parece ter sido criticado pelos adversários do governo que, segundo matéria escrita pela Associated Press e publicada pelo *Correio da Manhã*, também censuraram “o facto de que Londres ao mesmo tempo que toma uma atitude conciliatória na Europa, grita muito alto quando se trata do México”⁹⁶.

Evidentemente, devemos levar em consideração que estamos diante de trechos recortados de um contexto maior – a matéria do *Manchester Guardian* certamente vai além das linhas selecionadas pela Associated Press – e que a realidade é sempre vista a partir de uma perspectiva particular. As fontes são rastros de natureza incompleta, que nos permitem visualizar pequenos traços dos acontecimentos históricos. Com base nelas, temos a oportunidade de construir alguns cenários, de conceber possibilidades verossímeis. O posicionamento político do *Manchester Guardian* influencia sua abordagem, assim como a opinião dos adversários do governo britânico precisa ser devidamente matizada. No entanto, os vestígios dados, encaixados como peças de um quebra-cabeças, desenham a imagem de uma Inglaterra hostil à decisão de um antigo país colonial, cuja medida representava uma ruptura na influência, na presença e na dependência no seu papel de potência imperialista. A irredutibilidade inglesa em relação à expropriação pode ser vista como uma negação à perda

⁹⁵ Jornal *Correio da Manhã*, “A questão das jazidas petrolíferas no México”, 17/04/1938, p.10

⁹⁶ Jornal *Correio da Manhã*, “O rompimento das relações diplomáticas do México com a Grã-Bretanha”, 15/05/1938, p.5

dos retornos financeiros que o petróleo mexicano lhe proporcionava e, quiçá sobretudo, à perda do poder que seu domínio nessa indústria lhe oferecia.

Para Urbano C. Berquó, autor de um artigo publicado pelo *Correio da Manhã*, a nacionalização do petróleo foi levada a cabo com notável senso de oportunidade por um “homem de honestidade pessoal inatacável” e “um dos mais enérgicos e hábeis dirigentes americanos da atualidade”, sendo ela uma medida de vasto alcance para o futuro do México e da América Latina. Segundo Berquó,

Grupos financeiros poderosos nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Holanda, procuram agora criar toda sorte de dificuldades ao governo mexicano, a fim de obrigá-lo a recuar. O governo inglês, que na defesa dos interesses do British Empire vem se portando com tamanha frouxidão na Europa e no Extremo-Oriente, procura obter o apoio dos Estados Unidos para fazer uma forte pressão sobre o México⁹⁷.

Em contrapartida, os Estados Unidos saberiam distinguir os interesses nacionais dos interesses do Big Business, compreendendo que a postura adotada nessa situação constituía um “teste decisivo, uma prova real indiscutível da sinceridade e da solidez de sua política de Boa Vizinhança”⁹⁸.

Mais tarde, em uma matéria que não indica ser proveniente de agência de notícias mas também não tem sua autoria indicada, afirma que Cárdenas seguia firmemente um vasto e complexo programa de desenvolvimento da economia mexicana e “apoiado em sólidas razões jurídicas” efetuou a expropriação do petróleo, que “vinha desde vários decênios sendo explorada com um lucro mínimo para o país, pois havia sido entregue inteiramente ao controle de capitais norte-americanos e ingleses”⁹⁹. Enquanto os Estados Unidos haviam dado uma “prova eloquente da sinceridade de sua política de Boa Vizinhança em relação à América Latina” [...], a Inglaterra, porém, ou melhor, o governo chefiado pelo sr. Neville Chamberlain enviou ao México um protesto tão infundado quanto agressivo”¹⁰⁰.

Essas matérias dão mostra da disparidade entre as reações norte-americana e inglesa. Podemos falar de uma disparidade aparente, pois os Estados Unidos não deixaram de obstar-se diante da expropriação, apenas seguiram um caminho que pudesse preservar seus interesses diante dos acontecimentos mundiais que se desenhavam.

⁹⁷ Jornal *Correio da Manhã*, “Dom Porfirio morreu...”, 07/04/1938, p.4 – é interessante perceber que a morte à qual Berquó se refere não é a da persona Porfírio, mas a política que ele praticava e a realidade existente enquanto se manteve no poder. A morte de Porfírio havia se dado não somente através da expropriação, mas do cumprimento do programa de governo apresentado por Cárdenas aos eleitores, assim como por meio execução do Plano Sexenal, da resolução do conflito com a Igreja e também pela expulsão de Calles do país.

⁹⁸ Jornal *Correio da Manhã*, “Dom Porfirio morreu...”, 07/04/1938, p. 4

⁹⁹ Jornal *Correio da Manhã*, “A nacionalização do petróleo mexicano”, 17/04/1938, p.10

¹⁰⁰ Jornal *Correio da Manhã*, “A nacionalização do petróleo mexicano”, 17/04/1938, p.10

3.1.3. Estados Unidos: o Bom Vizinho dos países latino-americanos

“Eu declaro perante o mundo que o México saberá honrar os seus compromissos no exterior. Tudo será organizado imediatamente para indenizar as desapropriações; sacrifícios serão necessários, mas sem eles seria impossível obter nossa independência econômica” 101

A questão indenizatória foi mais um ponto gerador de tensões após a expropriação. Como dito anteriormente, o governo britânico e as autoridades norte-americanas não concordaram com a legislação mexicana, cuja Lei de Expropriação de 1936 estabelecia o pagamento das indenizações em um prazo de dez anos. Cordell Hull, secretário de Estado dos EUA, também afirmava que a expropriação perdia seu caráter de legalidade a partir do momento que não foi realizado o pagamento efetivo e imediato das indenizações. Mais uma vez, o direito internacional era invocado para endossar esse argumento: sem o pronto pagamento, a expropriação tornava-se uma confiscação.

Apesar do enorme peso que as indenizações possuíam na resolução do conflito criado com a nacionalização, elas não culminaram em um rompimento de relações diplomáticas entre México e Estados Unidos. Isso se deve a fatores e preocupações que não faziam parte – ou, ao menos, não eram centrais – entre a Inglaterra e o governo cardenista. Podemos identificar posicionamentos distintos dentro do governo estadunidense, formas diferentes de lidar e interpretar a expropriação: a do presidente Franklin D. Roosevelt, do embaixador norte-americano Josephus Daniels, e do secretário de Estado Cordell Hull. Contudo, todos levaram em consideração, em diferentes graus, o momento particularmente delicado pelo qual o mundo atravessava: o fortalecimento dos governos autoritários e a influência das doutrinas fascistas na América Latina foram aspectos determinantes para a reação dos Estados Unidos diante da nacionalização mexicana. A nação *yankee* já vinha alterando suas políticas de relacionamento com os outros países do continente, construindo e aplicando a chamada Política de Boa Vizinhança. Nesse momento, entretanto, a solidariedade hemisférica ganhava proporções ainda maiores, fazendo com que os sentimentos de colaboração e união entre os países americanos se tornassem fulcrais para as relações exteriores dos Estados Unidos.

A reação mais agressiva à nacionalização foi a do Secretário de Estado estadunidense, que se manteve quase integralmente ao lado das companhias de petróleo. Hull condicionou o reconhecimento da expropriação ao pagamento imediato das indenizações, o que significava, em última instância, a devolução das empresas nacionalizadas. Dentro dos limites

¹⁰¹ Jornal *Gazeta de Notícias*, “O caso do petróleo mexicano”, 25/03/1938, p.4

da política estabelecida por Roosevelt, o Departamento de Estado procurou impedir que a expropriação fosse levada adiante, acreditando que Cárdenas desrespeitava o direito internacional e das empresas de petróleo.

Uma das ações tomadas consistiu na troca de notas entre os dois países, de 1938 a 1940, cujo tom severo causou preocupação e receio de um possível rompimento entre México e Estados Unidos. Nenhum periódico estudado publicou as notas estadunidenses, como fez o *Gazeta de Notícias* com as notas da Inglaterra. No entanto, através de pequenas transcrições de notícias mexicanas publicadas pelos jornais brasileiros, podemos ter ideia da reação – ou uma das reações, já que os periódicos correspondem à visão de um pequeno setor da sociedade – que as correspondências norte-americanas causaram no país. Em matéria, o jornal *Correio da Manhã* trouxe trechos publicados por dois órgãos da imprensa mexicana. A manchete do periódico “Novedades” dizia que “A nota dos Estados Unidos é considerada uma violação da soberania do México”¹⁰² enquanto o “Ultimas Noticias”, em um artigo da redação, declarava que “a nota do sr. Cordel é um documento terrível, ‘enérgico e extremamente duro’”¹⁰³. Para além do petróleo, as notas norte-americanas reacenderam as discussões sobre as expropriações agrárias e sobre os danos causados aos estadunidenses durante os anos de luta civil. Muitas das propriedades norte-americanas expropriadas não foram indenizadas, acumulando uma soma considerável a ser paga¹⁰⁴. Essa pendência serviu para questionar tanto a credibilidade como a capacidade do México em pagar suas antigas dívidas e a que havia sido contraída com a nacionalização petrolífera. Uma das notas *yankees* perguntava: “uma vez que o México não

¹⁰² Jornal *Correio da Manhã*, “Ainda a nota dos Estados Unidos ao México”, 27/08/1938, p.6

¹⁰³ A primeira nota enviada ao governo mexicano (26 de março de 1938) questionava a política seguida por Cárdenas no tocante ao setor estrangeiro. Temendo a severidade com a qual foi escrita, o embaixador estadunidense no México, Daniels, fez com que essa carta se desse como não recebida. Sua intenção foi evitar que Cárdenas tivesse que responder à correspondência no mesmo tom severo e dificultasse o acordo entre os dois países.

¹⁰⁴ Segundo Meyer, o miolo do problema agrário se dava porque, dos 20 milhões de hectares expropriados até 1937, a maior parte pertencia aos estadunidenses. A soma cobrada por essas terras era alta, estipulada em 30 milhões de dólares. Um acordo entre os dois países aconteceu em 1941, e a quantia a ser paga foi menor que o valor pedido inicialmente pelos EUA. O jornal *Correio da Manhã* publicou uma foto, no dia 01/08/1939, onde Eduardo Hay, Ministro do Exterior do México, entrega ao embaixador estadunidense Daniels um cheque que, nessa publicação, corresponderia à primeira parcela referente à indenização pela desapropriação das minas petrolíferas. A foto tem destaque em uma página que contém apenas mais uma imagem e que está dedicada aos assuntos da quase concreta Segunda Guerra Mundial. No entanto, três dias mais tarde, o periódico se retificou em uma pequena nota, sem destaque, em uma página de assuntos diversos, afirmando que o pagamento registrado entre Eduardo Hay e Daniels era referente à desapropriação das terras pertencentes aos cidadãos norte-americanos. Nas palavras do periódico, “houve um equívoco, não de tradução, mas da própria legenda original que acompanha a fotografia vinda dos Estados Unidos”. A confusão parece encontrar a afirmação de Meyer, segundo o qual nenhuma das reclamações e cobranças havia escapado do pano de fundo da questão petrolífera. O destaque da imagem em uma página cujas matérias chamavam atenção para o conflito mundial iminente, assim como a nota de retificação sem destaque em publicação posterior, parece indicar a importância da resolução do conflito petrolífero dentro do contexto político daquele momento, já que uma das maiores questões levantadas foi a do destino que o petróleo mexicano teria, se seria destinado aos países democráticos ou totalitários.

está em condições de pagar o valor das terras expropriadas aos seus proprietários, como então poderá pagar as somas muito mais elevadas que foram invertidas nas propriedades das companhias petrolíferas?”¹⁰⁵. Segundo Meyer, “las pretensiones de Hull colocaban al gobierno mexicano en la situación de tener que subordinar sus necesidades internas al juego del capital internacional; pero esto equivalía a anular la reforma agraria y el derecho de expropiación de los países subdesarrollados” (MEYER, 1966, p. 22). O México, em contrapartida, sustentava que “no existía tal regla universal de derecho a la que hacían referencia las notas norteamericanas y que obligaba un país a compensar inmediatamente a aquellos afectados por una expropiación de carácter general y impersonal” (MEYER, 1966, p.22) e lembrou do obstáculo imposto pelas próprias companhias para o acordo de um montante a ser pago.

De fato, a dificuldade em realizar o pagamento das indenizações não se deu unicamente pelas (im)possibilidades econômicas do México. A questão indenizatória esbarrou tanto no boicote ao petróleo mexicano levado a cabo pelas empresas expropriadas – já que o montante da indenização poderia ser pago tanto com petróleo quanto com o dinheiro arrecadado com a sua venda – como na negativa das empresas de entrar em contato com o governo mexicano para a avaliação de seus bens e a definição de um valor a ser pago. A pressão econômica utilizada por Cordell Hull como complemento às notas de protesto encontrou no boicote iniciado pela Standard Oil e Dutch Shell seu maior aliado. Essas empresas, junto com autoridades norte-americanas, bloquearam os mercados mundiais para o petróleo mexicano, impedindo seu consumo nas dependências governamentais e dando preferência ao petróleo vindo da Holanda e da Venezuela, além de colocar obstáculos à compra de peças para a indústria petrolífera recém nacionalizada.¹⁰⁶

O governo mexicano entrou em contato com as empresas para iniciar o processo de negociação logo após declarar a nacionalização. As reiteradas tentativas de se chegar a um acordo não foram acolhidas pelas companhias, que não aceitavam outra solução que não fosse a devolução de suas propriedades. A falta de interesse das empresas em entrar em um acordo com as autoridades mexicanas tinha como pano de fundo a esperança de que os governos de Cárdenas e Roosevelt fossem sucedidos por governos direitistas. Lembremos que o uso da força por parte dos EUA foi descartado pela política que estava sendo promovida por Roosevelt e

¹⁰⁵ Jornal *Correio da Manhã*, “A expropriação dos campos petrolíferos no México”, 01/04/1938, p.6

¹⁰⁶ A influência internacional e o poder econômico das empresas de petróleo Standard Oil e Dutch Shell impactaram negativamente a concretização da expropriação. A perda dos mercados externos foi o maior golpe para a Pemex: no momento da medida de 1938, 60% do combustível produzido no México estava destinado para a exportação. Após a expropriação, esse mercado praticamente desapareceu, forçando a diminuição na produção da indústria do petróleo. A reação ao boicote e à sobrevivência dessa indústria se deu através do aumento da demanda interna, que passou a sustentar essa atividade e também os baixos preços promovidos pela Pemex.

que o fomento a revoltas anti-cardenistas tampouco interessou o governo estadunidense, uma vez que abria portas para a origem de um regime fascista no país vizinho¹⁰⁷. As empresas se preocupavam também com o estabelecimento de um precedente bastante perigoso para seus interesses na América Latina, pois permitir que o México concretizasse a expropriação poderia encorajar outros líderes nacionalistas a tomar o controle da produção e do comércio de suas indústrias petrolíferas.

Uma matéria do *Gazeta de Notícias* traz a declaração do major T. R. Armstrong, da Standard Oil, em uma sessão da Conferência de Assuntos Públicos. O major teria censurado o governo mexicano e afirmado que os danos causados para a América Latina direta ou indiretamente em consequência da decisão de Cárdenas podiam ser calculados em cinco bilhões de dólares. Para o major, não havia fundamento legal ou moral que justificasse aquela ação do governo. O periódico transcreveu um trecho do discurso de Armstrong¹⁰⁸:

Se o México sair incólume depois de praticar o ato arbitrário do confisco dos bens das companhias de petróleo, a propriedade americana não terá mais garantias na América ou em qualquer outra parte do mundo e brevemente outros países imitarão o seu exemplo. O prestígio dos Estados Unidos na América Latina sofrerá consideravelmente, e se iniciará um período de desordem no continente.¹⁰⁹

A “desordem no continente” alterava uma realidade que já era considerada natural no mundo: as grandes potências imperialistas, armadas com suas empresas multinacionais, drenavam as riquezas dos países periféricos mantendo-os sempre à margem dos lucros que obtinham de suas próprias terras. A centralidade da exportação de capitais e, concomitantemente, a importância do petróleo para a construção do poderio político,

¹⁰⁷ Os dois grupos anticardenistas mais relevantes no México, o Sinarquismo e o movimento Acción Nacional, estavam sob influência falangista, movimento político espanhol inspirado no fascismo.

¹⁰⁸ Lorenzo Meyer mostra que funcionários das empresas petrolíferas entraram em contato com diretores de grandes periódicos norte-americanos a fim de convencê-los a tomar partido na campanha contra Cárdenas. Foram publicados artigos escritos por agentes petroleiros e organizadas palestras para atacar a expropriação mexicana, como as de Armstrong e H. J. Alien durante a National Foreign Trade Convention e a National Industrial Conference Board (realizadas em 2 e 17 de novembro de 1938, respectivamente). A campanha contra Cárdenas procurou mostrar que a expropriação era contrária ao interesse nacional e que fazia parte de um complô, fascista ou comunista. Também almejou fazer crer que nenhuma propriedade estrangeira estava a salvo de “outra” confiscação e que, ao longo do tempo, todas seriam tomadas pelo governo. Essa campanha da Standard e de outras empresas fez com que políticos opositos a Roosevelt cobrassem uma mudança na Política de Boa Vizinhança e ainda construiu a ideia de que a expropriação havia sido uma “atitude perversa” do governo mexicano (MEYER, 1966, p. 141). Em março de 1938, o *Gazeta de Notícias* reproduziu o trecho de uma declaração de Lázaro Cárdenas, que dizia que “Respondemos com atos elevados ao trabalho de solapa que a imprensa de numerosos países está levando a efeito contra nós”. A julgar pela data, o empenho das empresas em propagar sua versão dos fatos através da imprensa deu-se com bastante rapidez (*Jornal Gazeta de Notícias*, “O caso do petróleo mexicano”, 25/03/1938, p.4). Já o *Correio da Manhã*, em janeiro de 1939, informou que havia profunda divergência entre os dirigentes das empresas acerca da atitude a ser adotada em relação ao México e que “certos diretores de companhias as advertem que é contraproducente a tática de mover companhia contra o México por meio de uma ação mundial de imprensa” (*Jornal Correio da Manhã*, “Modus vivendi” das companhias petrolíferas desapropriadas e o governo do México”, 27/01/1939).

¹⁰⁹ *Jornal Gazeta de Notícias*, “As companhias de petróleo mexicanas recorrem ao arbitramento”, 09/07/1938, p.5

econômico e militar dos países fizeram com que o mundo fosse partilhado entre os trustes internacionais. A indústria do petróleo se consolidou, com suas atuais características, a partir do império construído por John D. Rockefeller com a companhia Standard Oil. Criada em 1870, a empresa consistiu no primeiro truste de petróleo, chegando a monopolizar todas as etapas do ramo na economia estadunidense. Por volta de 1890, a Standard era a maior empresa do mundo, e seu poder havia eliminado a livre concorrência no país, tornando-se por isso alvo da Lei Sherman (1890), que visava regulamentar a ação dos trustes. Apesar do monopólio de Rockefeller ter-se dividido em 34 companhias independentes entre si, as novas empresas passaram a ser geridas por pessoas que faziam parte do círculo de confiança de Rockefeller e por acionistas da empresa original, reproduzindo suas mesmas estruturas de funcionamento¹¹⁰. Desde o início do século XX, as grandes potências e os grandes monopólios passaram a competir pelo acesso às fontes petrolíferas. De acordo com Ramon Casas Vilarino,

“Foi o caso da Standard Oil Co, de John Rockefeller, e da Shell, de Henry Deterding, e mesmo dos irmãos Nobel e dos banqueiros, também irmãos”, Rothschild¹¹¹. Em 1928, com a formação do cartel internacional do petróleo, forjaram uma partilha que vigorou até fins dos anos 1950 (VILARINO, 2011, p. 91)

Assim, podemos ter ideia da extensão da atuação e do poder da empresa estadunidense no cenário petrolífero mundial. Para além da perda dos lucros obtidos com a empresa mexicana, e provavelmente mais importante que isso, estava o medo de que a decisão de Cárdenas servisse como exemplo a outros países cuja importância para a economia do petróleo eram ainda superiores ao México, como era o caso da Venezuela. Aceitar a expropriação era aceitar também o princípio contido na Constituição de 1917 – que havia sido veementemente questionado desde então – e que ia diretamente contra os interesses britânicos e norte-americanos: o petróleo do subsolo pertencia à Nação. A aplicação do parágrafo IV do artigo 27 afetava diretamente a dinâmica das concessões realizadas antes da promulgação da nova Constituição, alterando, portanto, a manutenção das práticas coloniais exercidas pelas grandes potências. Segundo Meyer, ao menos nesse momento, o México recobrou o controle

¹¹⁰ Isso fez com que o império de Rockefeller continuasse dominando o ramo petrolífero estadunidense e mundial. Mantiveram grande poder e influência até a atualidade principalmente quatro dessas empresas: a Standard Oil de New Jersey, a Standard Oil de Nova Iorque, a Standard Oil de Indiana e a Standard Oil da Califórnia.

¹¹¹ A Rússia monárquica foi um dos primeiros países a apresentar reservas importantes fora dos Estados Unidos, em Baku. Essas reservas foram exploradas pelos irmãos Nobel, da Suécia, e pela parte inglesa da família Rothschild. A criação de uma das principais empresas de exploração petrolífera se deu a partir da união de duas companhias independentes: A Royal Dutch, de Henri Deterding, que extraía e exportava o petróleo encontrado nos domínios coloniais holandeses fundiu-se com a Shell, empresa criada pelo rico empresário judeu Marcus Samuel, outrora representante dos interesses dos Rothschild na Ásia. No entanto, prejudicado pela estatização do petróleo russo após a Revolução Russa, Samuel associou-se a Deterding, dando origem à Royal Dutch Shell. Essa empresa anglo-holandesa estava entre as demais expropriadas por Lázaro Cárdenas, representada em solo mexicano pela companhia El Águila.

do seu sistema econômico, fazendo com que o capital estrangeiro passasse a um segundo plano (MEYER, 2009, p. 468). Se outros países explorados pelas grandes empresas multinacionais também atacassem o sistema de inversão internacional, qual teria sido o impacto para o desenho econômico e geopolítico mundial? Para o alívio dos países imperialistas, essa pergunta não obteve respostas práticas.

Outra via de pressão contra o México defendida por Cordell Hull foi a política platista. O plano consistia em suspender a compra da prata e forçar a baixa de seu preço no mercado mundial. Por conseguinte, haveria a diminuição da arrecadação de impostos do governo mexicano, ao mesmo tempo que se debilitava a moeda, causando o agravamento da crise econômica vivida pelo México naquele momento. Essa tática não obteve apoio do embaixador Daniels e nem do secretário do Tesouro norte-americano Morgenthau, além de não ter causado o impacto que se esperava. Isso se deu pela acentuada presença de norte-americanos na exploração mineira, que não permitiu que essa medida se aprofundasse, sob o risco de prejudicar essas empresas em prol dos petroleiros¹¹².

Ainda em março de 1938, após os Estados Unidos serem notificados da expropriação, Cordell Hull tentou retirar o embaixador Daniels do México. Essa ação podia ser considerada como o prelúdio de um possível rompimento entre os dois países. Josephus Daniels, no entanto, atrasou sua ida a Washington sob diferentes justificativas, até o ponto em que o Secretário de Estado retirou sua ordem. Figurando como um intermediário entre as partes do conflito e se tornando um legítimo representante da Política de Boa Vizinhança, o embaixador se posicionou no espectro oposto ao de Hull. Daniels frisava a necessidade de solucionar o problema para afastar o perigo fascista, assim como acreditava que o programa reformista de Cárdenas, ao proporcionar uma maior distribuição de riquezas, diminuía o poder de atração das doutrinas fascistas e comunistas, transformando o México em um país estável e bom cliente dos Estados Unidos.¹¹³

¹¹² Já no dia 29/03/1938, (a expropriação foi efetuada dia 18 do mês de março, ou seja, a tática de Hull para pressionar o governo mexicano foi posta em prática com extrema rapidez) o jornal *Correio da Manhã* publicou uma matéria sobre a questão da prata. Um comunicado público de Morgenthau dizia que “Em vista da decisão do governo americano de examinar novamente as suas relações comerciais com o México, o Tesouro suspenderá até segunda ordem as compras de prata que vinha fazendo mensalmente ao país vizinho”. Ao tomar conhecimento sobre a decisão americana, Cárdenas teria afirmado adotar um novo programa de obras públicas e procurar novos mercados para a prata e o petróleo do país, a fim de evitar a crise que seria decorrente da política platista norte-americana. Jornal *Correio da Manhã*, “Para contrabalançar a falta de venda de prata”, 29/03/1938, p.5

¹¹³ O cenário político internacional era de avanço do perigo fascista. Assim, discussões aconteceram pelo receio de o México tornar-se uma Espanha. De acordo com Andreu Espasa, “El temor a que una rebelión como la de Saturnino Cedillo replicara el ejemplo español en América Latina influyó decisivamente en la actitud de Washington ante la expropiación petrolera. Por su parte, el gobierno mexicano también utilizó el poder pedagógico de la guerra española para intentar convencer a Washington de la necesidad de subordinar la cuestión petrolera a consideraciones geopolíticas de mayor alcance.” (ESPASA, 2017, p. 1)

Opondo-se as fortes pressões exercidas sobre o México como retaliação ao decreto expropriatório, o embaixador estadunidense alertou o presidente Roosevelt de que a postura do país diante daquela situação não deveria se basear nas práticas imperialistas. A confiança da Hispano-América nos EUA estava sendo colocada à prova e, para o embaixador, o Departamento de Estado não se mostrava interessado em substituir o Big Stick¹¹⁴ pela Boa Vizinhança. Daniels defendia o direito de Cárdenas de recobrar o controle sobre a riqueza do país para integrá-la à economia nacional, acreditando que o presidente do México não buscava outra coisa a não ser realizar o New Deal¹¹⁵ mexicano.

Em uma matéria do *Correio da Manhã*, lemos que

É conveniente notar que o presidente Cárdenas cortou prontamente relações com a Inglaterra, mas com os Estados Unidos essas relações são de caráter diferente, pois todo o programa socialista do presidente tem sido defendido pelas autoridades do governo nestes últimos anos, com a declaração de que esse programa se compara ao New Deal¹¹⁶

Em artigo, Jorge A. Shiavon (2002) postula que os governos de Cárdenas e Roosevelt se assemelham quanto à vocação reformista, à heterodoxia econômica, à habilidade para criar alianças interclassistas e também pelo fato de as políticas intervencionistas de ambos os governos – ao menos em teoria – terem se direcionado para a distribuição de riquezas e para o bem-estar social. Para o autor, a influência do New Deal sobre o governo mexicano deu-se ao mostrar que o intervencionismo estatal direto era uma forma de incentivar o crescimento econômico do país e melhorar o nível de vida da população. Ao mesmo tempo, a Política de Boa Vizinhança construiu um ambiente de maior autonomia para que Cárdenas realizasse suas políticas sem sofrer com sanções de peso vindas dos Estados Unidos.

De fato, a política dos países da América Latina esteve constantemente influenciada pelas relações econômicas, políticas e militares estabelecidas com os Estados Unidos. No entanto, é importante frisar que essas relações não foram constantes, mas sim marcadas por momentos de conflitos e acordos, acomodações e antagonismos, que ora orientaram períodos de maior cooperação dos países latino-americanos para com os EUA, ora direcionaram políticas

¹¹⁴ A Big Stick Policy (Política do Grande Porrete) vigorou entre 1898 e 1934. Em mensagem dirigida ao Congresso em 1904, o presidente republicano Theodore Roosevelt (1901-1909) fincou as bases dessa política, através da qual os EUA legitimavam suas intervenções militares como preventivas e defensivas, porque não objetivavam a aquisição de territórios, mas a conservação do progresso, da civilidade, da estabilidade e da ordem. Essa política permitiu que governantes e/ou grupos políticos favoráveis aos interesses norte-americanos ascendessem ao poder, combateu movimentos revolucionários em áreas de influência e cobrou dívidas de outros países se baseando no “Speak softly and carry a big stick; you will go far”.

¹¹⁵ Programa aplicado durante o governo de Franklin D. Roosevelt (1933-1945) que visava reformar a economia norte-americana após os efeitos da Depressão de 1929. O projeto incluía investimentos em obras públicas, mudanças nas jornadas de trabalho, fixação do salário mínimo, criação de seguro-desemprego e seguro aposentadoria, dentre outras iniciativas.

¹¹⁶ Jornal *Correio da Manhã*, “Ainda a nota dos Estados Unidos ao México”, 27/08/1938, p.6

no sentido contrário aos interesses norte-americanos. O México assistiu, durante o decorrer da Revolução Mexicana, à construção da consciência nacionalista dos diversos sujeitos que participaram do conflito e que, a partir de suas perspectivas de grupo, passaram a opor-se às práticas e à presença das empresas e dos interesses estadunidenses no país. Assim, muitas das demandas efetivadas por Cárdenas, a adoção de uma política de caráter social, além de outras medidas que pressupunham o intervencionismo estatal já estavam presentes na Constituição de 1917. Ou seja, é necessário matizar a influência das políticas de Roosevelt sobre o governo cardenista a fim de evitar que as políticas de Cárdenas sejam apresentadas como mero reflexo do governo americano.

Lorenzo Meyer oferece no artigo “El conflicto petrolero entre México y los Estados Unidos (1938-1942)” um panorama da expropriação e seu desenrolar, utilizando uma rica variedade de fontes. Entre elas, encontramos missivas e discursos do embaixador Daniels, cuja visão crítica a respeito das relações estabelecidas com os países latino-americanos embasa seu posicionamento diante da expropriação mexicana. Em uma carta de 7 de setembro de 1938,

Daniels había dicho a su colega que en México los españoles habían sido sucedidos por los Dohenys, Cowdrays y otros explotadores, "que consideran que los mexicanos nacieron para enriquecer a los extranjeros, y que Dios puso importantes recursos naturales en el subsuelo de México para aumentar las fortunas que se encuentran en los cofres de los explotadores y concesionarios (MEYER, 1966, p. 112)

Em discurso datado do dia 4 de julho de 1938, Meyer aponta que

El embajador afirmó ante sus oyentes que una de las causas por las cuales peligraba la democracia en el mundo era porque, junto al desempleo, los pueblos no recibían una justa proporción de la explotación de sus riquezas naturales ni del producto de su trabajo. Poco después, Daniels hizo ver a Hull que las compañías debieron aceptar la mejora en los salarios de sus trabajadores, en vez de oponerse a las decisiones de los tribunales mexicanos (MEYER, 1966, p. 112)

Daniels parecia escapar àquela crença que tanto justificou as interferências dos Estados Unidos nos países latino-americanos, segundo a qual os yankees estavam imbuídos de uma missão civilizadora. Como aponta Octavio Ianni, “o intervencionismo e a missão civilizadora são dois elementos essenciais e conjugados da dominação imperialista” (IANNI, 1973, p. 10). A permanência das antigas práticas capitalistas, de dominação econômica e política estavam sendo descartadas diante do crescimento das doutrinas fascistas, a fim de assegurar a hegemonia do modelo político estadunidense na América Latina. A expropriação figurou como uma das maiores oportunidades de consolidação da nova postura norte-americana, enquanto Daniels se tornou um porta-voz dessa nova conduta política.

Entre o posicionamento conciliador do embaixador Josephus Daniels e a reação agressiva do Departamento de Estado encabeçado por Cordell Hull, se encontrava Franklin D. Roosevelt. O presidente norte-americano já apresentava uma postura diferente antes mesmo da

nacionalização do petróleo mexicano. Ao contrário de seus antecessores, Roosevelt não manteve a defesa ferrenha aos proprietários de terra estadunidenses, passando a aceitar que esses fossem tratados com igualdade de direito em relação aos proprietários mexicanos. Apesar de não ter aceito com facilidade o prazo de pagamento das indenizações estabelecido pela legislação mexicana, Roosevelt aceitou desde o início o direito de expropriação do México. Além de não ceder à resistência das empresas em solucionar o conflito – o presidente deixou claro para as companhias que a expropriação era irreversível e que não haveria mudança violenta de governo no México –, Roosevelt concordava que a indenização deveria ser feita tendo como base o capital invertido menos a depreciação, sem incluir o valor do petróleo do subsolo. Esse era um ponto de grande controvérsia desde que a Constituição mexicana havia colocado as riquezas do subsolo sob domínio da Nação, fato sempre contestado pelas empresas de petróleo. Durante as tentativas de acordar o valor da indenização, o óleo do subsolo, para as companhias, deveria estar incluso no montante a ser pago.

Roosevelt tinha uma aguçada visão sobre a conjuntura mundial, partindo dela para a formulação de seus planos de governo. Segundo Meyer,

El objetivo del programa de Roosevelt, en última instancia, era ayudar a la empresa privada norteamericana a adaptarse al mundo posterior a la Gran Crisis; esta readaptación requería, entre otras cosas, poner coto a los aspectos más negativos y abusivos de las grandes empresas privadas, precisamente como aquellos que habían originado el conflicto con México. (MEYER, 1966, p. 114)

O mundo, assistindo à insuficiência do modelo de economia liberal, precisou encontrar caminhos alternativos após a Depressão de 1929 para se reestruturar. Franklin D. Roosevelt venceu as eleições de 1933 com propostas que iam na contramão do que era então praticado pelo presidente republicano Hoover. Enquanto este mantinha em vigor o dogma liberal de não intervenção estatal na economia, a fim de que as próprias forças de mercado iniciassem seu ciclo de recuperação, Roosevelt propôs a heterodoxia econômica do New Deal. As modificações internas, no entanto, não bastavam para manter a posição hegemônica dos Estados Unidos no continente ao mesmo tempo que as antigas práticas baseadas na intervenção militar direta já não produziram os resultados esperados. Uma das consequências da Crise de 1929 foi a reformulação da política externa dos Estados Unidos. A Política da Boa Vizinhança se tornaria a nova estratégia de relacionamento para com os países da América Latina, através da qual se abandonavam as práticas intervencionistas características dos Estados Unidos desde o final do século XIX.

Segundo Isaias Albertin de Moraes, foi a diplomacia do presidente Woodrow Wilson (1913-1921) que preparou a Política de Boa Vizinhança de Roosevelt. Wilson teria

apresentado uma proposta humanista, que negaria o reconhecimento dos EUA a governos impostos pela força. A diplomacia wilsoniana não aceitava a política de seu antecessor, Willian H. Taft, batizada de “diplomacia do dólar”, que consistia em intervenções em regiões onde os interesses econômicos estadunidenses estivessem ameaçados, assim como negava a política do “porrete”, de Theodore Roosevelt (MORAES, 2008, p. 34).

A necessidade de alterações nas formas de relacionamento dos Estados Unidos com os países da América Latina não surgiu, portanto, apenas em função da Grande Depressão. O intervencionismo e o ímpeto expansionista dos Estados Unidos fizeram com que as nações latino-americanas deixassem de ver esse país como um contrapeso às intenções imperialistas dos países europeus. Os Estados Unidos também eram, agora, imperialistas. O sentimento anti-imperialista que permitiu o crescimento de simpatizantes fascistas na América latina preocupava e precisava ser combatido. Desse modo, a Política de Boa Vizinhança vinha para tentar amenizar o antiamericanismo e combater a presença da Alemanha nazista na América Latina¹¹⁷.

Como foi dito anteriormente, a validade dessa política externa foi posta à prova quando as empresas de petróleo norte-americanas foram nacionalizadas pelo governo do México. A imprensa brasileira publicou matérias que citam de forma esporádica essa situação que, de fato, não foi fácil de acompanhar¹¹⁸. Isso porque as negociações oscilavam entre o desentendimento e o acordo, as declarações feitas pelos envolvidos ora acentuavam as tensões, ora acalmavam os ânimos, levando o conflito para uma possível resolução.

Apesar de ter se mantido quase que integralmente ao lado das empresas de petróleo, foi o Departamento de Estado que, em novembro de 1938, colocou o embaixador mexicano Castillo Nájera em contato com o representante do grupo petroleiro, Donald Richberg. Foram

¹¹⁷ De acordo com Moraes, a presença da Alemanha nazista na América Latina se deu, principalmente, através do comércio. Argentina e Brasil eram os principais parceiros do que ficou conhecido como comércio compensado: uma política comercial de trocas diretas, onde as moedas não eram necessárias. Dessa forma, a Alemanha enviava para os países americanos máquinas e manufaturas e adquiria produtos primários. O Brasil foi o principal parceiro comercial da Alemanha na América do Sul nos anos de 1934, 1937 e 1938. Além disso, foram estabelecidos contratos de armamentos com a fábrica Krupp, a política federal brasileira estabeleceu ligações com a Gestapo (política secreta nazista) e, claro, com a Ação Integralista Brasileira (AIB), grupo com evidentes influências fascistas, que se tornou o maior grupo dessa ideologia nas Américas. (MORAES, 2008, p.37)

¹¹⁸ O jornal *Correio da Manhã*, por exemplo, afirmou que a postura dos Estados Unidos diante do conflito era irreprovável e uma prova irrefutável da Política de Boa Vizinhança. (Jornal *Correio da Manhã*, “A nacionalização do petróleo mexicano”, 17/04/1938, p. 3). Outra matéria que cita essa política estadunidense se refere às tensões geradas a respeito das expropriações agrárias. De acordo com a matéria, a atitude do Secretário de Estado diante desse assunto colocava em perigo a Política de Boa Vizinhança. É interessante perceber que, na mesma matéria e referindo-se ao mesmo tema, há uma declaração do presidente Cárdenas, segundo a qual a controvérsia não afetava a amizade entre os dois países. (Jornal *Correio da Manhã*, “A expropriação de terrenos agrários no México”, 02/09/1938, p.6). Para o jornal *Gazeta de Notícias*, a Política de Boa Vizinhança era a base sobre a qual as negociações estavam se apoiando para uma solução legal e diplomática do caso mexicano. (Jornal *Gazeta de Notícias*, “O caso do petróleo mexicano”, 23/09/1939, p. 3).

duas tentativas de negociação com o governo mexicano, que, no entanto, não tiveram êxito. A primeira proposta do representante petroleiro propunha um contrato de longo prazo entre as indústrias e o governo para a exploração do petróleo mexicano. Ao fim do contrato, o governo mexicano receberia automaticamente as propriedades das empresas. O que Cárdenas propunha, em contrapartida, era a formação de uma empresa mista com a colaboração e a inversão de ambas as partes, na qual o governo seria o sócio majoritário. Richberg dizia ser possível oferecer uma maior participação do governo na empresa, mas sem que esse se tornasse um sócio dela.

Como bem aponta Lorenzo Meyer, o problema das negociações dizia respeito ao controle da indústria: enquanto Cárdenas buscava concretizar a nacionalização, Richberg apenas propunha alterar alguns pontos das diretrizes anteriores ao 18 de março. O fim de uma matéria do periódico *Gazeta de Notícias* sobre as negociações entre Richberg e o governo mexicano afirmava que “Mr. Richberg conclui que está procurando um acordo baseado em um plano de colaboração futura entre o Governo e as companhias petroleiras para o bem de todas as partes envolvidas na proporção de seus respectivos interesses”¹¹⁹. Como sempre ficou claro na postura das empresas, seu interesse era reaver a posse das propriedades nacionalizadas e o livre acesso à exploração do subsolo mexicano. Elas não contavam, entretanto, com a firmeza de Cárdenas e nem mesmo com a iniciativa de uma das companhias, a Sinclair, de entrar em contato com Nájera. Essa companhia acabou por firmar um acordo com o governo do México, recebendo uma soma que se encontrava entre 13 e 14 milhões de dólares. O acordo com a Sinclair foi importante pois o montante pago não incluía o petróleo do subsolo, não seria feito de imediato e ainda seria pago em parte através de combustíveis, ou seja, tudo que as demais companhias negavam a aceitar, principalmente a Standard Oil e a Royal Dutch.

Ainda em 1941, após o fim do governo de Cárdenas, a Standard ainda não havia entrado em acordo com o México acerca do conflito petroleiro. Cordell Hull já não estava mais disposto a apoiar as companhias, e a necessidade de cooperação entre os dois países diante das batalhas da Segunda Guerra era cada vez mais urgente. Ao fim e ao cabo, o governo norte-americano foi concretizando acordos que rumavam à resolução do impasse, como conceder um empréstimo ao México e renovar o contrato de compra de prata. Somente através do trabalho de uma comissão mista em 1942, formada por um representante norte-americano e outro mexicano, que se chegou a um acordo sobre o valor a ser pago àquelas empresas que haviam se recusado a entrar em entendimento com o governo do México. A Standard Oil levou um ano

¹¹⁹ Jornal *Gazeta de Notícias*, “O caso do petróleo mexicano”, 23/09/1939, p.3

para aceitar o pagamento das indenizações, que ficaram, por fim, definidas no valor de 30 milhões de dólares. De acordo com Meyer, esse valor ultrapassava o que realmente correspondia às companhias no ato da expropriação. No entanto, o pagamento unicamente pelo petróleo da superfície significou a aceitação, por parte do governo norte-americano e das empresas, de que o óleo do subsolo pertencia à Nação. O conflito, finalmente, chegava ao fim. E, ao que tudo parecia indicar, o México saía vencedor dessa longa contenda em busca da soberania sobre os recursos naturais da Nação.

3.2. Expropriação do petróleo mexicano

“Ao que parece, essa solução encontrada fora a única e a mais sábia que se poderia dar ao caso [...]. O governo mexicano, porém, previdente e enérgico, pôe fim à contenda por meio de medidas acertadas e de acordo com os altos interesses nacionais”¹²⁰

A expropriação foi a solução encontrada pelo presidente Lázaro Cárdenas para um conflito que se iniciou no segundo semestre de 1936, quando o Sindicato de Trabajadores Petroleros de la República Mexicana (STPRM)¹²¹ elaborou o primeiro projeto de contrato coletivo de trabalho, cujas reivindicações¹²² foram prontamente negadas pelas companhias de petróleo. Assim que tiveram suas indústrias expropriadas, as companhias e seus defensores passaram a acusar o governo mexicano de ter planejado a nacionalização de antemão. Segundo elas, Cárdenas havia utilizado o sindicato e o impasse criado entre ele e as empresas para concretizar um plano elaborado em 1936, em ocasião do pacto de não-intervenção assinado pelos Estados Unidos e os países latino-americanos (MEYER, 2013, p. 337). Essa teoria pode ser desfeita logo que lançamos o olhar para dois pontos: o primeiro diz respeito à tentativa de acordo com a empresa anglo-holandesa El Águila, subsidiária da Royal Dutch Shell, a qual possuía as maiores inversões na indústria petrolífera do México¹²³. O intuito de Cárdenas era romper a frente única das empresas, oferecendo à El Águila uma nova concessão para explorar

¹²⁰ *Jornal Gazta de Notícias*, “O caso do petróleo no México”, 24/03/1938, p.4

¹²¹ O STPRM foi resultado da união dos sindicatos independentes de trabalhadores da indústria petrolífera que existiam até então. De acordo com Lorenzo Meyer em “Las raíces del nacionalismo petrolero en México”, o STPRM foi originado da junção de 19 sindicatos independentes. Encontramos um número diferente no artigo “Cárdenas y la lucha por la independencia económica de México”, de Albert Michels. Segundo esse autor, o Sindicato de Trabajadores de la República Mexicana deu-se pela fusão de 21 sindicatos. Ambos os autores salientam, no entanto, que o novo sindicato logo foi incorporado à Confederación de Trabajadores de México (CTM) sob influência oficial, de acordo, portanto, com a política sindical do sexênio cardenista.

¹²² Além do enorme aumento salarial – cujo valor superava a cifra de 65 milhões de pesos anuais –, os operários reivindicavam a implementação da jornada de 40 horas semanais, pensões, serviços sanitários, maior período de férias, alojamento, dias de descanso e a contratação de funcionários mexicanos para os cargos técnicos e administrativos.

¹²³ Em 1936, a El Águila possuía 59,20% da produção total de petróleo no México. (MEDIN, 1974, p. 141)

a zona de Poza Rica, um dos depósitos petrolíferos mais ricos do mundo.¹²⁴ O acordo não foi aceito e a El Águila seguiu assentindo com as linhas de conduta norte-americanas frente ao conflito. O segundo ponto e, talvez, ainda mais importante que o anterior, se refere aos profissionais que tomariam a frente da indústria recém nacionalizada. Assim como tantas outras, a indústria do petróleo foi marcada pela predominância de estrangeiros nos cargos mais importantes e de melhor remuneração. A ausência de pessoal técnico especializado causaria grandes dificuldades para a sobrevivência da indústria, o que nos leva a inferir que, caso a expropriação tivesse sido premeditada, o governo mexicano teria se precavido nesse aspecto. Da mesma forma que não podemos considerar a expropriação como um plano elaborado previamente, ele tampouco pode ser considerado um mero acaso na história mexicana. Essa medida está localizada dentro de um conjunto de objetivos mais ou menos definidos pelos governos revolucionários que visavam desmontar a estrutura colonial de alguns setores vitais para a economia do país.

Segundo Lorenzo Meyer (2013), Cárdenas informou a Castillo Nájera, em 1937, que não tinha como propósito tomar as propriedades das empresas, apesar das circunstâncias que se apresentavam. O conflito era visto mais como uma tentativa de fazer com que as companhias operassem de acordo com as necessidades do país e também como uma oportunidade de concretizar as diretrizes contidas no Plano Sexenal. A intenção era mais de limitar a atuação das empresas petrolíferas em benefício do interesse nacional¹²⁵. Como aponta

¹²⁴ “Em opinión del *The New York Times*, El Águila había adquirido así el segundo depósito petrolífero más importante del mundo” (MEYER, 2009, p. 337)

¹²⁵ A exploração do petróleo mexicano esteve voltada, majoritariamente, para a satisfação das necessidades do mercado externo, levando o México a produzir 25,6% da produção mundial em 1921, exportando petróleo – no auge de sua produção – a 27 países. Durante a ditadura de Porfirio Díaz (1884-1911), foram concedidos inúmeros privilégios às companhias, como a isenção de impostos na importação de maquinarias e a isenção, durante dez anos, das obrigações fiscais com o estado mexicano. Tzvi Medin transcreveu um trecho esclarecedor feito pela comissão pericial designada pelo governo: “Una inspección superficial del género de instalaciones de las empresas petroleras y de la orientación de sus actividades, comprueba plenamente que todo ha estado encapuzado con el propósito de no derramar en el país los incontables beneficios del aprovechamiento de productos petroleros, sino con el de enviarlos al exterior, para provecho de otros países” (MEDIN, 1974, p. 134) Mais adiante, o historiador apresenta dados que ilustram com precisão a situação descrita pela comissão: em 1918, foram produzidos 63.828.326 barris de petróleo. Destes, foram exportados 51.767.219 barris. Ou seja, 81% da produção de petróleo foi enviada para fora do México. Já em 1922, a produção foi contabilizada em 182.278.457 barris, sendo exportados 180.866.282 deles, uma porcentagem de 99% de exportação. Segundo Albert Michaels (1968), a manutenção de exércitos privados, os baixos impostos pagos, a negação das leis mexicanas e o auxílio da força de países estrangeiros – principalmente dos EUA – quando se viam de frente com as leis do país criava uma ameaça constante à soberania do México. “El mexicano común odiaba a las compañías petroleras extranjeras. José Vasconcelos las describió como “las fuerzas oscuras del privilegio que no conocen otro Dios que el de la ventaja personal” (MICHELS, 1968, p.65). Os mexicanos tinham especial ressentimento pela El Águila, que era acusada de vender petróleo do exterior por um preço 40% abaixo do preço cobrado no México. Por fim, o que o Plano Sexenal almejava era regular as atividades de exploração dos recursos naturais e o comércio dos produtos que significassem um empobrecimento do território mexicano, através da nacionalização do subsolo, a ampliação das reservas nacionais de petróleo, fazendo com que o país tivesse a maior participação possível nas riquezas que eram exploradas.

Tzvi Medin, “lo que se quería era la reforma de las condiciones existentes, pero no la desaparición de las empresas extranjeras que operaban en el país” (MEDIN, 1974, p. 131).

O intervencionismo do Estado, adotado como doutrina no Plano Sexenal, pode ser encontrado em diversas ocasiões durante o sexênio cardenista. Como abordamos no capítulo primeiro, a Ley Federal de Trabajo (1931) visava regular as relações entre capital e trabalho e institucionalizava a função do governo como árbitro das relações trabalhistas. O conflito surgido entre companhias de petróleo e o STPRM foi um enorme exemplo da intervenção estatal na vida do país: após as empresas recusarem as reivindicações dos operários, o governo interveio para evitar a paralização do setor e para propor a formação de uma convenção operário-patronal que buscava uma solução entre as partes envolvidas no impasse. A convenção durou 120 dias, indo até maio de 1937, sem apresentar qualquer resultado. As empresas estipularam o valor de 14 milhões de pesos como o limite do aumento que poderiam conceder (vinham junto uma série de renúncias a conquistas sindicais anteriormente obtidas) e foram avisadas, durante uma reunião com o presidente Cárdenas, de mais uma intervenção direta do governo caso não entrassem em acordo com seus operários. Em maio de 1937, a greve foi decretada, sem que durasse muito tempo. Antes dos danos que causaria à atividade econômica do país, a CTM pediu à Junta Federal de Conciliação e Arbitragem que a contenda fosse declarada como um conflito de ordem econômica. Isso implicava que, retomadas as atividades por parte dos operários, uma junta de peritos¹²⁶ examinaria o estado econômico das empresas, a fim de verificar se essas estavam em condição ou não de atender às demandas operárias.

Após os 30 dias estipulados para a conclusão do estudo a ser realizado, a Comissão entregou ao governo uma longa análise cujo alcance ia muito além do fator financeiro. Segundo Tzvi Medin,

El Dictamen de la Comisión Pericial comienza haciendo notar, en sus tres primeros y esquemáticos puntos, que las principales compañías petroleras que operaban en México forman parte de grandes unidades económicas norte-americanas o inglesas; que nunca han estado vinculadas al país y que sus intereses han sido siempre ajenos, y no han dejado en México sino salarios e impuestos sin haber aportado su cooperación al progreso social de México. (MEDIN, 1974, p. 139)

A Comissão define que as companhias poderiam pagar uma soma de 26 milhões de pesos anuais em aumento salarial sem que sofressem qualquer tipo de prejuízo. O resultado do estudo é aceito pelos operários e negado pelas empresas, que se dispõem a pagar 20 milhões de pesos. Elas alegavam pagar um dos salários mais altos do país e discordavam da tese estabelecida por Cárdenas em 1936, segundo a qual as empresas deveriam pagar os salários não

¹²⁶ A Comissão Pericial encarregada de analisar as condições econômicas das empresas foi formada por Efram Buenrostros, subsecretário da Fazenda, Mariano Moctezuma, subsecretário de Economia e por Jesús Silva Herzog.

de acordo com a oferta e a demanda de mão de obra, e sim baseados na capacidade econômica das empresas. Uma das saídas para a resolução do conflito, de acordo com Cárdenas, consistia no aumento do controle governamental sobre a indústria, e ceder à decisão indicada pela Comissão pericial representava, para as companhias, permitir uma ingerência cada vez maior do Estado sobre suas atividades.

Em dezembro de 1937, a Junta Federal de Conciliação e Arbitragem decidiu aderir às recomendações apresentadas pelos peritos e aprovou um aumento total de 26.332.756 pesos. A reação das empresas foi instantânea, alegando denegação de justiça e afirmando ser materialmente impossível atender àquela ordem. O conflito que há algum tempo já não era mais entre operários e empresas, mas sim entre as empresas e o governo mexicano, deixou de ser também apenas uma questão salarial. Havia se transformado em uma defesa feroz, por parte das companhias, em manter sua velha política que barrava as intervenções do Estado mexicano em seus assuntos internos, uma defesa por manter sua posição política de poder dentro do país. Em vista disso, elas apelaram para a Suprema Corte de Justiça da Nação, demandando um amparo contra o laudo ditado pela JFCA. Concomitantemente, as empresas retiraram de uma vez seus depósitos bancários, acentuando a situação crítica que o Banco do México se encontrava. Em 1º de março, a Suprema Corte emitiu sua decisão, negando o amparo às empresas e estabelecendo o prazo de sete dias para que cumprissem com o estipulado pela JFCA. Diante disso, três reuniões foram realizadas (3, 6 e 8 de março) entre o presidente Cárdenas, as empresas e funcionários mexicanos. Uma das sugestões feitas pelas empresas consistia no pagamento de 22 milhões em aumento, enquanto o restante do valor seria aplicado em obras voltadas para os trabalhadores, como escolas e hospitais. A contraproposta não foi aceita, e as empresas permaneceram negando o pagamento estipulado pela JFCA.

É interessante notar que as empresas tiveram tempo e algumas oportunidades de entrar em um acordo com o governo mexicano e/ou acatar a ordem da Junta Federal de Conciliação e Arbitragem. No entanto, estavam munidas de uma certeza que logo iria abaixo: elas não acreditavam que o governo mexicano pudesse ir tão longe, aplicando a lei de expropriação. Segundo Meyer (2009), no dia 16 de março as empresas chegaram a aceitar o pagamento dos 26 milhões de pesos, no entanto não acordaram sobre as cláusulas administrativas estabelecidas. Ainda no dia 18 – dia da expropriação –, os petroleiros se reuniram com o presidente Cárdenas, mas permaneceram discordando dos pontos administrativos. Assim, após se reunir com seus ministros, o presidente mexicano anunciou, na noite do dia 18 de março de 1938, a sua decisão via rádio para todo o país.

Os jornais analisados trazem poucas notas a respeito desse processo que antecedeu o decreto expropriatório mexicano. São notas curtas e praticamente imperceptíveis dentro da estrutura física do jornal. O jornal *Correio Paulistano* publicou duas pequenas notas relacionadas à greve: a primeira trata sobre a ameaça de uma greve geral nas companhias¹²⁷, e a segunda informa sobre a comissão de técnicos nomeada em consequência da greve e suas conclusões a favor dos trabalhadores, que apontavam que as empresas tinham condições de satisfazer as reivindicações dos empregados.¹²⁸

O *Gazeta de Notícias* também publicou duas notas a respeito da greve. A primeira informava a iminência da greve, a qual só poderia ser evitada com a intervenção de Cárdenas para solucionar o caso. Segundo a nota, os efeitos do conflito já estavam sendo sentidos pelo público, uma vez que as bombas de gasolina estavam vazias, e os táxis haviam deixado de circular dada a falta de combustível¹²⁹. A segunda nota é a mais extensa de todas e versava sobre o resultado do estudo dos peritos mexicanos acerca das empresas. A nota transcreve um trecho do relatório, segundo o qual as companhias inglesas e americanas “jamais se vincularam ao México e que seus interesses sempre foram estrangeiros”. Logo em seguida, traz a declaração das empresas, que alegavam terem sido vítimas de acusações injustas, já que nunca deixaram de cooperar com o progresso social do país.¹³⁰

Por fim, o periódico *Correio da Manhã* publicou três notas a respeito do processo anterior ao decreto de 18 de março. A primeira data de janeiro de 1936 e se refere a uma greve geral no campo de Huasteca, pois a companhia se recusava a atender as reivindicações dos trabalhadores¹³¹. A segunda nota informava que a “União dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo” avisou às companhias estrangeiras que dezoito mil membros da União entrariam em greve caso um acordo não fosse efetivado nos próximos dias. Esses trabalhadores exigiam salários mais elevados, pagamento durante o período das férias, semana de quarenta e oito horas de trabalho e o direito a negociações coletivas¹³². A última nota informa sobre a greve geral e sobre os esforços do presidente Cárdenas em resolver o conflito, indicando que o mesmo se reuniria com os representantes da União dos Trabalhadores das minas de petróleo. Em seguida, indica que as companhias pediram à Comissão de Arbitragem e Conciliação que a greve fosse decretada como ilegal, tendo em vista que “a lei do trabalho prevê que não pode ser declarada

¹²⁷ Jornal *Correio Paulistano*, “Ameaçadas de greve as companhias petrolíferas”, 22/05/1937, p.3

¹²⁸ Jornal *Correio Paulistano*, “A greve dos operários em petróleo no México”, 05/08/1937, p.23

¹²⁹ Jornal *Gazeta de Notícias*, “Greve do petróleo no México”, 28/05/1937, p.10

¹³⁰ Jornal *Gazeta de Notícias*, “O petróleo no México”, 06/08/1937, p.2

¹³¹ Jornal *Correio da Manhã*, “Greve de operários de petróleo no México”, 28/01/1936, p.2

¹³² Jornal *Correio da Manhã*, sem título, 20/05/1937, p.12

uma greve enquanto os contratos continuam em vigor”. Segundo a nota, a Comissão de Arbitragem estava examinando o pedido das companhias¹³³.

Todas essas notas, além de concisas e sem destaque nas páginas dos periódicos, são provenientes das agências internacionais de notícias. Sobre sua extensão e sua origem, podemos pensar que se encaixam no padrão de imprensa-empresa, estabelecido em fins do século XIX e início do século XX, quando se deu a predominância das informações rápidas e diretas sobre aquelas matérias mais extensas e de caráter opinativo. No entanto, não devemos cessar aqui as reflexões, posto que tanto as agências produziram matérias de fôlego quanto os periódicos as publicavam, produzindo também editoriais e artigos que abordavam os acontecimentos de forma mais detalhada e subjetiva. Temos aqui a dinâmica de uma dupla seleção: as agências escolhem os assuntos que vão abordar e como vão abordar, e os jornais escolhem quais dessas matérias serão publicadas. Questiono: por que o processo anterior ao decreto de 18 de março de 1938 foi abordado de forma superficial e concisa pelas agências e assim publicadas pelos jornais brasileiros? Não temos meios de saber quais as outras matérias escritas pelas agências, além dessas que tivemos acesso através dos jornais. Existe, obviamente, a possibilidade de terem sido escritas matérias que abordassem com mais riqueza de detalhes o conflito entre os operários, o governo mexicano e as empresas de petróleo. Nossa análise aqui tem como base as fontes que pudemos acessar. A partir delas, construímos problematizações que permitem a elaboração de hipóteses que nem sempre serão confirmadas através do estudo diligente dos documentos. Podemos pensar, por exemplo, que a forma com a qual a greve dos operários petroleiros foi abordada indica uma falta de interesse tanto das agências quanto dos periódicos brasileiros pelos acontecimentos mexicanos? Ou, quiçá, que os sujeitos da época não acreditavam que as paralizações pudessem ter como desfecho uma medida tão impactante quanto a expropriação? Ou, ainda, que a ocorrência frequente de greves no México – lembremos que o conflito entre Cárdenas e Calles teve, como ponto de partida, as críticas feitas pelo ex-presidente a esse respeito, posto que o número de paralizações durante o governo cardenista teve um aumento substancial – já havia se tornado de alguma forma tão corriqueira que não atraía uma atenção mais profunda? Em todo caso, mesmo sem uma contextualização dos acontecimentos mexicanos, as notas publicadas já pontuam para o leitor as movimentações que desembocariam na expropriação, também noticiada por esses periódicos.

Ao analisarmos as primeiras matérias publicadas sobre a expropriação, percebemos as diferentes abordagens dadas pelos periódicos estudados em cada uma delas. O jornal *Correio*

¹³³ Jornal *Correio da Manhã*, “Greve em todos os setores petrolíferos mexicanos”, 29/05/1937, p.10

da *Manhã* foi o primeiro que veiculou informações sobre a expropriação do petróleo no México¹³⁴. São duas matérias numa mesma página que traz diversos assuntos – desde uma coluna sobre a Revolução da Espanha até as últimas notícias do esporte e algumas publicidades. Uma dessas matérias, apesar de ocupar uma coluna em toda a extensão vertical da página, não possui grande destaque. É composta de várias notas provenientes da United Press e da Associated Press, vindas do México e de Londres, abordando vários aspectos relacionados ao decreto. Essa matéria acaba figurando como uma espécie de compilado sobre a expropriação, que parece tentar dar conta da situação que o México enfrentava naquele momento. Destacamos duas passagens, em especial, cuja leitura se desdobra em outros pontos importantes. Uma delas aponta que o governo de Cárdenas possuía um “*formidável programa* para a elevação do nível de vida para as classes pobres do México”¹³⁵: sem demandar grande esforço, podemos perceber a aprovação, por parte do periódico, da política desenvolvida no sexênio cardenista¹³⁶.

Em seguida, lemos na matéria em discussão que “levando em consideração que a *luta afeta a soberania nacional*, o presidente Cárdenas acusou as companhias estrangeiras de petróleo de interferir na política interna e mesmo de haver apoiado revoluções em anos passados”¹³⁷. É, sobretudo, a ocorrência da expressão “soberania nacional” que nos interessa: a partir do momento que as empresas se negam a acatar a decisão da Suprema Corte de Justiça,

¹³⁴ O *Correio da Manhã* é o único jornal (dos estudados nessa pesquisa) que traz uma matéria sobre o petróleo em 1938, antes de ser decretada a expropriação. Nela, o periódico informava que as tentativas feitas no sentido de resolver o impasse em torno do petróleo, assim como as conferências realizadas entre o presidente Cárdenas e as empresas, haviam fracassado dada a insistência das duas partes em manterem suas posições originais. Adiante, a matéria transcreve uma fala bastante recorrente nos estudos sobre esse tema, na qual o presidente declarava a 32 senadores que o governo “se encontra num dos mais transcendentes momentos de sua existência, vendo-se obrigado a tomar partido da situação, a fim de colocar-se numa situação de liberdade” (Jornal *Correio da Manhã*, “A questão do petróleo no México”, 09/03/1938 p.1). A primeira matéria do ano de 1938 no *Correio Paulistano* e no *Gazeta de Notícias* já é referente à expropriação; antes, esses jornais só abordaram as questões relativas à greve e ao estudo da comissão pericial, respectivamente. Assim, o periódico *Correio da Manhã* parece acompanhar com mais detalhes a contenda desenvolvida no México.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Willian dos Santos Martins, ao trabalhar o sexênio cardenista nas páginas do *Correio da Manhã*, concluiu que o periódico representou Cárdenas de forma positiva, que acabou por ser abordado em alguns momentos como um “sólido e benéfico exemplo, digno de ser imitado pelas autoridades brasileiras” (Martins, 2015, p. 64). Ainda de acordo com o historiador, a admiração externada pelo jornal era consequência da visão idealizada que o núcleo diretor do *Correio* possuía em torno do presidente mexicano, cujas representações variavam de “um indivíduo dotado de inteligência assombrosa” até de um homem “possuidor de uma retidão inabalável”. Segundo Martins, “tal percepção, bastante favorável ao indivíduo Lázaro Cárdenas, era a consequência manifestada da visão positiva com a qual os redatores do jornal apreendiam sua obra, ou seja, as políticas por ele empreendidas” (MARTINS, 2015, p. 64). Ressalto aqui que Willian dos Santos trabalhou com editoriais que permitem definir com maior precisão o posicionamento de um periódico em determinado assunto. Nessa pesquisa, a maioria esmagadora das matérias estudadas são oriundas das agências internacionais de notícias, como já citamos em ocasiões anteriores. Apesar de enevoarem as nossas análises em diversos momentos e dificultarem quaisquer afirmações mais precisas, a origem das matérias não impede por completo a identificação do posicionamento dos periódicos. Caso o *Correio da Manhã* não fosse, no mínimo, de acordo com a política cardenista, ele dificilmente escolheria uma matéria que classificasse o programa político mexicano de formidável.

¹³⁷ Idem.

o mais Alto Tribunal Judicial do país, o conflito ganha tons de uma defesa do México contra o ataque, por parte das companhias, à sua condição de Estado com poder político independente. O relatório da Comissão Pericial já havia apontado as intervenções das empresas petrolíferas em acontecimentos políticos nacionais, fato reafirmado por Cárdenas durante seu discurso na noite de 18 de março.

O conceito de soberania possui uma longa historicidade. Infelizmente, ultrapassa as possibilidades desse estudo traçar sua trajetória ou explorar suas variadas utilizações, modificadas de acordo com os contextos históricos. No entanto, nos parece interessante refletir, mesmo que de maneira breve, sobre alguns aspectos da utilização desse conceito na realidade da América Latina. Segundo Andrés Serbin,

Después de la Segunda Guerra Mundial, el concepto de soberanía se refuerza con el inicio de los procesos de descolonización que marcan, de una manera determinante, el derecho a la autodeterminación de los pueblos y, consecuentemente, consolidan, desde una nueva perspectiva, la idea de que un Estado no puede ser afectado en sus asuntos internos por la intervención de terceros, como parte del andamieje conceptual que se desarrolla en el marco de las Naciones Unidas. En este contexto, la no intervención y la autodeterminación se incorporan como aspectos relevantes de la idea de soberanía nacional promovida por los países latino-americanos en los debates y el proceso que llevaron a la aprobación de la Carta de Naciones Unidas en 1945, en función de sus propias experiencias históricas de dominación colonial y de intervención externa por parte de las potencias europeas y de los Estados Unidos. (SERBIN, 2010, p. 07).

A história dos países latino-americanos é profundamente marcada pela submissão e dependência a outros países. Quando colônias, tinham seu funcionamento interno direcionado exclusivamente para a manutenção do sistema mercantilista; sua independência foi a um só tempo resultante da crise desse mercantilismo e da ascensão do capitalismo encabeçado pela Inglaterra. Apoiadas e incentivadas por essa nova potência, as lutas de independência romperam os laços com as antigas potências coloniais e criaram novas amarras: primeiro com a Inglaterra e, mais tarde, com a emergência dos Estados Unidos. A frequente ameaça de recolonização pelos países europeus foi uma das principais pautas do Congresso do Panamá, liderado por Simón Bolívar em 1826. Esse Congresso, por sua vez, teria sido o embrião do pan-americanismo e das Conferências Pan-Americanas que, segundo Tereza Maria Spyer Dulci (2008), tinham como seu maior objetivo a união das nações americanas através do fortalecimento político e do comércio entre os países participantes.

O jornal *Correio Paulistano* traz uma longa matéria sobre o Pan-americanismo, enunciando sua definição e outros aspectos. Aqui nos interessa, sobretudo, a Conferência de Buenos Aires, realizada em 1936, na qual “os vinte e um países americanos declararam, com toda clareza, num documento oficial, o verdadeiro sentido e o exato alcance do pan-

americanismo”¹³⁸. Nessa Conferência, que contou com a presença do presidente Roosevelt, ficou acordado, dentre outros pontos, que “as nações americanas, fiéis às suas instituições americanas, proclamam a sua absoluta liberdade jurídica, *o mais estrito respeito às suas soberanias respectivas*, bem como a existência de uma democracia comum em toda a América” e que “condena-se a intervenção de um Estado nos assuntos internos ou externos de outro”¹³⁹. É interessante observar que a matéria não ignora a latente contradição entre as cláusulas do acordo celebrado em 1936 e as relações que o EUA estabeleciam com os outros países da América Latina, relações explicitamente intervencionistas. Assim, sob o título “o sentido da data pan-americana”, o periódico reproduz uma declaração do secretário de Estado norte-americano Cordell Hull em ocasião da Conferência de Montevideú, em 1933. Segundo o secretário,

Toda pessoa observadora deve estar já convencida de que, sob a presidência de Franklin Delano Roosevelt, o governo dos Estados Unidos se opõe, tanto como qualquer outro governo aqui representado, a intervenções em problemas que se refiram à liberdade, à soberania e aos assuntos internos dos outros países do continente. Posso assegurar, em nome de meu governo, que nenhum país hispano-americano tem motivos para temer intervenções dos Estados Unidos, enquanto o senhor Roosevelt for seu presidente¹⁴⁰.

Temas como o respeito à soberania e a não intervenção nos assuntos internos vinham sendo pauta de discussão, portanto, desde o século XIX. Em relação aos Estados Unidos, os países latino-americanos assistiram a uma série de intervenções, como a famosa Emenda Platt, que, desde 1903, dava ao governo estadunidense o direito de intervir em Cuba assim que os interesses recíprocos entre esses países se vissem ameaçados¹⁴¹. Na história do México, são vários os episódios de interferência, desde o apoio do embaixador norte-americano a Victoriano Huerta na deposição de Francisco Madero e a consequente instauração do governo contrarrevolucionário em 1913 até a Expedição Pancho Villa (1916-1917), ocorrida durante a Revolução Mexicana, que foi uma operação militar estadunidense em retaliação à incursão de Pancho Villa aos Estados Unidos.

As discussões realizadas nas Conferências se referiam à intervenção de um Estado sobre o outro. Aqui estamos tratando, à primeira vista, da interferência de empresas sobre a política interna de um país. No entanto, acreditamos ser necessário ponderar se há uma

¹³⁸ Jornal *Correio Paulistano*, “O dia Pan-americano”, 14/03/1938, p.3

¹³⁹ Idem

¹⁴⁰ Jornal *Correio Paulistano*, “O dia Pan-americano”, 14/03/1938, p.3

¹⁴¹ Ainda no mesmo ano, durante a rebelião separatista do Panamá contra a República da Colômbia, os Estados Unidos desembarcaram suas tropas na região e receberam a Zona do Canal do Panamá em caráter perpétuo. Em 1909, os EUA participaram ativamente da derrubada do presidente da Nicarágua, José Zelaya, e o país foi ocupado pelos fuzileiros americanos. Podemos citar, ainda, a ocupação do porto mexicano de Vera Cruz (1914) e a ocupação do Haiti e da República Dominicana por fuzileiros navais (1915).

separação efetiva entre esses dois agentes que abordamos em nosso estudo: o Estado norte-americano e as empresas petrolíferas. Segundo Villarino, havia o apoio explícito e a influência direta dos trustes petrolíferos sobre os governos e seus funcionários em prol da defesa de seus interesses. A Standard Oil teria se tornado especialista nessas dinâmicas. De acordo com Villarino,

Cuando las empresas petroleras no pueden vencer por sus propios medios los obstáculos que se oponen a sus designios, los estados nacionales de las mismas intervienen prestándoles amplio apoyo con todo su aparato militar y diplomático, a fin de que sus empresas consigan lo que se proponen. De esta manera, las empresas petroleras dejan de ser entidades industriales con objetivos puramente comerciales, para convertirse en elementos importantes de la política internacional de sus respectivos Estados (VILARINO, 2010, p. 96, apud Frondizi, 1956, XVIII)

A exemplo, temos as Conferências de Bucareli, realizadas a partir de março de 1923, entre os Estados Unidos e o México. Um dos pontos centrais e mais controverso das conversações entre os representantes dos dois países residiu na interpretação da Constituição mexicana revolucionária, principalmente em relação à aplicação retroativa do artigo 27. Para os norte-americanos – principalmente os vinculados às indústrias petrolíferas – as leis anteriores a 1917 estabeleceram a propriedade do subsolo ao proprietário do solo, e isso não poderia sofrer alteração. Após cinco meses de negociações, os Estados Unidos aceitaram que os títulos de propriedade absoluta se transformassem em concessões confirmatórias, enquanto o México aceitou a ampliação na interpretação do “ato positivo”¹⁴². A falta de um acordo escrito, para os petroleiros, não fornecia nenhuma certeza sobre os seus direitos, e, no ano seguinte, as companhias voltariam a questionar as novas leis mexicanas.

O acordo Calles-Morrow foi outro caso em que o governo agiu em prol da manutenção dos interesses das empresas americanas. O ressurgimento da questão petrolífera durante o governo de Calles se deu a partir do momento em que o novo presidente mexicano iniciou a construção de uma lei reguladora para o artigo 27 sobre o petróleo, com um caráter retroativo. A controvérsia diplomática estabelecida entre os Estados Unidos e o México de 1925 a 1927 é uma das mais intensas e só será solucionada com a chegada do embaixador

¹⁴² Entre as pautas desse período, estava o reconhecimento, por parte dos Estados Unidos, do governo de Obregón. A reaproximação entre os dois países foi importante para conter, em dezembro de 1923, a rebelião delahuerista, o levante militar que mais colocou em risco o México pós-revolucionário. Recebendo o apoio do governo vizinho, Álvaro Obregón conseguiu reprimir a rebelião que havia mobilizado metade do efetivo do exército, permitindo a eleição de seu indicado, Plutarco Elias Calles (1924-1928). Segundo Meyer (2009), De La Huerta sustentou que entrou em luta contra Obregón não pelas suas expectativas presidenciais frustradas – já que esperava ser indicado para presidente, mas Calles o foi em seu lugar –, mas porque se opunha aos acordos de Bucareli. No entanto, no Manifesto dalahuerista, documento no qual desconhecia a autoridade de Obregón, os Acordos de Bucareli nem sequer constam em suas páginas. Mais adiante, De la Huerta acusou Obregón de ter colocado a *soberania* do país à venda, se referindo ao Acordo.

estadunidense Dwight W. Morrow. Segundo Meyer (2009), após “resolvido” esse episódio da contenda petrolífera entre os países vizinhos, o governo de Washington disse que os conflitos futuros ocasionados pela aplicação da lei do petróleo deveriam ser transmitidos aos tribunais mexicanos, e não mais colocados como problemas diplomáticos. Aparentemente, o Estado parecia querer tomar certa distância dos inúmeros atritos causados pelas empresas com o governo mexicano (posto que nem mesmo após o acordo Calles-Morrow as empresas se davam por satisfeitas, já que o artigo 27 não permitia a volta plena do seu antigo *status quo*), mas, como sabemos, não houve muito sucesso, posto que o boicote realizado ao petróleo mexicano recém-nacionalizado foi apoiado e endossado com outras medidas pelo Secretário de Estado Cordell Hull, e a política platista recebeu o beneplácito de Roosevelt.

O periódico *Gazeta de Notícias*, na primeira matéria relativa à expropriação¹⁴³, se referia a ela como uma forma encontrada por Cárdenas para fazer valer as leis do país e dar cumprimento às sentenças decretadas pelas autoridades. Para o jornal, o decreto foi a única e mais sábia solução encontrada, estando a boa doutrina ao lado do governo mexicano, que vinha agindo com elevado senso patriótico. Diferente do *Correio da Manhã* e do *Correio Paulistano*, a matéria não provém de agências de notícias, mas não tem indicação de autoria e transcreve para os leitores o começo e o fim do discurso que Cárdenas pronunciou via rádio nacional. Nesses trechos, Cárdenas discorre sobre o imperativo posto ao Executivo do México de buscar na legislação do país recursos que impedissem que as sentenças proferidas pelos tribunais fossem anuladas unicamente por vontade de uma das partes ou por declaração de insolvência. O presidente fala sobre a campanha empreendida pelas empresas com o intuito de prejudicar economicamente o país e afirma a necessidade de realizar sacrifícios para honrar com as dívidas contraídas com a expropriação, conclamando os mexicanos a contribuir, com seus trabalhos e seus esforços, a salvar a economia do país.

Como alerta o próprio periódico – “sentimos não dispor de espaço para a publicação na íntegra desse importante documento”¹⁴⁴ –, foi realizado um recorte na declaração de Lázaro Cárdenas. E, como sabemos, recortes não são inocentes: o que escolhemos mostrar diz algo, assim como o que escolhemos ocultar. Ao lermos o discurso do presidente mexicano na íntegra, pudemos perceber como é vigorosa a tônica da necessidade de aplicar a lei de expropriação em virtude da desobediência das empresas, mas, especialmente, como uma forma de restituir ao México uma riqueza moral tão importante quanto a riqueza material consubstanciada no petróleo: a dignidade nacional.

¹⁴³ Jornal *Gazeta de Notícias*, “O caso do petróleo no México”, 24/03/1938, p.4

¹⁴⁴ Idem

Ao pedir o apoio material e moral da Nação, Cárdenas colocou a expropriação como uma resolução justificada, transcendente e indispensável, um ato de *exclusiva soberania* e *dignidade nacional* que estava sendo consumado. Não dizia respeito apenas ao simples caso de execução de uma sentença, mas sobre a soberania de uma nação que se via exposta às manobras do capital estrangeiro.

Foi assim, nesses termos, que Lázaro Cárdenas comunicou à nação a decisão de expropriar a indústria de petróleo do país. A primeira matéria do jornal *Correio Paulistano* acerca da expropriação informou que apenas o periódico oficial do Partido Nacional Revolucionário, “El Nacional”, comentou as expropriações das companhias. Segundo a matéria, o jornal mexicano estabeleceu a ligação entre 1810, “data da independência nacional”, e 1938, “data da independência econômica”, declarando que “a obra dos fundadores da nacionalidade continuava incompleta. Foi completada, hoje, pela expulsão do solo mexicano de empresas, cujo poder pendia para a dominação política e para a preponderância econômica”¹⁴⁵. Diante da proporção desse acontecimento, causa certa estranheza somente um periódico ter comentado a expropriação. Sabemos que houve, ao longo do tempo, a construção de uma narrativa oficial sobre o governo cardenista e sobre a figura de Cárdenas¹⁴⁶. Certamente houve narrativas que criaram pontos de vistas diversos, mesmo que não tenham chegado à ciência das agências de notícias ou que elas tenham optado por não reproduzi-las. As publicações do periódico oficial do partido governista veiculariam a expropriação como um feito histórico de grande proporção e relevância. Como dito anteriormente, algumas das muitas manifestações ocorridas em apoio ao decreto de 18 de março foram organizadas pelo próprio governo. No entanto, seria imprudente afirmar que esse fato explica a presença em peso de diversos setores da sociedade nessas manifestações. A expropriação realmente mobilizou todas as camadas, despertando um profundo sentimento de unidade nacional. Os corridos mexicanos¹⁴⁷ nos dão prova do marco que a nacionalização significou na história do país,

¹⁴⁵ Jornal *Correio Paulistano*, “A expropriação das companhias petrolíferas pelo governo do México”, 22/03/1938, p.4. Semelhante ao jornal *Correio da Manhã*, a primeira matéria acerca da expropriação publicada pelo *Correio Paulistano* é composta por notas enviadas pelas agências de notícias internacionais (no caso do periódico paulistano, as notas são todas da agência Havas). Também vindas de Londres, México e Washington, elas abordam diferentes pontos relacionados à expropriação, como as conversações iniciadas entre o embaixador Daniels e o Secretário de Estado Cordell Hull e a opinião do jornal norte-americano Times sobre a decisão do presidente mexicano.

¹⁴⁶ Existe, certamente, uma variedade de narrações acerca de Cárdenas. Uma delas culminou na construção de um mito sobre o presidente michoacano, que é muito bem trabalhado pela professora do Departamento de Política e Cultura da UAM, Verónica Vázquez Mantecón. Em seu artigo “Lázaro Cárdenas en la memoria colectiva”, Mantecón busca reconstruir a memória coletiva de Cárdenas a partir do discurso social.

¹⁴⁷ O corrido mexicano é um gênero musical desenvolvido no século XVIII. Ganhou maior popularidade durante a Revolução Mexicana, contando as aventuras dos líderes que fizeram parte do conflito, mas também abordam temas políticos, eventos históricos e relações sentimentais

quando vemos suas letras aclamando Cárdenas e ressaltando a importância dessa medida para o povo mexicano¹⁴⁸.

A construção da imagem de um país que havia conseguido obter sua independência econômica através da expropriação do petróleo não foi recorrente nas matérias analisadas. Os três jornais estudados abordaram praticamente os mesmos aspectos da nacionalização, ocorrendo até a publicação de uma mesma matéria, da mesma agência, no mesmo dia – como foi o caso dos jornais *Correio da Manhã* e *Correio Paulistano*¹⁴⁹. De modo geral, através desses periódicos, os leitores puderam saber da possibilidade de venda do petróleo mexicano para o Brasil, assim como de sua venda para Itália, Japão e Alemanha, os impasses relativos ao consenso sobre o valor da indenização às empresas expropriadas (e a inclusão ou não do petróleo do subsolo), as reações dos Estados Unidos e da Inglaterra, bem como do rompimento diplomático entre essa última potência e o México, as possíveis soluções que iam surgindo para a resolução do impasse, as mobilizações da sociedade mexicana para arrecadar fundos que auxiliassem no pagamento das indenizações etc. As primeiras matérias que abordaram a expropriação, em nenhum dos jornais analisados, estavam na primeira página desses periódicos; no entanto, várias notícias sobre o petróleo mexicano dividiam espaço com grandes manchetes acerca dos outros importantes eventos internacionais que aconteciam naquele momento, como os desdobramentos da Guerra do Chaco, a Guerra Civil na Espanha e, claro, os antecedentes da Segunda Guerra Mundial. É interessante notar como alguns pontos bastante relevantes durante a existência dessa tensão acerca do petróleo mexicano foram abordados em diferentes intensidades e formas por esses periódicos. As trocas de notas entre os países envolvidos é um exemplo. O *Gazeta de Notícias* foi o único dos três jornais que publicou duas das três cartas diplomáticas enviadas pelo governo inglês ao governo mexicano e suas respectivas respostas. O *Correio da Manhã* não publicou nenhuma nota na íntegra, mas chegou a publicar um trecho de uma das respostas mexicanas, sendo também o único a reproduzir uma passagem do que o periódico londrino “*Manchester Guardian*” achou do protesto de seu governo, bem como o único a mencionar as notas de protesto enviadas pelo Departamento de Estado norte-americano

¹⁴⁸ Os corridos sobre o petróleo possuem um claro tom de exaltação sobre a expropriação: “Camaradas va corriendo/el corrido del petróleo/ Al fin llegó ese gran día/el que esperábamos todos/ fecha de inmensa alegría/aquí viene y va empezando/ novecientos y treinta y ocho/ el gran dieciocho de marzo/ Cárdenas, con los obreros/ Cárdenas, con la justicia/ Conquistó para la patria/ Mejorar su economía/ se habían empeñado todas/ las empresas extranjeras/ en no dejar ni un barril/ de nuestras chapopoterías/ ya no habrá para la guerra/ aceite negro de venta/ será para hacer dichosa/ a la patria que hoy comienza/[...] ya por fin nuestro petróleo/ será de los mexicanos/ ya se expropiaron las tierras/ de capitales extraños”, “novecientos y treinta y ocho/ de feliz recordación/ en que nuestro presidente/ declaró lá expropiación/ declaró la expropiación/del petróleo mexicano/para que nuestro pueblo fuera/ grande, libre y soberano”

¹⁴⁹ Jornal *Correio da Manhã*, “O México e as Expropriações das Companhias de Petróleo”, 01/02/1940, p.2; Jornal *Correio Paulistano*, “Indenização às expropriações do petróleo no México”, 01/02/1940, p.11

que, apesar de não terem desempenhado o mesmo impacto que as correspondências inglesas, chegaram a estremecer as relações norte-americano-mexicanas.

Vimos que a comunidade internacional observava a situação criada pela expropriação a partir da perspectiva de aplicação ou não dos preceitos da Política de Boa Vizinhança estadunidense. A imprensa, em várias ocasiões, abordou o conflito através desse viés – fosse colocando os Estados Unidos como um bom cumpridor da sua política de relacionamento ou indicando que aquele episódio consistia em uma grande prova de fogo para o “Colosso do Norte”¹⁵⁰. A presença dessa discussão nas páginas dos impressos faz ressaltar a ausência de outro debate igualmente importante relacionado ao histórico do petróleo mexicano e ao relacionamento dos países latino-americanos com a Europa e com os Estados Unidos, o imperialismo. Das matérias compiladas através dos vocábulos pesquisados na BND, encontramos apenas uma ocorrência do termo imperialismo no *Correio da Manhã*. Essa notícia, por sua vez, trata de uma matéria do jornal inglês Manchester Guardian, já citado anteriormente, cuja pauta ridicularizava a nota de protesto enviada pelo ministro Chamberlain ao governo mexicano. Para o periódico, a Inglaterra não saberia se impor a outros países de seu continente e só o teria feito diante do México por esse se tratar de um país “fraco e pouco seguro”¹⁵¹. De forma irônica, a matéria do jornal inglês afirmava que a postura do governo de seu país diante da situação “tem naturalmente o objetivo de fazer com que os mexicanos nos amem e cessem com suas nada razoáveis demonstrações públicas contra o *imperialismo* e o domínio do capital estrangeiro sobre a vida econômica de seu país”¹⁵².

Contemporâneos à expropriação, como Trotsky e Lombardo Toledano, pensavam as tensões geradas em torno do petróleo mexicano a partir da dinâmica do imperialismo. É

¹⁵⁰ Através de anotações pessoais que Lázaro Cárdenas fazia, é possível perceber que o presidente tinha total ciência da conjuntura internacional ser um momento particularmente propício para concretizar o nacionalismo revolucionário da Constituição de 1917, a partir da aplicação de seu artigo 27. Nas palavras do presidente, em suas anotações do dia 9 de março de 1938, “ Varias administraciones del régimen de la Revolución han intentado intervenir en las concesiones del subsuelo concedidas a empresas extranjeras, pero las circunstancias no han sido propicias, por la presión internacional y por problemas internos. Hoy, que las condiciones son diferentes, que el país no registra luchas armadas y que está en puerta una nueva guerra mundial, que Inglaterra y Estados Unidos hablan frecuentemente en favor de las democracias y de respeto a la soberanía de los países, es oportuno ver si los gobiernos que así se manifiestan cumplen al hacer México uso de sus derechos de soberanía” (RÍO, 2014, p. 12). Urbano C. Berquó, em uma coluna publicada no *Correio da Manhã*, acredita que “Ele [Roosevelt] compreende, aliás, que a atitude do governo de Washington em relação ao México no presente caso constitui um teste decisivo, uma prova real indiscutível da sinceridade e da solidez de sua política de Boa Vizinhança”. (Jornal *Correio da Manhã*, “Dom Porfirio Morreu...”, 07/04/1938, p.4)

¹⁵¹ Jornal *Correio da Manhã*, “A questão das jazidas petrolíferas no México”, 17/04/1938, p.10

¹⁵² Idem - Sobre a presença/domínio dos capitais estrangeiros na vida econômica do México, temos três matérias diferentes a respeito em cada um dos jornais estudados: No *Correio Paulistano*, temos o artigo do publicista mexicano José Luís Requeña, “Perigos econômicos que implica a questão do petróleo”, 04/06/1939, p.25; no *Gazeta de Notícias*, temos uma pequena matéria sem indicação de autoria denominada “Capitais nacionalizados” 13/08/1939, p.3 e, por fim, no *Correio da Manhã*, temos o artigo do colunista Urbano C. Berquó “Dom Porfirio morreu...”, 07/04/1938, p.4.

possível encontrar um considerável número de matérias na imprensa que tratavam de um imperialismo alemão, aplicado na Europa, por exemplo. Era, portanto, um tema em discussão e um conceito em uso. Logo, causa certo estranhamento que a nacionalização do petróleo mexicano não tenha sido refletida a partir dessa perspectiva, ou, ao menos, que os periódicos brasileiros não tenham veiculado matérias que abordassem o tema mexicano a partir dessa discussão.

Se nos guiarmos pelos estudos de Lênin¹⁵³, o imperialismo do século XX nada mais é que a nova fase de dominação capitalista, caracterizada pela intensificação da concentração e da centralização do capital¹⁵⁴. O monopólio se tornou um dos elementos fundamentais na tática de dominação capitalista e se deu quando um pequeno número de gigantes empresas passou a concentrar e centralizar o poder de mando do capital sobre o trabalho. Em consequência disso, empresas menores foram obrigadas a se submeter às regras impostas pelas gigantes do ramo, que ao mesmo tempo se apoderam das riquezas e dos trabalhos alheios. Segundo Lênin, “se fosse possível dar uma definição o mais breve possível de imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo” (LENIN, 1972, p.109). Esses monopólios, tão centrais no imperialismo, têm como características a concentração da produção, o controle das principais matérias-primas, o aumento do poder do grande capital (que se desenvolveu através dos bancos) e sua filiação com as antigas políticas coloniais.

A Primeira Guerra Mundial estabeleceu um vínculo sem precedentes entre o petróleo e a eficiência militar, a partir, por exemplo, da vantagem em autonomia e velocidade que os navios britânicos movidos a petróleo apresentaram, ou pela vantagem dos veículos que transportavam as tropas e que eram movidos a gasolina. Mais tarde, o segundo conflito mundial encontraria no óleo uma enorme importância estratégica. O fato é que a indústria do petróleo é citada por Lênin em seu estudo para mostrar que os grandes trustes formados entraram em conflito e disputaram territórios a fim de garantir jazidas para futuras explorações desde o início do século XX. A formação do cartel internacional do petróleo, em 1928, também conhecido como o cartel das Sete Irmãs (LEMOS, 2008), vigorou até fins de 1950, controlando o mercado

¹⁵³ Nos referimos à clássica obra “Imperialismo, a fase superior do capitalismo”, escrita entre janeiro e julho de 1916, ou seja, antes do início da Revolução Russa de 1917 e do fim da Primeira Guerra Mundial em 1918. Assim, apesar do estudo de Lênin ter sido seguido por grandes acontecimentos mundiais de ordem econômica, política e social que puderam e foram instrumentalizados para confirmar, descartar, questionar e reformular seus pensamentos, acreditamos que suas formulações permanecem possuindo fundamental importância para o tema em questão e nos auxiliam a desenvolver nossas análises.

¹⁵⁴ Os estudos de Lênin estão apoiados em outros pensadores como, principalmente, Marx, Engels, Hilferding e Bukharin. Lênin desenvolveu cinco elementos-chave através dos quais mostrou o que mudou na tática de dominação capitalista na sua nova fase, o imperialismo no século XX. Esses cinco elementos são: a era dos monopólios, a era do capital financeiro, a era das oligarquias financeiras, a era da exportação de capital e a era da partilha do mundo entre monopólios e os Estados Nacionais hegemônicos.

do petróleo, impondo preços baixos aos países produtores enquanto garantiam altas margens de lucro, impedindo a entrada de outras empresas no ramo etc.

O México, com sua indústria petrolífera dominada pela Standard Oil e pela Royal Dutch Shell, fez parte dessa luta que os monopólios estabeleceram entre si para garantir seus domínios sobre as matérias-primas. O momento em que a expropriação foi consolidada colocava o petróleo como elemento essencial para a defesa dos países, prova disso é que esse debate não foi ignorado nem por Cárdenas, nem pelos países envolvidos na expropriação nem pelas matérias veiculadas pela imprensa. No entanto, a profundidade desse debate, do vínculo imperialista que o México estava quebrando quando desapropriava as grandes companhias de petróleo, símbolos do capitalismo monopolista que direcionava a organização política e econômica do mundo, não parece ter muito espaço nas folhas dos jornais. Um debate semelhante a esse acontece na imprensa brasileira acerca da ação dos trustes internacionais de petróleo na futura indústria do petróleo no Brasil, e esse é o tema que será abordado no próximo capítulo.

4. O PETRÓLEO NO BRASIL: DISCUSSÕES SOBRE O FUTURO (DO) PETRÓLEO DO PAÍS

“Como diz o grande prosador patricio que tanto vem trabalhando para a emancipação econômica do Brasil, não se explica que todos os países da América do Sul tenham petróleo, com exclusão única do Brasil, o mais vasto, o mais rico de todos!”¹⁵⁵

4.1. Monteiro Lobato, os trustes e o “problema do petróleo no Brasil”

O “grande prosador patricio” mencionado pelo jornal *Gazeta de Notícias* é Monteiro Lobato, intelectual paulista que foi muito além da literatura, atividade pela qual é mais conhecido¹⁵⁶. Nomeado adido comercial do Brasil em Nova Iorque em fins dos anos 1920, Lobato se encantou pelo avanço tecnológico e pela modernidade vista nos Estados Unidos, ao mesmo tempo que lembrava do subdesenvolvimento do Brasil. As observações do escritor estavam, portanto, sustentadas pela comparação entre os dois países, e a sua conclusão se resumia em uma palavra-chave: industrialização. O “*american way of life*” pelo qual tinha se apaixonado deu-se, na visão de Lobato, a partir da industrialização, e era esse o caminho que o Brasil precisava percorrer. Para isso, no entanto, eram necessárias duas matérias primas: ferro e petróleo¹⁵⁷.

A campanha de Monteiro Lobato visou convencer as autoridades e a população brasileira da existência do petróleo, da necessidade de explorá-lo e de sua importância para o desenvolvimento do país¹⁵⁸. Contudo, é preciso compreender que as mudanças na mentalidade se dão na longa duração. A economia nacional neste período era especializada na exportação

¹⁵⁵ Jornal *Gazeta de Notícias*, “A Luta pelo Petróleo”, 15/01/1936

¹⁵⁶ Monteiro Lobato atuou em muitas frentes, como promotor público, dono de agência de propaganda, jornalista, tradutor, caricaturista, ilustrador, editor, escritor, crítico de arte. Como nos diz Celso Carvalho Jr., as muitas atuações de Lobato “revelam o quanto é desafiador e arriscado estudá-lo, já que ele resiste a classificações e enquadramentos generalizantes” (Junior, 2012, p. 08).

¹⁵⁷ Segundo Lobato, “a grandeza dos Estados Unidos vem de que mobilizaram e mobilizam continuamente as reservas do subsolo. Vem de que se ferraram intensamente e ainda se ferram com as várias dezenas de toneladas de ferro que a cada ano produzem – enquanto nós tropicamos eternamente desferrados pela estrada da vida afora, sem a menor atenção para as montanhas de ferro que produzimos. Vem de que abrem anualmente mais de 20.000 poços por onde esguicha sangue da terra, o maravilhoso ouro líquido que se transforma em energia mecânica e move milhões de toneladas de ferro transfeito em máquinas aumentadoras da eficiência do homem – enquanto nós abrimos anualmente 20.000 casas de loteria e bicho” (LOBATO, 1964, p. 129).

¹⁵⁸ Antes de se dedicar à campanha em prol do petróleo, Monteiro Lobato se voltou à indústria siderúrgica. Fundou, em 1931, o Sindicato Nacional de Comércio e Indústria e, assim como fez mais adiante com o petróleo, usou a imprensa como principal veículo de propagação de suas ideias, publicando uma série de artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*, que foram reunidos e publicados em formato de livro sob o título “Ferro: a solução do caso siderúrgico pelo processo Smith”. Apesar de toda sua dedicação, o governo brasileiro respondeu negativamente ao seu projeto, fazendo com que Lobato deixasse de lado suas propostas relativas ao ferro e passasse a se dedicar, a partir de 1932, ao caso do petróleo.

de produtos primários, em especial, como sabemos, de café, algodão e borracha. O incentivo para a criação e o crescimento de indústrias por parte do governo era escasso, e muitos acreditavam que o papel do país no mercado mundial se resumia à exportação de matérias primas e ao consumo de produtos industrializados. Foi a Depressão de 1929 que colocou em xeque essa perspectiva ao revelar a dependência econômica do país junto com a necessidade de iniciar uma industrialização que conseguisse reverter os impactos da crise econômica mundial.

Foi nesse contexto que Lobato iniciou sua ardorosa campanha para encontrar petróleo no Brasil a fim de torná-lo um país industrializado e independente. Encontramos vários de seus artigos nos periódicos analisados, que cobriram a polêmica criada em torno do ouro negro com bastante regularidade. Em especial, o jornal *Correio Paulistano*, do qual se tornou colaborador a partir de 13 de setembro de 1936¹⁵⁹. Esse mesmo periódico publicou a “Carta aberta ao Ministro da Agricultura”, que deu origem ao livro “O Escândalo do Petróleo”, lançado em agosto de 1936, seis meses depois da publicação da carta na imprensa¹⁶⁰.

Intitulada “Porque o Brasil não tem petróleo – (Carta aberta ao Sr. Ministro da Agricultura)”, a missiva se inicia fazendo referência a um abaixo-assinado enviado ao presidente da República há um ano, que denunciava uma sabotagem sistemática do Departamento Nacional de Produção Mineral (antigo Serviço Geológico) contra o petróleo brasileiro. Segundo essa denúncia, o mencionado departamento tinha como lema “não tirar petróleo e não deixar ninguém tirá-lo”¹⁶¹, era responsável por “falsear os resultados geológicos e geofísicos a fim de desanimar as pesquisas promovidas pelas companhias nacionais, de ter substituído a velha Lei de Minas, liberal e exequível, por um monstrengo e sexquipedal que

¹⁵⁹ O *Correio Paulistano*, ao anunciar a colaboração de Monteiro Lobato, declarou ser desnecessário explicar o porquê dessa iniciativa, já que o escritor dispensava qualquer apresentação. No entanto, prossegue dizendo que “esse paulista notável tem se revelado, além de um dos melhores homens de letras do continente, um dos maiores patriotas que o Brasil tem tido. A sua luta em prol do petróleo nacional é uma luta inédita na economia brasileira. Há quatro anos, vem se debatendo arduamente nessa arena espinhosa e, felizmente, graças à sua inflexibilidade, à sua tenacidade, ao seu temperamento de aço – a vitória lhe sorri. E, sorrindo-lhe, sorri ao Brasil.” Apesar de ser anunciada a sua colaboração nessa data, alguns artigos de Lobato já haviam sido publicados anteriormente pelo *Correio*. Jornal *Correio Paulistano*, “Monteiro Lobato, colaborador no ‘Correio Paulistano’”, 13/09/1936, p.2

¹⁶⁰ As denúncias contidas na Carta aberta ao Ministro da Agricultura não eram de todas desconhecidas. Em junho de 1935, foi lançado o livro “A luta pelo petróleo”, de Essad Bey, cujo prefácio havia sido escrito por Monteiro Lobato. Nele, o escritor denuncia a ineficiência do Serviço Geológico na exploração das riquezas naturais do país. Esse prefácio já causou grande agitação no meio político brasileiro, e a publicação do “Escândalo do Petróleo” parece ter sido ainda mais impactante: de acordo com Paulo Roberto de Almeida, “o livro-panfleto de Monteiro Lobato, *O Escândalo do Petróleo*, teve três edições no próprio mês de seu lançamento (agosto de 1936), uma quarta em outubro e várias outras mais ao longo de mais de uma década” (ALMEIDA, 2008, p. 08). Diversas matérias publicadas pelos jornais estudados mencionam o livro publicado por Lobato. O *Correio Paulistano*, veicula matérias especialmente elogiosas acerca da obra em questão.

¹⁶¹ Jornal *Correio Paulistano*, “Porque o Brasil não tem petróleo – (Carta aberta ao Sr. Ministro da Agricultura)”, 13/02/1936, p.3

impossibilita de maneira absoluta qualquer exploração do sub-solo”¹⁶². O órgão acusado agiria para manter o Brasil como mercado comprador do petróleo estrangeiro.

A denúncia de Lobato foi transmitida ao Ministro da Agricultura, que não emitiu nenhuma resposta. Ela se transformou, então, no prefácio da obra de Essad Bey, que obteve ampla repercussão na imprensa nacional. Apesar disso, a manifestação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) foi quase irrisória, restringindo-se a enviar uma comunicação aos jornais, onde afirmou que as acusações eram “aleivosas” e seus formuladores eram “aventureiros de má fé”¹⁶³. A partir desse ponto, Lobato passou a fundamentar minuciosamente suas acusações. Podemos identificar, no entanto, um argumento central que se configura como cerne de toda a polêmica que se desenvolveu a partir das denúncias feita por Monteiro Lobato. Vamos a ele.

O Departamento Nacional de Produção Mineral era constituído pelo diretor de geofísica, Mr. Mark Malamphy, e pelo diretor de geologia, Mr. Victor Oppenheim, principais alvos de Lobato. Segundo o escritor, esses dois estrangeiros que ocupavam cargos diretivos em um órgão nacional (o DNPM), dispunham em primeira mão de todas as informações sobre o subsolo do país, dados da geologia e da geofísica. A “íntima associação” desses dois integrantes do Departamento acabou constituindo a firma comercial para uso externo Malamphy & Oppenheim, cujo endereço telegráfico chamava-se MALOP (primeira sílaba dos respectivos sobrenomes daqueles diretores). De acordo com Lobato, “quem quer negócios de subsolo no Brasil não procura o Departamento: procura MALOP”¹⁶⁴. E em seguida questiona:

Mas, sr. Ministro, de onde vieram esses homens e que fazem? Vieram diretamente do “trust” que tem como ponto de programa conservar o Brasil em “estado de escravização petrolífera”. Com que fim? *Retardar, senão impedir, o nosso 13 de maio econômico*. Por que meio? Transformando um serviço público que nos custa 5.000 contos por ano em mero instrumento dos interesses estrangeiros contrários a que o Brasil seja produtor de petróleo. [...] Que fazem? Anunciam em revistas estrangeiras, para uso de quem lá fora queira apossar-se das terras petrolíferas brasileiras, os serviços profissionais da firma Malamphy & Oppenheim. Vendem, pois, os segredos do subsolo nacional, de que são os detentores em primeira mão¹⁶⁵.

É interessante notar que o literato utilizou a data de abolição da escravatura como um referencial de libertação. Como vimos, a expropriação do México também é comparada a um marco histórico do país, a sua independência nacional (1810). A expropriação tornou-se,

¹⁶² *idem*

¹⁶³ Essas informações também estão contidas na Carta ao Ministro da Agricultura, disponível no livro “O Escândalo do Petróleo e do Ferro” e também na matéria analisada do jornal *Correio Paulistano* referenciada acima.

¹⁶⁴ *Jornal Correio Paulistano*, “Porque o Brasil não tem petróleo – (Carta aberta ao Sr. Ministro da Agricultura)”, 13/02/1936, p.3

¹⁶⁵ *Jornal Correio Paulistano*, “Porque o Brasil não tem petróleo – (Carta aberta ao Sr. Ministro da Agricultura)”, 13/02/1936, p.3

assim, a data da independência econômica mexicana. Hoje sabemos que o 13 de maio de 1888 pouco ou nada significou uma libertação efetiva dos negros, mas incorreríamos em grosso anacronismo se assim analisássemos a situação. É preciso considerar que Lobato vivenciou uma sociedade marcada pela abolição¹⁶⁶, que exigiu reformulações na dinâmica do corpo social. O marco, portanto, possuiu grande significado e foi escolhido, inclusive, em detrimento da Independência do Brasil (1822)¹⁶⁷. Explorar o próprio petróleo era sinônimo de libertar-se da condição de mercado consumidor das potências estrangeiras. O ouro negro se tornou, cada vez mais, sinônimo de soberania, representando as possibilidades de desenvolvimento autônomo do país, de crescimento e criação de uma indústria nacional. Se tornar dono do petróleo de seu subsolo era tornar-se dono do destino de seu país.

Para solidificar suas acusações, Lobato transcreveu a resposta de Malamphy a um americano interessando em adquirir terras potencialmente petrolíferas no Brasil. De acordo com o escritor,

A política dos grandes ‘trusts’ mundiais de petróleo em relação ao petróleo do Brasil consiste em ‘acaparar’ as terras potencialmente petrolíferas depois de a nossas custas estudadas geológica e geofisicamente por intermédio da dupla MALOP. Essas terras, ‘já adquiridas em enormes quantidades’, se destinam a ficar como reservas para futuro aproveitamento, quando vierem a extinguir-se os campos que os ‘trusts’ atualmente exploram¹⁶⁸.

As denúncias publicadas por Monteiro Lobato fizeram o presidente Getúlio Vargas formar uma Comissão de Inquérito para averiguar o caso. O depoimento de Lobato traz uma série de documentos e argumentações que são mobilizados para provar sua teoria: havia petróleo no Brasil, porém as “forças ocultas”, como ele chamava a dupla MALOP e principalmente as empresas estrangeiras, trabalhavam para manter o país como eterno consumidor de petróleo. Lobato demonstrou, por exemplo, que as perfurações até então realizadas eram tão rasas que não extrairiam petróleo nem mesmo de grandes poços produtores de óleo¹⁶⁹. Outro ponto que figurou como grande impeditivo à extração do petróleo brasileiro,

¹⁶⁶ Existe um importante debate acerca do caráter racista das obras de Monteiro Lobato e também discussões que procuram compreender e/ou definir se o escritor tem ou não uma postura racista. Por entendermos que esse assunto ultrapassa o escopo dessa pesquisa, indicamos aqui dois trabalhos que podem iniciar uma leitura sobre o assunto: SMANIOTTO (2010) e BARBOSA (2010).

¹⁶⁷ No entanto, em uma entrevista concedida à imprensa da Bahia, o coronel Paes Brasil, comandante da Região Militar, declarou: “confio no tino administrativo do atual interventor. Da Bahia partirá o **grito do Ypiranga** no que diz respeito ao negócio do petróleo”. A Bahia foi uma das regiões cuja potencialidade petrolífera despertou o entusiasmo daqueles envolvidos na descoberta do óleo do país. *Jornal Gazeta de Notícias*, “Petróleo no Brasil”, 09/06/1938, p.8

¹⁶⁸ *Jornal Correio Paulistano*, “Porque o Brasil não tem petróleo – (Carta aberta ao Sr. Ministro da Agricultura)”, 13/02/1936, p.3

¹⁶⁹ Um quadro geral das perfurações foi publicado em anexo na documentação do Inquérito sobre o petróleo. Segundo Lobato, a profundidade das perfurações realizadas nos 15 anos até aquela data não era capaz de alcançar as camadas onde o petróleo se encontrava, fazendo apenas com que fossem confirmadas as alegações que

na visão lobatiana, consistiu na Lei de Minas (ou Código de Minas), um conjunto de medidas promulgado em julho de 1934, que estabeleceu uma distinção fundamental entre a propriedade do solo e as riquezas do subsolo. Escrito por Domingos Fleury da Rocha – ardorosamente criticado no livro de Lobato –, o Código, para o escritor,

[...] destituiu o proprietário da terra do direito ao que está no subsolo – apesar da nova Constituição manter intacto o direito de propriedade. E não contente com o confisco, ainda trancou com mil trancas a exploração do subsolo. Trancou-a a todos – aos nacionais e à perigosa gente de fora – e como era justamente isso o que a perigosa gente de fora queria, os Interesses Ocultos piscaram os olhos (LOBATO, 1964, p. 14).

A nova Lei, que teoricamente serviria para proteger as riquezas do subsolo brasileiro, na visão de Monteiro Lobato, foi utilizada em benefício dos interesses estrangeiros. Uma carta de um ex-geólogo da Standard Oil da Argentina, Harry Koller, recebida pelo literato quando fazia parte da direção da Cia Petróleos, confirmava as teorias do escritor, em uma coincidência de fatos surpreendente. Escreveu o geógrafo, após afirmar que a Cia. Geral de Petróleo Pan-Brasileira (“testa de ferro” da Standard Oil) já possuía mais de 2.000 “alqueires” de terras em São Paulo e no Paraná, que

É óbvio que as companhias importadoras não têm interesse no desenvolvimento das fontes de petróleo que o Brasil indubitavelmente possui, interessando-lhes mais, dada a atual superprodução dos diversos *fields* em exploração, a escravização petrolífera do Brasil. É, porém, evidente que dadas as atuais condições, as empresas americanas têm que acaparar o solo potencialmente petrolífero para assim defender os seus negócios de importação, do que resulta o interesse que demonstram em impedir a exploração (LOBATO, 1964, p.102).

A partir dessas informações, é possível ter dimensão do impacto que as denúncias e que o depoimento de Monteiro Lobato à Comissão de Inquérito causaram nos meios ligados à discussão acerca do petróleo. Como dissemos anteriormente, a imprensa tornou-se o cenário principal para as polêmicas geradas em relação ao petróleo brasileiro. Alagoas, mais especificamente a localidade de Riacho Doce, esteve durante muito tempo sob os holofotes dos interessados em descobrir o ouro negro e dos interessados em comprovar sua inexistência. Um curioso episódio ocorrido nessa cidade parece vir providencialmente ao encontro dos argumentos de Monteiro Lobato. Em meados de 1935, a Companhia Nacional de Petróleo havia conseguido aprofundar o poço de São João, em Riacho Doce, com o auxílio de uma sonda fornecida pelo governo federal. Em dado momento, aconteceu uma “golfada de óleo, seguida

afirmavam não haver petróleo no Brasil. A região de Riacho Doce, em Alagoas, foi um dos principais centros de discussão sobre a existência ou não do óleo. De acordo com Lobato, “o serviço federal resolve tirar a prova e para isso abre lá 6 poços, respectivamente de 41, 78, 130, 155, 220 e 245 metros. A conclusão aparente, está claro, foi não haver petróleo. Mas se esses 6 poços fossem abertos no Oklahoma, no Texas, na Califórnia, no México, na Argentina, na Bolívia ou na Venezuela, bem em cima dos mananciais de petróleo lá existentes, também não teriam relevado petróleo em todos esses países e distritos” (LOBATO, 1964, p. 80).

de gases inflamáveis”¹⁷⁰. O governo de Alagoas solicitou ao Ministério da Agricultura a ida de um técnico e o auxílio do serviço federal para intensificar os trabalhos à procura do precioso ouro negro. O telegrama do governador de Alagoas para revelar o acontecido é apresentado a seguir, retirado de uma matéria do jornal *Correio Paulistano*.

Dr. Odilon Braga. Ministério da Agricultura.

Tenho o pesar de levar ao conhecimento de V. Exa. que o Dr. Eugenio Dutra, enviado do Serviço Geológico, em lugar de trazer a aparelhagem necessária para examinar a situação do petróleo do Riacho Doce, apresentou um ofício reclamando a entrega da sonda cedida ao Estado para aquele fim. A retirada da sonda no momento atual não seria somente uma decepção, em desabono do crédito do serviço oficial, senão também uma confirmação dos rumores de que os interesses ocultos entravam o andamento das pesquisas do precioso óleo¹⁷¹.

Segundo a matéria, se desenvolveu em Alagoas um forte movimento popular, reunindo o governo e o povo, numa atitude de resistência à decisão do serviço federal. A imprensa estadual se uniu ao movimento, publicando artigos de protesto quando, após a intervenção-ameaça¹⁷² do secretário geral do Estado, sr. Edgard Góes Monteiro, o Ministrou expediu uma contraordem, e a sonda permaneceu em Riacho Doce.

Mais tarde, em dezembro do mesmo ano, uma matéria com bastante destaque na primeira página do *Correio Paulistano* anunciava entrevista com Hilário Freire, jornalista e nome bastante presente na trajetória do petróleo brasileiro nos anos 1930. Consta no subtítulo da matéria que Hilário afirmava estar em marcha “nossa redenção econômica, pela industrialização de nosso subsolo”¹⁷³, indicando sua estreita relação com as ideias de Monteiro Lobato. A “página de glória” prestes a ser escrita pelo governo de Alagoas, segundo Hilário Freire, além de todos os indicativos geológicos de existência do “soberano econômico do mundo”¹⁷⁴, se daria pela contratação de uma firma alemã especializada em estudos geofísicos, “que goza de maior reputação e de maior autoridade no mundo inteiro”¹⁷⁵. O fato de o DNPM não estar à frente dos estudos na região já parecia conferir credibilidade máxima a qualquer resultado que viria da firma alemã; era reforçado, sempre que possível, quem eram os inimigos da grande obra de redenção econômica do país

Alagoas, que acaba de abrir o mesmo caminho para a Bahia, veio inaugurar o ciclo científico do petróleo nacional e libertar-se de seus inimigos internos, que são o

¹⁷⁰ Jornal *Correio Paulistano*, “O Escândalo do Petróleo em Alagoas”, 23/08/1935, p.5

¹⁷¹ Idem

¹⁷² O secretário geral do estado finaliza seu telegrama enviado ao deputado estadual Quintella Cavalcanti com as seguintes palavras: “seja qual for o resultado, a sonda não deve ser entregue, nem que seja preciso empregar a violência” – Jornal *Correio Paulistano*, “O Escândalo do Petróleo em Alagoas”, 23/08/1935, p.5

¹⁷³ Jornal *Correio Paulistano*, “Uma hora dramática do problema do petróleo no Brasil. Petróleo a vista em Alagoas!” 29/12/1935, p.1

¹⁷⁴ idem

¹⁷⁵ Jornal *Correio Paulistano*, “Uma hora dramática do problema do petróleo no Brasil. Petróleo a vista em Alagoas!” 29/12/1935, p.1

Serviço Geológico Federal¹⁷⁶ e o Código de Minas, e de seus inimigos externos, que são a Standard Oil e a Royal Dutch. Aliás, os adversários internos não são senão agentes diretos ou indiretos dos antagonistas externos¹⁷⁷.

Os estudos do dr. J. W. Winter, representante da firma alemã, afirmaram categoricamente a presença de petróleo em solo nacional. A matéria *Correio* indicou que representantes da Royal Dutch e da Standard Oil não só entraram em contato via telegrama, como foram pessoalmente até Riacho Doce, fazendo ofertas para a exploração do potencial petrolífero recém-descoberto na região. No entanto,

O dr. Osman Loureiro¹⁷⁸ não teve um instante de vacilação [...] rejeitou, por isso, as ofertas de origem suspeita, num lance empolgante do drama do petróleo. Sobre o poderio econômico, sobre a pretensão das entidades mais poderosas da terra, empenhadas na manutenção de seu monopólio, ele colocou, sobranceiramente, os interesses supremos de sua terra, sem perder um minuto, sem admitir uma única manobra de protelações. Foi nessa hora heroica que se traçaram novos rumos para os destinos da nacionalidade¹⁷⁹.

A tônica das matérias do *Correio Paulistano* seguiu, em geral, uma linha discursiva pautada na salvação do país através da exploração do petróleo nacional. Foi construída uma batalha decisiva para o futuro do país, na qual os grandes heróis ufanistas enfrentavam os sombrios e mal-intencionados interesses estrangeiros que nos mantinham em estado de escravização petrolífera. A construção dessa narrativa e de seus personagens fica clara em diversas passagens como essa:

O Brasil tem tido os seus grandes homens em todas as suas esferas de ação humana. Grandes inteligências, grandes estadistas, grandes políticos, grandes administradores, Grandes industriais e outros grandes, que a História registra com orgulho. Mas, quem será melhor do que os homens que trabalham para proporcionar ao país a sua completa independência, a econômica, a que coloca definitivamente uma nação no concerto universal com a vara de mando, dando-lhe voz autorizada e respeitada? Também esses homens surgiram, graças a Deus, em nossa terra. O trio Monteiro Lobato – Hilario Freire – Edson de Carvalho está agora empenhado em um combate patriótico. Lutadores verdadeiramente denodados, possuidores daquela teimosia predestinada dos homens de grande ideal¹⁸⁰.

Já o periódico *Correio da Manhã* apresentou uma abordagem majoritariamente diferente acerca do petróleo. As acusações de Monteiro Lobato não apareceram com o mesmo destaque do *Correio Paulistano*, e a grande maioria das matérias foram escritas pelo redator-

¹⁷⁶ O Serviço Geológico é o que depois passou a ser chamado de Departamento Nacional de Produção Mineral.

¹⁷⁷ *Jornal Correio Paulistano*, “Uma hora dramática do problema do petróleo no Brasil. Petróleo a vista em Alagoas!” 29/12/1935, p.1

¹⁷⁸ Osman Loureiro foi governador de Alagoas no período de 1934 a 1940, defendeu os interesses de Edson de Carvalho, engenheiro fundador da Companhia Petróleo Nacional, que acreditava ter encontrado petróleo na região. Sua participação ativa na contratação da firma alemã para os estudos geofísicos no Riacho Doce e sua postura atuante na questão petrolífera ao lado de Monteiro Lobato rendeu-lhe a admiração do literato brasileiro, que chegou a lançar a candidatura do governador alagoano a presidência da República.

¹⁷⁹ *Jornal Correio Paulistano*, “Uma hora dramática do problema do petróleo no Brasil. Petróleo a vista em Alagoas!” 29/12/1935, p.1

¹⁸⁰ *Jornal Correio da Manhã*, “Campanha pró-petróleo”, 18/08/1936

chefe do periódico, Costa Rego, que empregava em seus artigos um tom bastante ácido. Ele participou diretamente das discussões e do andamento do Inquérito aberto para averiguar as denúncias realizadas por Lobato, pois, desde 1935, Costa Rego ocupou o cargo de senador da República. Suas declarações eram diretas e provocativas, sem hesitação na exposição de suas ideias, como na matéria publicada no início de 1936, acerca do Inquérito aberto para apurar as denúncias de Monteiro Lobato. Costa Rego criticava o andamento do processo e a postura do Ministro da Agricultura, Odilon Braga – um dos principais alvos de suas reprimendas –, que estaria determinando, de antemão, o resultado das investigações:

Vejamos. O inquérito havia sido motivado pelas acusações feitas aos técnicos do Departamento da Produção Mineral. Ora, o Ministro, ele próprio, desde logo estabelece em seu relatório que essas acusações são injustas. De duas uma: os fatos estão ou não estão apurados. Se não estão apurados, é impossível dizer que as acusações sejam injustas. Se estão apurados, o Inquérito é desnecessário. A comissão nada tem a fazer, porque tudo já foi previamente feito. [...] Começa que ele mesmo convidou e indicou a maioria dos membros da comissão. Convidando-os, deu-lhes seu parecer: as acusações são injustas. Essa opinião procura, pois, influir no julgamento a processar. É como se o Ministro declarasse aos juízes:

— Os senhores vão apurar acusações improcedentes...

Nestas condições, o que fará a comissão? Homologará simplesmente o parecer já estabelecido do ministro? Submeterá também o Ministro ao inquérito? Há de ser bem divertida qualquer das duas hipóteses ¹⁸¹

Uma matéria do *Correio da Manhã*, em fevereiro de 1936, com grande destaque na página, comemorava uma vitória na campanha do petróleo: a saída dos dois técnicos estrangeiros, Mark Malamphy e Victor Oppenheim, dos seus cargos no DNPM. O deputado Café Filho também afirmou que “o ministro da Agricultura, para o uso da Comissão, escreve um relatório, endereçado ao presidente da República, sob o título de “Bases para o Inquérito sobre o petróleo”. Nesse trabalho, defendia calorosamente os técnicos estrangeiros, declarando que as acusações eram improcedentes”¹⁸².

Nos deparamos aqui com uma incongruência de datas e informações. Enquanto o *Correio da Manhã* informou, em uma matéria do dia 16 de fevereiro de 1937, que os dois técnicos estrangeiros foram demitidos de seus cargos, o jornal *Correio Paulistano*, no dia 20 de fevereiro de 1937, publicou um artigo de Jeronymo Monteiro, no qual apresentava questionamentos realizados pelo deputado Café Filho a Odilon Braga acerca do Inquérito – se a Comissão já havia apresentado um relatório, quais eram suas conclusões e, “se o sr. Ministro da Agricultura tomou algumas providências sobre a ação dos técnicos estrangeiros”. Nesse artigo, foi informado que o Mr. Oppenheim tinha saído do Brasil e aparecido na Venezuela, a

¹⁸¹ Jornal *Correio da Manhã*, “Com Inquérito, mas sem óleo!”, 12/03/1936, p.2

¹⁸² Jornal *Correio da Manhã*, “Uma grande vitória na Campanha do Petróleo”, 16/02/1937

serviço da Standard Oil, e, quando questionado sobre isso, Odilon Braga respondeu com evidente rispidez: “O que aconteceu com aquele técnico foi o seguinte: retirou-se para onde muito bem quis, ao findar o seu contrato com o ministério”¹⁸³. Assim, em um periódico, os dois técnicos foram “dispensados de suas funções”, e, em outro, lemos que “a Comissão de Inquérito teria terminado a sua missão, e certas coisas sérias teriam ocorrido, como, por exemplo, a “fuga” dos acusados nos depoimentos de Hilário Freire e Monteiro Lobato”¹⁸⁴.

Fugidos ou dispensados, a saída dos técnicos estrangeiros foi tão confusa quanto o fim do Inquérito e seus resultados definitivos. Sabemos que os membros do DNPM foram isentos das acusações e que o Código de Minas, tão criticado por Lobato, não foi alterado. O desfecho dessas investigações frustrou muito o “patriótico combatente pró-petróleo brasileiro” Monteiro Lobato, mas não o fez desistir totalmente da causa. A obra “O Poço do Visconde”, voltado para o público infantil, pode ser considerado um manifesto a favor da descoberta e da exploração do petróleo brasileiro.

Considerando uma matéria de capa do jornal *Gazeta de Notícias*, com o título “Tornemos o Brasil uma grande força econômica”¹⁸⁵, gostaríamos de destacar dois pontos interessantes. Após falar sobre a produção de carvão mineral no país, o periódico diz ser particularmente agradável registrar em suas páginas o “movimento que se promove no Ministério da Agricultura, em defesa das numerosas riquezas que possuímos e que, muitas das quais, se acham inexploradas em nosso subsolo”¹⁸⁶. Quem leu o livro de Lobato, agora ou em 1936, certamente lembrou das palavras do escritor logo na introdução de sua obra: “No decurso deste livro, o leitor verá como a máquina do calamitoso Ministério da Agricultura “trabalhou” e “trabalha bem” dentro do programa de “NÃO TIRAR O PETRÓLEO, NEM DEIXAR QUE O TIREM” (LOBATO, 1964, p.15). Adiante, a matéria trata sobre o Odilon Braga, o ministro da Agricultura, cuja fotografia, apesar de não ser a maior da página, está quase centralizada. De acordo com o periódico,

Acreditamos sinceramente nos propósitos elevados e de sincero patriotismo de que, neste momento, se acha animado o sr. Odilon Braga, e estamos certos que s. ex. não arrefecerá o seu entusiasmo, em face dos empecilhos e das dificuldades que certamente há de encontrar. Porém, o ilustre titular da pasta de Agricultura tem a seu favor, entre outras qualidades, o vigor de homem moço e o sentimento apurado de afeição por esse país que lhe serve de berço, e por cuja grandeza há de empregar, sem desfalecimento, todo seu esforço e energias, em prol também dos reais interesses nacionais¹⁸⁷.

¹⁸³ Jornal *Correio Paulistano*, “Sr. Ministro! O que fez do Sr. Oppenheim?”, 20/02/1937

¹⁸⁴ Idem

¹⁸⁵ Jornal *Gazeta de Notícias*, “Tornemos o Brasil uma grande força econômica”, 13/02/1936

¹⁸⁶ idem

¹⁸⁷ Jornal *Gazeta de Notícias*, “Tornemos o Brasil uma grande força econômica”, 13/02/1936

A descrição feita de Odilon Braga como um sincero patriota, dotado de esforço e energia direcionados para a realização dos interesses nacionais, se assemelha, sobremaneira, àquelas descrições feitas pelos outros periódicos à Monteiro Lobato, Hilário Freire e Edson de Carvalho.

Poderíamos fazer a distinção entre o ministro da Agricultura, Odilon Braga, e o Ministério da Agricultura, que englobaria seus funcionários além de seu chefe. Contudo, seria uma diferenciação perigosa e talvez desprovida de bom senso, se pensarmos que Odilon estava à frente daquele órgão e que qualquer decisão e projeto realizado passaria pela sua autorização.

Segundo um artigo escrito pelo diretor do *Gazeta*, Wladimir Bernardes, ao que parece, as informações dadas pelos técnicos estrangeiros do DNPM nem sempre corresponderam à verdade dos fatos e, muito menos, aos interesses nacionais. Apesar de declarar ser amigo do ministro da Agricultura e de tê-lo como um administrador inteligente, o redator afirmou que, em matéria de petróleo, o sr. Odilon era um leigo, um neófito cuja pouca prática estava sendo aproveitada pelos técnicos estrangeiros. Em um primeiro momento, Wladimir Bernardes parece tentar isentar o ministro de qualquer responsabilidade na questão do petróleo, como podemos notar no trecho a seguir:

Eu, como amigo pessoal e colega pessoal dos bancos acadêmicos do titular da Agricultura, conhecedor da sua inatacável improbidade, lamento sinceramente que ele haja determinado a abertura do “rigoroso inquérito” sobre um caso para o qual, por força de seu alto cargo, ele possui em mãos todos os elementos necessários à sua completa elucidação. Dos jornais que têm estranhado certas atitudes do seu Ministério em decisões sobre as pesquisas de petróleo no Estado de Alagoas, nem um deles – inclusive o “Correio da Manhã”, cuja redação obedece à chefia do senador Costa Rego demonstrou desconfiança ou insinuou algo contra a figura do Ministro. Abrir os olhos: criticar decisões; contrariar despachos, não significa juízos menos elevados à função da autoridade. Sei que na questão em apreço o Sr. Odilon Braga se encontra em face de um dilema desconcertante: ou aceita e endossa as informações dos “técnicos” que estavam cuidando do assunto e corre o risco de pactuar com um negócio duvidoso ou, então, repele a “atuação” dos seus “técnicos” e fica, não só nessa, como em outras questões, impedido de agir, em matéria especializada, sob a orientação de um Departamento cujos funcionários não lhe merecem mais crédito¹⁸⁸.

No entanto, logo em seguida, o redator afirma que se a questão do petróleo chegou ao estado em que se encontrava, isso se devia unicamente “a uns certos cochilos do próprio ministro”¹⁸⁹:

Recordando: por isto ou por aquilo, por fas ou por nefas, a eficiência do aparelhamento federal para as pesquisas sobre o petróleo em Alagoas foi nula. Ante as delongas e o pouco caso dos “técnicos” do Departamento Nacional de Produção Mineral – retirada das sondas, incredulidade petrolífera, etc. – o governo de Alagoas resolveu contratar o serviço de pesquisas com uma firma Alemã de renome universal¹⁹⁰.

¹⁸⁸ Jornal *Gazeta de Notícias*, “O petróleo de Alagoas”, 11/02/1936, p.3

¹⁸⁹ Idem

¹⁹⁰ Jornal *Gazeta de Notícias*, “O petróleo de Alagoas”, 11/02/1936, p.3

Um ponto curioso nesse artigo de Wladimir Bernardes é a escrita do termo *técnicos* sempre entre aspas. Dentro do contexto, parece que o autor quer ironizar a competência de Mark Malamphy e Victor Oppenheim como especialistas em petróleo.

Apesar de também ser criticado, a maneira como o *Gazeta de Notícias* se refere ao ministro da Agricultura em muito se diferencia das outras formas como Odilon foi abordado. Wladimir Bernardes parece enxergar o ministro mais como uma vítima de manipulações do que como um sujeito que estava ciente da ação dos dois técnicos estrangeiros e que seria conivente com o movimento de não descoberta do petróleo no Brasil. No seu artigo, o diretor diz que os “técnicos” de cá tomaram o pião na unha. Não podendo evitar a sondagem dos alemães, mundialmente conhecidos como incorruptíveis e competentes na sua especialização, os que estavam em causa no DNPM lançaram o seu próprio ministro em uma aventura burocrática”¹⁹¹. Ele se referia ao fato de o ministro ter assinado – pelo visto, sem saber, consistindo nisso o maior cochilo de Odilon – um documento que concordava com a pesquisas estaduais em Riacho Doce, para onde a equipe de alemães contratados pelo governo de Alagoas se dirigiu. A confusão consistiu na existência de duas equipes de pesquisa perfurando o mesmo local. Wladimir escreveu que seria totalmente compreensível que o governo alagoano declarasse sua indignação pela tardia vibração patriótica do ministério, que há pouco tempo desacreditava na existência do petróleo na região, afirmava que Riacho Doce era muito grande e aceitava com tranquilidade a presença de duas turmas de pesquisa, mas que

Entregar-se, porém, a região indicada como possuidora de petróleo, aos que nunca o quiseram descobrir, para mandar os alemães à outra localidade onde o sangue do universo jamais deu sinal de vida, seria um contrassenso tão grande quanto o de deixar-se o certo pelo duvidoso. E, para chegar-se a essa conclusão, não é necessário abrirem-se inquéritos rigorosos. Basta o ministro cair em si...¹⁹²

Ao que tudo indica, sendo ou não partícipe desse esquema envolvendo os técnicos estrangeiros e as grandes empresas petrolíferas mundiais, Odilon Braga levou a chaga de ter agido contra os interesses nacionais dali em diante. Um telegrama enviado ao deputado Café Filho, em 1937, foi publicado pelo *Gazeta* e dá corpo ao arsenal de provas contra o ministro da Agricultura. Enviado pelo deputado Rodrigues Mello, o telegrama afirmava que Odilon havia recebido ordens do presidente Getúlio Vargas para a organização de uma comissão mista que teria como objetivo resolver definitivamente a questão do petróleo em Alagoas. Essa comissão deveria ser formada por um representante do Governo Federal, um representante do Governo Estadual e um terceiro escolhido pelos dois. Passados cinquenta e um dias, o ministro não havia

¹⁹¹ idem

¹⁹² Jornal *Gazeta de Notícias*, “Tornemos o Brasil uma grande força econômica”, 13/02/1936

nomeado nenhum representante, e os trabalhos de pesquisa, sondagem e perfuração em Riacho Doce estavam paralisados aguardando a formação da comissão e, conseqüentemente, a resolução da questão. O deputado ainda citou a retirada de todo o aparelhamento de Riacho Doce para Ponta Verde, por ordem do Ministro, onde não foi realizado nenhum trabalho em procura de petróleo. Segundo o deputado Rodrigues Mello, “o presidente Getúlio certamente ignora essas particularidades preocupado com o problema da sucessão. Impossível continuar a atuação do ministro Odilon Braga, evidente inimigo de nossa terra”¹⁹³.

O ministro da Agricultura deixou as páginas do *Gazeta* e deu lugar às publicações de publicidade de companhias de petróleo. As ações de petróleo eram anunciadas por duas companhias, a Companhia Mato-grossense de Petróleo e a Companhia Petróleos da Bahia, que vendiam as ações antes mesmo de o petróleo ser efetivamente encontrado. A primeira cia. apresentou *slogans* como: “adquirir ações da Companhia Mato-grossense de Petróleo é consolidar o futuro dos que lhe são caros. A existência do petróleo no Brasil é um fato, e sua exploração será dentro em breve uma realidade”¹⁹⁴ e “Ao redor do Brasil, em toda a América do Sul, extrai-se petróleo, no Brasil, muito em breve, se fará o mesmo! Assegure seu futuro e o porvir dos seus, subscrevendo ações da Companhia Mato-grossense de petróleo”¹⁹⁵. O ouro negro era uma promessa, mas que seria cumprida. E apesar da descoberta do óleo sempre ter sido direcionada para os interesses nacionais, nessas publicidades ele figurava como um meio de garantir o futuro daqueles que comprassem as ações. A Companhia de Petróleos da Bahia, por exemplo, dizia que “Ações de petróleo custam 50.000 cada uma e poderão valer 5.000.000 ou muito mais”¹⁹⁶, ou seja, a promessa era de uma considerável margem de lucro caso o Brasil se tornasse produtor de petróleo.

A venda dessas ações por empresas particulares gerou um perigoso revés, pois a contrapartida da arrecadação do dinheiro era, claramente, algum resultado no que diz respeito à exploração do petróleo. Isso fica bem esclarecido em uma nota publicada pelo *Gazeta de Notícias*:

Até hoje, esses trabalhos têm resultados improficuos e, apesar da soma despendida nos mesmos não se elevar talvez a 10.000 contos, a impressão geral é de que as quantias coletadas do público pela venda das ações daquelas companhias sobem a cifras astronômicas. A consequência dessa impressão errônea, somada ao fracasso das perfurações, foi a atmosfera de desconfiança e mesmo de escândalo que ia se formando em torno das organizações petrolíferas nacionais¹⁹⁷.

¹⁹³ Jornal *Gazeta de Notícias*, “O caso do petróleo no Brasil”, 12/02/1937, p.3

¹⁹⁴ Jornal *Gazeta de Notícias*, 13/10/1937, p.7

¹⁹⁵ Jornal *Gazeta de Notícias*, 26/09/1937, p.5

¹⁹⁶ Jornal *Gazeta de Notícias*, 12/10/1937, p.7

¹⁹⁷ Jornal *Gazeta de Notícias*, “O petróleo nacional”, 30/12/1938, p. 7

Essa nota trata da criação, pelo governo federal, do Conselho Nacional do Petróleo através do decreto-lei número 395, em abril de 1938. Esse órgão foi criado sob a legislação nacionalista do Estado Novo, cuja centralização política e intervenção do Estado deram direcionamento para as diretrizes do órgão responsável pela política do petróleo no Brasil. Tanto a Constituição de 1937 quanto o CNP previam a nacionalização de todas as atividades petrolíferas e o controle governamental sobre toda a indústria do petróleo. Ao setor privado, ficou permitida a participação através de concessões de exploração e refino, no entanto, o controle governamental foi, na realidade, estatizante.¹⁹⁸

E aqui voltamos a Monteiro Lobato. Apesar do desânimo dado pelo resultado do inquérito sobre o petróleo, o escritor não deixou completamente a arena de luta. Suas batalhas continuaram sendo através das tintas: o escritor redigiu uma carta particularmente audaciosa em 1940¹⁹⁹, que lhe renderia, algum tempo depois, sua prisão.

A carta de Lobato afirma que não havia um só ato do Conselho Nacional de Petróleo que não beneficiasse diretamente o “polvo da Standard Oil” (LOBATO, 1964, p. 170) e que a política do CNP consistia em impedir que as empresas nacionais trabalhassem e, conseqüentemente, que o Brasil tivesse petróleo em abundância. O escritor tornou a citar a Lei de Minas, a qual se unia à Lei do Petróleo, “que pôs nas mãos do Conselho todas as armas para a completa aniquilação dos esforços do país na exploração do petróleo” (LOBATO, 1964, p. 172).

Monteiro Lobato seguiu seus argumentos a respeito dessas duas leis. De acordo com ele

A ideia central dessas leis é a nacionalização do capital. Mas houve uma insidiosa confusão. Evitar que o capital estrangeiro se aposse das nossas reservas minerais é coisa plenamente justificável; mas impedir que o estrangeiro que está no Brasil se torne acionista das empresas, é maldade pura (LOBATO, 1964, p.172).

O escritor afirmou que a não participação dos estrangeiros radicados no Brasil impediu que a maior parte do capital nacional disponível deixasse de contribuir com a indústria nacional, sendo o golpe número um contra a industrialização do petróleo no Brasil. O segundo

¹⁹⁸ Em 13 de março de 1938, encontramos um comunicado ao público da Companhia Petróleos da Bahia, informando aos seus acionistas e público em geral que “o novo decreto-lei ora baixado pelo Governo Federal, além de não sacrificar os seus interesses, coloca-o, sob todos os pontos de vista, sob ótima situação”. Como companhia “genuinamente nacional e idônea”, ela garantia preencher todas as exigências legais, dando aos acionistas e aos interessados, a possibilidade de enriquecer o patrimônio com a concessão de terras petrolíferas em locais apropriados no território nacional. (*Jornal Gazeta de Notícias*, 13/04/1938). Mais tarde, outro comunicado da mesma Companhia informa que agora ela se chamava Companhia Petrolífera COPEBA, “tendo em vista o fato de dentro em breve poder estender sua órbita de ação a outros pontos do território nacional além do Estado da Bahia” (*Jornal Gazeta de Notícias*, 07/05/1938).

¹⁹⁹ O escritor, de acordo com o historiador Daniel Alencar de Carvalho (2017), escreveu nove cartas endereçadas a Getúlio Vargas, entre 1930 e 1941.

golpe dizia respeito à exigência de expulsão de todos os acionistas estrangeiros das empresas. Por fim, o “tiro de misericórdia” (Lobato, 1964, p. 182) teria sido o Decreto-lei 2.179, que fixava impostos sobre os derivados de petróleo produzidos no país. Segundo Lobato,

Esse imposto proíbe a criação da indústria refinadora de petróleo no Brasil por meio da imposição duma taxa igual à existente sobre o petróleo importado. A nossa política econômica sempre foi protecionista. Taxa o produto estrangeiro para que a indústria correspondente possa se produzir aqui. Era regra que nunca sofreu exceção – mas a exceção acaba de vir: para o petróleo! Todas as indústrias nacionais serão protegidas pelas tarifas de alfandega, menos a futura indústria do petróleo! (LOBATO, 1964, p. 182).

Os três meses que permaneceu preso “pelo crime de escrever uma carta sincera ao Presidente”, como Lobato nomeou seu suposto crime – que na verdade teria sido de injúria à pessoa do presidente da República, ao Conselho Nacional do Petróleo e ao Departamento Nacional de Produção Mineral – não foram suficientes para intimidar o escritor diante da sua incansável luta pelo petróleo nacional. Ele escreveu, então, mais uma carta direcionada a Getúlio Vargas, no dia do aniversário do ditador brasileiro, em um tom perigosamente jocoso. Nela, Lobato ofereceu uma ideia como presente de aniversário ao político: sugeriu que ele formasse a Cia. Nacional de Petróleo com 500 mil contos de capital, da mesma forma como havia formado a Cia. Nacional Siderúrgica, com o mesmo capital. Segundo Lobato, a solução que ele propunha apresentava várias vantagens, como o aproveitamento do material das várias companhias e do pessoal técnico das mesmas, além de manter o dinheiro aplicado pela economia popular nas empresas petrolíferas. A proposta parecia ser tão vantajosa, que

Permite até o aproveitamento do Conselho Nacional de Petróleo. O general comandante desse Conselho e os mais membros que o compõe, caso empregados como combustível para mover as máquinas por uns dois ou três dias – vantagem que positivamente não é de desprezar. Esperado que o Sr. Presidente tome na devida consideração a minha proposta – e aceite como o meu presente de anos, subscrevo-me respeitosamente (LOBATO, 1964, p.200).

Em seu livro, no qual tivemos acesso a essas cartas, observamos que Lobato não obteve resposta a essa ousada correspondência enviada a Vargas como seu presente de aniversário. Outra carta do literato também ficou sem resposta. Essa já não era ousada, mas melancólica. Era o ponto final diante de uma trajetória intensa de busca pelo petróleo, seja por meio de palavras ou da criação de empresas nacionais que pudessem explorar o porvir do ouro negro brasileiro. Era o fim da crença na independência do país diante das empresas nacionais. Em “A confissão dos interesses ocultos”, Monteiro Lobato narra o episódio em que tudo teria ficado claro, tanto suas sempre firmes assertivas sobre a influência e ingerência dos interesses internacionais sobre as tentativas de encontrar petróleo no subsolo do Brasil, quanto a sua mais recente convicção de que não era possível fugir dos tantos tentáculos daquele polvo da Standard Oil.

A confissão dos “interesses ocultos” foi conseguida através do diretor de uma revista chamada “Petróleos”, que havia conversado, por sua vez, com o diretor de uma distribuidora de gasolina da Standard Oil no Rio de Janeiro. As declarações foram muitas, como a de que a criação do Conselho Nacional do Petróleo havia sido feita para sabotar as empresas nacionais por sugestão da Standard, assim como o imposto sobre a gasolina nacional. Segundo o diretor dessa distribuidora,

Vocês partem do ponto de vista de que o petróleo é um negócio nacional, isto é, de cada país. Não é. O petróleo é um negócio internacional, da Standard. Ela criou esse negócio no mundo e o mantém contra tudo e contra todos. O petróleo do mundo é da Standard, onde quer que se encontre. E contra a vontade da Standard país nenhum tira o petróleo que haja em suas terras (LOBATO, 1964, p. 202).

Monteiro Lobato escreveu para esse diretor afirmando que sabia ser uma loucura querer tirar petróleo contra a vontade da Standard e pedindo um acordo: as companhias de petróleo se curvavam diante do poder daquela empresa, aceitavam suas condições, se submetiam a ela, “mas, pelo amor de Deus, Standard, deixe que o Brasil tire Petróleo para minorar a situação de horrível miséria da sua população pobre [...]. Tome a parte que quiser, Standard, mas deixe que um bocadinho do petróleo acamado no subsolo do Brasil caiba ao Brasil, tão necessitado dele anda esse coitado eternamente traído pelas camorras oficiais”.

Desdobrando um rolo de papel, o tal sujeito que ali parecia ser a personificação da empresa norte-americana ofereceu um retrato quase perfeito do que significava aquela empresa e sua atuação pelo mundo:

Veja. Aqui está a lista das grandes empresas, das grandes companhias, dos grandes bancos e das grandes instituições financeiras direta ou indiretamente ligadas à Standard Oil. Temos aqui 700 e tantas companhias, somando um capital de muitos bilhões de dólares. Sabe o verdadeiro nome da Standard, bobinho? Capitalismo internacional... (LOBATO, 1964, p. 204).

Estamos falando de Monteiro Lobato. Sua multifacetada existência não pode ser perdida de vista. Aqui, mesmo quando falava mais como adido comercial, quando era mais um militante da independência nacional que um crítico literário, seu talento com as palavras nunca deixou de ser posto em ação. Foi através dessa habilidade incontestável que Lobato tentou, entre cartas, artigos e livros, convencer autoridades e cidadãos comuns de que o petróleo existia no Brasil e que deveria ser explorado para o desenvolvimento do país. O quanto “A confissão dos interesses ocultos” tem de factual e o quanto tem de literário, não saberemos. Mas de verossimilhança essa narrativa certamente transborda.

4.2. O destino do petróleo é o destino da nação: qual exemplo seguir?

Como os periódicos brasileiros noticiaram a expropriação do petróleo mexicano? A imprensa nacional usou a medida cardenista como um exemplo para as discussões que aconteciam no Brasil sobre o petróleo? Essas foram algumas das primeiras questões que delinearam os rumos iniciais dessa pesquisa. Seguindo o movimento dos eventos históricos, essas interrogações às evidências foram se alterando de acordo com a leitura dos jornais em paralelo à leitura da bibliografia consultada, originando novas inquietações que nos guiaram durante o processo de pesquisa. Junto a essa dinâmica própria da pesquisa histórica, nos deparamos com a primorosa dissertação do historiador Willian dos Santos Martins, “A imprensa brasileira e a política cardenista (1934-1940)”, que apresentou, através de uma rigorosa análise histórica, a resposta àquelas questões que deram o impulso primeiro a esse estudo.

Willian dos Santos Martins analisou, através dos discursos dos jornais *O Estado de S. Paulo* e do *Correio da Manhã*, a repercussão do governo cardenista nas páginas desses impressos. O historiador concentra seu olhar para algumas ocorrências marcantes do sexênio de Lázaro Cárdenas, como a reforma agrária, as mudanças no âmbito educacional, o nacionalismo econômico, o Pan-americanismo, a Boa Vizinhança e, evidentemente, a expropriação do petróleo. Tendo como norteador que “[...] os discursos produzidos por tais órgãos foram guiados por aspectos ideológicos, bem como pelos interesses daqueles que procuravam formular uma opinião acerca do México revolucionário” (MARTINS, 2015, p. 09), Martins apontou que a orientação liberalista do jornal *O Estado de S. Paulo* e a disposição nacionalista do *Correio da Manhã* determinaram a abordagem que esses impressos realizaram do governo mexicano, evidenciando também o peso que a conjuntura política brasileira dos anos de 1930 possuiu na construção dos discursos e na seleção dos temas que seriam abordados pelos jornais.

Aqui nos interessa, sobremaneira, a análise que Martins realizou do jornal carioca *Correio da Manhã*, que também faz parte de nossas fontes. As conclusões apresentadas pelo historiador nos levarão, por conseguinte, aos novos caminhos traçados por essa pesquisa.

De acordo com os estudos de Martins, o *Correio de Manhã* utilizou a solução dada por Cárdenas ao “problema do petróleo” como um referencial para o governo de Getúlio Vargas. A administração brasileira deveria utilizar a política nacionalista do presidente mexicano como uma forma de proteger o subsolo do país e afastar as ameaças estrangeiras representadas pelas grandes empresas norte-americanas. A defesa do petróleo nacional dos

interesses vindos de fora foi uma reivindicação constante do diretor Costa Rego, que via na proteção do nosso ouro negro a única forma de o Brasil não se transformar em um “novo México” (MARTINS, 2015, p. 83). A orientação nacionalista do periódico viu, portanto, o decreto mexicano como um exemplo digno de ser seguido. Segundo Martins,

Cárdenas foi congratulado devido à sua coragem e força, enquanto o elemento advindo do exterior representava a escravidão e o colonialismo. O presidente mexicano foi retratado como um verdadeiro herói por se opor aos interesses do capital estrangeiro que, na visão dos redatores e colaboradores do *Correio da Manhã*, constituía a força corrosiva diluidora dos propósitos nacionais (MARTINS, 2015, p.135).

As decisões cardenistas, portanto, baseadas em um nacionalismo econômico, político e cultural, foram tomadas e veiculadas nas páginas do diário carioca como um exemplo inspirador a ser seguido pelo governo varguista. O outro periódico analisado por Martins, *O Estado de S. Paulo*, possuiu uma postura oposta ao *Correio da Manhã*, dada a sua orientação liberalista. No entanto, como alertamos na introdução desse estudo, chamou-nos atenção uma matéria publicada na revista *Nova Diretrizes*²⁰⁰. Isso porque a expropriação mexicana não ganhou destaque nas páginas desse periódico – e isso, por si só, já nos serve como indício: o silêncio também é uma forma de posicionamento. No entanto, ao abordar as problemáticas de um nacionalismo que estava sendo instituído por Vargas, o México e, em especial, a expropriação de seu petróleo, apareceram nessa revista como grande exemplo... do que não ser feito.

Intitulado “Utopias Socialistas e perversões do Nacionalismo”, o início da matéria afirmava que a fase de transição pela qual o mundo atravessou no período pós-guerra foi marcada por experiências fracassadas e decepções de utopias. Alguns governos entraram na esfera do socialismo quando abraçaram a ideia de ampliar o poder de intervenção do Estado, com o objetivo de harmonizar e coordenar os interesses privados. Outros exageraram na aplicação do conceito de nacionalismo, cujas vitórias e possibilidades benéficas podiam se perder diante de seu mau uso.

Segundo o autor não identificado, o Estado Novo atravessava um momento de realização de grandes obras, e o exame das nações que cometeram erros e excessos em relação à aplicação do nacionalismo ou dos limites do intervencionismo estatal seria salutar para a renovação dos setores da vida nacional. Era uma espécie de estudo de caso para saber o que não deveria ser feito no Brasil. Seguindo esse raciocínio, o autor decidiu não levar em conta o caso

²⁰⁰ A Revista *Nova Diretrizes* foi fundada em novembro de 1938, no Rio de Janeiro, por Antônio José de Azevedo Amaral, intelectual de direita. Caracterizada principalmente pelos seus artigos de teor político e econômico, o periódico dedicava forte apoio ao Estado Novo. O fundador dessa revista havia participado, até a fundação da *Nova Diretrizes*, da direção de outra revista, a *Diretrizes*, juntamente com Samuel Wainer.

da Rússia, “onde a aplicação radical das ideias socialistas acarretou gigantescos efeitos ruinosos, ao ponto de determinar um retrocesso à barbárie”²⁰¹. Existiam opções de natureza menos extrema, que podiam comprovar os efeitos negativos que o excesso de intervenção estatal na economia e as perversões nacionalistas eram capazes de causar em uma nação.

O México era um desses casos que merecia ser apresentado como exemplo do que não fazer ou como alerta para alterar o sentido do caminho percorrido, sob pena de “declínio da prosperidade de uma nação”. A expropriação do petróleo mexicano é classificada como um ato precipitado e de caráter insólito, uma atitude xenófoba em relação aos capitais estrangeiros que produzia situações incompatíveis com o bem público e os interesses vitais da nacionalidade. O autor menciona a existência de uma “autêntica política nacionalista” contrária ao socialismo de Estado e à má aplicação do nacionalismo econômico, erros esses que o México teria cometido e o Brasil, se atento àquela situação, não chegaria a cometer.

A matéria da revista *Nova Diretrizes* aborda o artigo do publicista mexicano José Luis Requeña, que também foi publicado pelo *Correio Paulistano*, em junho de 1939. Concordando com a visão do jurista, o México devia seu progresso e sua riqueza aos capitais e empreendimentos estrangeiros. A expropriação, resultado da “política colorida por ideias socialistas”, resultou na retração dos capitais estrangeiros e no isolacionismo econômico do México, levando-o, conseqüentemente, ao declínio de sua prosperidade. Lembremos que os camponeses, força motriz da Revolução Mexicana, lutaram pela devolução de suas terras que foram espoliadas para atender à dinâmica capitalista, na qual os capitais estrangeiros eram os personagens principais. Assim, voltamos a questionar: para quem esse progresso estava voltado?

Enquanto a *Nova Diretrizes* defende que “o progresso e a prosperidade dos países novos estão indissolúvelmente vinculados à facilidade de atrair capitais estrangeiros”²⁰², a revista *Diretrizes*²⁰³ publicou uma entrevista com o General Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, a respeito da descoberta do ouro negro em Lobato, que significava a “definitiva emancipação econômica do país”. A matéria não cita o México, mas sim a Argentina e o Uruguai, países onde o General havia recentemente estado, dos quais são

²⁰¹ Revista *Novas Diretrizes*, “Utopias Socialistas e perversões do Nacionalismo”, 09/1939, p. 19

²⁰² Idem

²⁰³ Revista lançada em abril de 1938, dirigida – como dissemos anteriormente – por Samuel Wainer e Azevedo Amaral, no primeiro momento e após o rompimento entre ambos, passou a ser comandada por Wainer e Maurício Goulart. O periódico possuía caráter liberal e democrático, criticava o autoritarismo do regime varguista, no entanto, apoiava as medidas econômicas e sociais desenvolvidas por ele.

extraídos exemplos positivos acerca de suas diretrizes econômicas em relação ao petróleo. Segundo ele,

Observa-se que as duas nações do Prata buscam o monopólio do Estado no setor dos combustíveis líquidos e sente-se que ambas marcham, com segurança, para atingi-lo, por parecer-lhes que essa política é a que melhor se harmoniza com os interesses nacionais. Não existem, portanto, diferenças fundamentais seguidas por esses dois povos irmãos: ambas são nitidamente nacionalistas²⁰⁴.

A Argentina, nesse momento, buscava

Enfeixar nas mãos do Estado todos os trabalhos de pesquisa e lavra, negando novas concessões a particulares e procurando continuamente aumentar sua produção de petróleo bruto, visando libertar-se da importação. Norteia essa política o princípio de que o petróleo é uma riqueza inalienável da Nação e que só a ela cumpre explorá-lo, para proporcionar o máximo de benefícios à Nação²⁰⁵.

Mais do que contrapor o posicionamento das duas revistas, citamos a entrevista do General Horta Barbosa que traz a Argentina como um parâmetro para o futuro petrolífero do Brasil porque isso se repete em discursos de outros sujeitos envolvidos no debate da época e também em matérias dos jornais que analisamos até aqui. Percebemos que as experiências de outros países latino-americanos são mobilizadas para amparar as teses que eram formuladas sobre a melhor forma de construir um Brasil possuidor de petróleo. O *Correio Paulistano*, em uma matéria saturada do discurso patriótico recorrente nesse tema, diz que é um grande “mal dizer” quando “fala-se que nós brasileiros só sabemos imitar e reproduzir as coisas malfeitas que se verificam no exterior”²⁰⁶, porque, por exemplo, para vencer todos os prognósticos negativos lançados sobre a futura indústria petrolífera brasileira, bastava fazer “apenas aquilo que fizeram nossos vizinhos argentinos, isto é, organizar companhias, estudar o subsolo e perfurá-lo, cuidando ao mesmo tempo de impedir a capciosa penetração dos “trusts” internacionais”²⁰⁷. O *Gazeta de Notícias* argumentava na mesma direção, afirmando que “a Argentina deu, em parte, o bom exemplo, protegendo com uma legislação eficaz os reservatórios de Comodoro Rivadavia. Atualmente, a República irmã vive liberta do mercado estrangeiro, o que torna possível organizar a segurança do seu país”.

Ao notarmos que o México não estava sozinho nesse movimento de obter ou retomar o controle sobre as riquezas naturais de seu país, nosso foco foi ajustado para o ponto em que México e Brasil faziam parte de um contexto maior, ao lado de outras nações latino-americanas. A Primeira Guerra Mundial alterou o cenário do petróleo a nível internacional, uma vez que sua influência no resultado do conflito ressaltou a importância do óleo como

²⁰⁴ Revista *Diretrizes*, “O problema do petróleo no Brasil”, 06/1939, p.3

²⁰⁵ *idem*

²⁰⁶ Jornal *Correio Paulistano*, “Vamos dar petróleo ao Brasil!”, 5/03/1937, p.3

²⁰⁷ *Idem*

componente estratégico fundamental dentro do quadro de segurança geopolítica das nações. A luta pela posse das reservas petrolíferas tornou-se ainda mais intensa, partindo das grandes empresas internacionais que já exploravam o petróleo nos grandes países produtores, mas que agora esbarravam em uma nova postura vinda dos países explorados. Junto com a declarada importância dessa riqueza mineral para a garantia da proteção, da soberania e do desenvolvimento dos países, veio também a crescente formação de uma consciência anti-imperialista nas nações que viam o petróleo de seu subsolo sendo extraído e direcionado ao exterior sem ganho algum para os seus.

Pequena, porém, significativa, uma matéria do *Gazeta de Notícias* parece contemplar esses pontos que abordamos:

O petróleo é, hoje, no mundo, um elemento vital na paz e na guerra. Nações poderosas procuram avidamente deter poços do rico combustível. A diplomacia deseja traçar a distribuição do petróleo de maneira a assegurar um “equilíbrio econômico” em concordância com um “equilíbrio político”. A história é mestra da vida. País novo, o Brasil tem o dever de encarar a situação econômica do mundo, decorrente da luta pelo petróleo, para sancionar uma legislação nacionalista, como o fez a República Argentina. Esperamos que o nosso governo se prepare, habilmente, contra o futuro. O México, como todos sabem, foi rudemente sacrificado. A Constituição de 1917 foi uma reação heroica, mas veio tarde ²⁰⁸

Essa matéria foi publicada em março de 1936, ano em que as tensões que resultaram na expropriação do petróleo mexicano tiveram início. Ela se refere, portanto, à situação vivida pelo México antes do conflito petrolífero. Isso nos permite compreender que toda a trajetória mexicana dentro da indústria do petróleo é tomada como advertência para que o Brasil não seja “rudemente sacrificado” como aquele país, cuja Constituição, essencialmente nacionalista, apesar de representar uma “reação heroica”, já não era mais vista como capaz de reverter a situação. Evidentemente, por olharmos os acontecimentos depois que foram concluídos, podemos afirmar que a Constituição não resultou em uma reação tardia e, portanto, insuficiente. Porém, aqueles sujeitos tinham, diante de si, um país dominado pelas empresas estrangeiras, cujo poder direcionava os caminhos de uma Nação de acordo com os seus interesses.

Em um artigo de Jeronymo Monteiro no *Correio Paulistano*, é bastante evidente o papel da Argentina como um exemplo a ser seguido pelo Brasil. Para o articulista, o contraste entre os dois países em relação ao petróleo era doloroso, pois

Esse mineral transformou-se, para os argentinos, numa incomensurável fonte de riqueza, que vai em progresso constante (iniciaram-se as explorações, praticamente, em 1917 com 0 m³ e com 0 pesos. Em 1935 está a Argentina com um ativo de quase 1.000.000 m³ de petróleo extraído e mais de 350.000.000 de pesos de capital empregado), ao passo que nós nos detemos, até hoje, em discussões estéreis e prejudiciais, sem nada fazer, comprometendo a nossa economia, roubando o bem-estar do futuro da nação e fazendo exatamente o que os “trusts” tanto desejam – não

²⁰⁸ Jornal *Gazeta de Notícias*, 5/03/1936, p.6

perfurarmos, não explorarmos, não nos interessarmos pelo petróleo, afirmamos, pelo contrário, que o petróleo aqui não existe!²⁰⁹.

Expondo alguns dados apresentados pelo relatório do Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), empresa Argentina responsável pelo controle da indústria petrolífera desse país, o articulista evidenciou a proximidade entre as realidades do Brasil e da Argentina, para depois ressaltar a diferença com a qual essas nações encaravam o petróleo. Segundo Jeronymo Monteiro, na Argentina também houve uma luta pelo petróleo, “lá também os “trusts”, na sua faina incansável de reduzir todos os países a escravidão, fizeram o que lhes foi possível”. Enquanto, naquele país, o problema do petróleo dizia respeito a um problema de produção, no Brasil esse problema consistia ainda em averiguar se o país tinha ou não petróleo. Enquanto a Argentina estava ciente da necessidade do óleo para a soberania econômica da Nação e para garantia de sua potência militar, o Brasil colocava nas mãos de “dois técnicos estrangeiros cuja desonestidade já foi provada, cujo interesse em prejudicar o Brasil já é do conhecimento de todos”²¹⁰ a resolução de seu problema petrolífero. Citando o livro de Monteiro Lobato, que havia provado a desonestidade dos técnicos, o jornalista afirmou que, no Brasil, “protegem-se os que nos manietam e manietam-se os que querem nos proteger”²¹¹, em uma clara crítica ao Ministério da Agricultura.

Jeronymo destacou algumas passagens do relatório argentino sobre as quais os “nossos homens de Estado” deveriam meditar profundamente. Uma delas se encontrava logo nas primeiras páginas do documento em questão e dizia que

O Estado passa a ocupar, desde agora, uma posição dominante como produtor de petróleo, ou seja, na fase primordial do problema dos combustíveis, já que a destilação, o transporte e a venda constituem aspectos secundários com relação ao mesmo problema. A esta posição chegamos graças a recursos nitidamente nacionais: jazidas próprias, capital nacional, técnicos e peritos argentinos. O país pode, em consequência, considerar desde já, com absoluta tranquilidade, os problemas da segurança militar e de soberania econômica, pois eles têm relação – e têm-na no mais alto grau – com a produção de combustíveis líquidos nacionais²¹²

O controle do próprio petróleo aparece como garantia da soberania econômica e da segurança militar, dois pontos de importância crescente no cenário mundial. Todos os discursos em torno do petróleo, tanto no Brasil – para provar a necessidade de encontrar, explorar e tornar-se dono de suas reservas petrolíferas – quanto no México, como uma das muitas justificativas para a expropriação, abordaram esses aspectos com grande destaque. Os países de onde provinham as grandes empresas de petróleo também aderiram a esse discurso, apesar de terem sua segurança militar e sua soberania econômica muito à frente das nações que exploravam. Esse é um aspecto ressaltado pelo Relatório da YPF e destacado pelo articulista: “o país tem o dever de se situar fora

²⁰⁹ Jornal *Correio Paulistano*, “O petróleo na Argentina e no Brasil”, 4/10/1936, p. 4

²¹⁰ Idem

²¹¹ Jornal *Correio Paulistano*, “O petróleo na Argentina e no Brasil”, 4/10/1936, p. 4

²¹² idem

do jogo dos interesses do exterior em matéria de petróleo, tornando-se independente à pressão de organizações estrangeiras, cuja gravitação foi, em outras partes, fundamentalmente perturbadora”²¹³.

A Argentina segue citada como um país latino-americano que soube traçar o melhor caminho em matéria de petróleo. Havia se livrado do julgo das companhias estrangeiras e se tornado independente e soberana. No *Gazeta de Notícias*, lemos que “a Argentina conseguiu resolver o problema do seu abastecimento de petróleo de maneira digna de imitação”²¹⁴, em uma matéria que trata sobre a criação do Conselho Nacional de Petróleo.

O petróleo argentino foi descoberto em 1907, quando ainda não havia uma legislação específica para esse hidrocarboneto. As atividades petrolíferas estavam, portanto, sob o Código de Mineração de 1886. Esse documento determinava que o óleo pertencia à Nação ou às províncias, de acordo com a localização dos depósitos encontrados, enquanto sua exploração ficava a cargo dos particulares. Até esse período, a principal matriz energética da Argentina era o carvão, importado 95% da Inglaterra. Assim, a possibilidade de ter um combustível em solo argentino capaz de substituir o carvão entrou para a pauta do dia do Estado, que reservou para si uma área de exploração restringindo os pedidos de pesquisa por particulares naquele espaço.

De acordo com Juan Manuel Goy (2015), o nacionalismo petroleiro nasceu com a presidência de Roque Sáenz Peña (1910-1914), responsável por decretar que a exploração do petróleo na zona de reserva seria efetuada pela administração estatal, barrando a iniciativa privada. Foi criada a Dirección General de Explotación del Petróleo, embrião da YPF, com a finalidade de regular as atividades das empresas estrangeiras que já começavam a se estabelecer no país. A YPF, por conseguinte, foi fundada durante o governo de Hipólito Yrigoyen (1916-1922 e 1928-1930), em 1922, e comandada pelo engenheiro General Mosconi. Desde o início, a YPF realizou todas as atividades fundamentais para a exploração do petróleo, obtendo o monopólio legal do óleo enquanto figurou como Sociedade do Estado (GOY, 2015, p. 13). A Standard Oil e a Royal Dutch Shell começaram suas operações no país entre 1910 e 1915 e, apesar da considerável participação dessas multinacionais na indústria petroleira argentina, segundo Goy, a produção da empresa estatal sempre superou a do setor privado, “lo que de hecho era el objetivo buscado por Mosconi: el fisco debía contar con una gran empresa, para poder hacer frente a reclamos individuales que fueran contra el interés general del país” (GOY, 2015, p. 13).

Dessa maneira, inferimos que o caminho que o Brasil deveria seguir, na visão dos periódicos que citam a Argentina como um exemplo positivo, consistia na criação de uma empresa estatal que abarcasse todas as etapas do processo petrolífero. Apesar da presença das companhias

²¹³ Jornal *Correio Paulistano*, “O petróleo na Argentina e no Brasil”, 4/10/1936, p. 4

²¹⁴ Jornal *Gazeta de Notícias*, “O petróleo nacional”, 30/12/1938, p. 7

estrangeiras, o controle da indústria deveria permanecer nas mãos do Estado, que priorizava o interesse nacional.

O *Correio da Manhã* publicou uma matéria mostrando como os meios norte-americano e britânico viram a criação do Conselho Nacional de Petróleo. Segundo essa publicação, enviada por um correspondente da Associated Press no México,

Os comerciantes de petróleo britânicos e norte-americanos diziam hoje que mediante o estabelecimento de um Conselho Nacional para regular a indústria do petróleo, o Brasil, país de origem conservadora, seguiu as pegadas do seu irmão esquerdista, o México. Acredita-se, entretanto, nos mesmos círculos, que nem o Brasil nem qualquer outro país sul-americano chegarão ao gesto extremo que teve o México no mês passado, quando decidiu confiscar propriedades de dezessete companhias estrangeiras²¹⁵.

De acordo com a matéria, os países sul-americanos não imitariam a atitude mexicana ao ver a série de dificuldades que esse país começava a enfrentar como consequência de sua “atitude extrema”. Sabemos, no entanto, que o posicionamento do *Correio da Manhã* em relação à expropriação mexicana era justamente o oposto, vendo o decreto de Lázaro Cárdenas como uma medida a ser seguida pelo governo de Getúlio. É perceptível que qualquer iniciativa de intervenção de um Estado latino-americano na indústria do petróleo – mesmo que essa ainda não existisse, como era o caso do Brasil – já era vista como ameaçadora aos países e às empresas estrangeiras que dominavam a exploração do petróleo a nível mundial.

As hipóteses levantadas no início dessa pesquisa acreditavam que a expropriação do petróleo mexicano seria tomada como grande modelo para as discussões desenvolvidas no Brasil acerca do ouro negro, dada a importância que essa medida possuiu no México. Elas foram, em parte, confirmadas muito mais através dos estudos de Willian dos Santos Martins do que através da leitura das fontes por nós selecionadas. Essas fontes, no entanto, nos encaminharam a outra reflexão não menos importante, relativa à presença e à dominação das empresas estrangeiras de petróleo nos países latino-americanos.

Além de a Argentina ter sido mencionada como exemplo a ser seguido, a Venezuela, a Bolívia e a Guerra do Chaco também foram invocadas para alertar o Brasil dos perigos que a indústria do petróleo guardava em seu seio. Eram alertas sobre as possibilidades de futuro caso o Brasil não se posicionasse diante da iminente descoberta do petróleo em seu subsolo. Uma vez que os “trusts” de petróleo tão recorrentemente citados eram ameaças reais às chances de o Brasil conseguir efetivar sua independência econômica e sua soberania frente ao mundo, observar as experiências dos países vizinhos parecia ser um exercício de previsão do futuro. Se a expropriação do petróleo mexicano significou a libertação do país da dominação das grandes empresas

²¹⁵ Jornal *Correio da Manhã*, “O Conselho Nacional para regular a indústria do petróleo no Brasil”, 1/05/1938, p.1

petrolíferas mundiais e a retomada de seu controle sobre sua própria riqueza mineral, porque ela não ganhou maior destaque como paradigma para o Brasil?

As ocorrências sobre o petróleo argentino na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital são enormemente inferiores se comparadas às ocorrências mexicanas. O processo de nacionalização do petróleo no México foi acompanhado regularmente por esses periódicos, enquanto o surgimento da YPF, por exemplo, não parece ser observado com a mesma periodicidade. Isso nos leva a pensar se os periódicos consideravam que veicular os principais acontecimentos relativos ao processo da nacionalização mexicana já consistia em uma espécie de lição para o Brasil. Lição de um país que, por décadas, foi explorado e dominado pelas empresas estrangeiras e que, para reverter sua situação, precisou lançar mão de uma medida que traria consigo consequências talvez difíceis de reverter. Outra possibilidade que surge diz respeito à forma como a indústria do petróleo surgiu em cada um desses países. No México, desde o princípio, o ouro negro foi explorado com a presença das companhias estrangeiras, que foram dominando o ramo através de facilidades concedidas pelo governo de Porfírio Diaz, por exemplo. Vimos que, na Argentina, logo após o descobrimento do petróleo, já houve movimentos do Estado a fim de participar dessa indústria e restringir a participação das iniciativas privadas, culminando pouco tempo depois no surgimento de uma empresa que detinha o monopólio do ramo.

Colocadas lado a lado, o trajeto percorrido por essas duas nações pode ter influenciado a Argentina a figurar mais como exemplo de sucesso na indústria petrolífera do que o México. Aquele país havia se protegido da dominância dos “trusts” estrangeiros desde o princípio – apesar de permitir a presença das empresas norte-americanas e britânicas, o Estado argentino permaneceu como principal detentor do processo petrolífero no país – enquanto o México havia permitido a exploração do seu subsolo pelas grandes companhias que dominavam o petróleo do mundo por décadas. Ou seja, apesar de os mexicanos terem revertido sua situação, os argentinos nem tinham passado por ela. O Brasil ainda estava em busca do petróleo em seu subsolo, e ainda era possível seguir os passos da Argentina e não permitir, desde o início, que os “trusts” drenassem o ouro negro do país, como o fizeram nas terras astecas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo de Lázaro Cárdenas ocupou, sem dúvidas, espaços importantes nas folhas dos periódicos brasileiros. A nossa pesquisa procurou analisar uma das medidas mais impactantes e ressonantes do sexênio cardenista a partir da perspectiva de que a compreensão desse período passa, necessariamente, pelo entendimento dos aspectos que permearam a construção do Estado Mexicano pós-revolucionário. A expropriação das companhias de petróleo não significa apenas uma medida política de cunho econômico, mas sobretudo, representa a luta de operários e de um país periférico contra os grilhões do imperialismo que a todos e a tudo explora. A história da construção do Estado Mexicano após os anos de lutas revolucionárias não pode ser contada sem a presença dos países estrangeiros, sem a cobrança dos camponeses pela devolução de suas terras espoliadas e sem a demanda dos operários por melhores condições de trabalho.

Percebemos a importância das organizações populares para a construção de um Estado forte, principalmente dos sindicatos que Cárdenas incentivava a criação. O papel que esses organismos desempenharam durante a presidência de Lázaro foi alvo de inúmeras críticas, porém concordamos com o posicionamento de Allan Knight, segundo o qual a relação entre o Estado e as organizações populares era bidirecional. No caso da expropriação, por exemplo, os sindicatos consideravam sua aliança com o governo como uma manobra tática, evidenciando que esses sujeitos não eram manipulados por um Estado maquiavélico, mas que estavam cientes de suas reivindicações e suas formas de luta.

Esses mesmos sujeitos históricos, camponeses e operários, apesar de não estarem presentes durante as reuniões nas quais a Constituição de 1917 foi elaborada, tiveram suas reivindicações presentes através dos artigos 27 e 123 da lei principal mexicana. Evidentemente, entre a lei e a sua efetivação existiram descaminhos, mas é preciso destacar a importância desse documento para a sociedade mexicana e, principalmente, para o governo de Lázaro Cárdenas, uma vez que esse sexênio possuiu como um de seus principais objetivos a concretização das disposições sociais e revolucionárias contidas na Constituição de 1917.

Vimos que a expropriação do petróleo mexicano, baseada na Constituição, no Plano Sexenal e na Lei de Expropriação, gerou ampla repercussão e diferentes reações nos países de onde vinham as principais empresas nacionalizadas. Através do estudo da postura dos Estados Unidos e da Inglaterra, procuramos compreender tanto o contexto mundial no qual a expropriação se desenrolou, quanto o papel dos países dentro desse cenário. A iminência da Segunda Grande Guerra e a expansão do fascismo orientou as condutas dos setores

estadunidenses em relação ao México. A Inglaterra viu sua antiga autoridade de potência imperialista anulada e seus interesses subordinados a força dos Estados Unidos. Todo o conflito acerca do petróleo mexicano, desde a primeira tentativa de aumentar os benefícios dessa indústria para o país – com a implementação de um imposto por Francisco Madero – até a expropriação, se desenvolveu entrelaçada pelo imperialismo.

Essa questão, no entanto, não apareceu nas matérias sobre a expropriação do petróleo nos periódicos brasileiros. Dentro de tantos acontecimentos diários e mundiais, a nacionalização foi acompanhada com frequente periodicidade pelos jornais analisados, o que já nos diz muito. A escolha do que vai se tornar notícia, do que vai continuar aparecendo nas folhas dos impressos é um indício precioso sobre o peso que o grupo responsável pela elaboração do periódico oferece a determinado fato. Encaramos a problemática das matérias acerca da expropriação serem provenientes de agências de notícias e compreendemos as sutilezas que essa análise exige. Como se houvesse um discurso contido nas entrelinhas, um discurso opaco que liga as notícias entre si. A escolha de cada uma dessas notícias pode ter se orientado através de uma palavra que melhor representasse a opinião desses jornais. Somado a publicação esparsa de um pequeno artigo assinado ou não, a citação do México como um exemplo de caos no âmbito econômico ou de força por ter se livrado do julgo imperialista das empresas internacionais, tudo isso contribui para a construção de um posicionamento político através das matérias vindas das agências internacionais de notícias.

O imperialismo se torna personagem principal, com os holofotes voltados para si, quando tratamos das questões sobre o petróleo no Brasil. O *Correio Paulistano*, por ser o jornal no qual Monteiro Lobato participou como colaborador, foi o que mais abordou os “trusts” internacionais e os “interesses ocultos” que agiam sobre o encontro do petróleo no subsolo brasileiro. No entanto, as polêmicas iniciadas pelo literato com o ministro da Agricultura e a suspeita de ação das empresas de petróleo estrangeiras também são pauta de diversos artigos assinados pelos redatores e diretores do *Correio da Manhã* e do *Gazeta de Notícias*. Todos os jornais analisados se posicionaram a favor de uma política nacionalista que protegesse o petróleo brasileiro do domínio dos interesses estrangeiros. Entretanto, para isso, usaram a Argentina como exemplo de um país que soube construir a tempo uma legislação que garantisse os benefícios do ouro negro para o próprio país. O México, ao contrário do que tínhamos como hipótese inicial, não foi um exemplo que pudesse servir como parâmetro em virtude do temor a um conflito aberto com os Estados Unidos. Dessa forma é pouco mencionado como parâmetro e quando o é, configura mais como um parâmetro de solução tardia para o problema do petróleo que o Brasil buscava resolver.

6. BIBLIOGRAFIA

Jornal *Correio da Manhã*. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Digital Nacional (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

Jornal *Correio Paulistano*.. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Digital Nacional (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

Jornal *Gazeta de Notícias*. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Digital Nacional (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>)

CABRERA, Luís. **Balance de la Revolución**. 1931. Disponível em: <<http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1936-REV-LC.html>>. Acesso em: 23 agos. 2016

CABRERA, Luis. **Revolución de Entonces y Revolución de Ahora**. 1936. Disponível em: <<http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1936-REV-LC.html>>. Acesso em: 23 agos. 2016

CÁRDENAS, Lázaro. **Toma de posesión de Lázaro Cárdenas**. 1934. Disponível em: <<http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1934DTP.html>>. Acesso em: 27 jun. 2016

_____. **Palabras sobre el conflicto obrero-patronal ante una manifestación de 18,000 trabajadores**. 1936. Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1936POP.html> Acesso em: 27 jun. 2016

_____. **Discurso con motivo de la expropiación petrolera**. 1938. Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1938MEP.html> Acesso em: 3 abr. 2016

_____. **Palabras sobre el conflicto obrero-patronal ante una manifestación de 18,000 trabajadores**. 1936. Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1936POP.html> Acesso em: 3 abr. 2016

_____. **Respuesta a las Cámaras de Comercio**. 1936. Disponível em: <<http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1936RCC.html>>. Acesso em: 3 abr. 2016

_____. **Los catorce puntos**. 1936. Disponível em: <http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1020081194/1020081194_032.pdf>. Acesso em: 2 out. 2017

_____. **Documentos Escogidos**. 2014. Disponível em: <http://biblioteca.diputados.gob.mx/janium/bv/md/LXII/lazcar_doc_esco.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

CARRANZA, Venustiano. **Discurso Inaugural al Congreso Constituyente**. 1916. Disponível em: <<http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1916DCC.html>>. Acesso em: 04 ago. 2016

CALLES, General Plutarco Elías. **Declaraciones del señor General Plutarco Elías Calles ante el Bloque Nacional Revolucionario**. 1935. Disponível em: <<http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1935DPE.html>>. Acesso em: 27 jun. 2016

TOLEDANO, Vicente Lombardo. **Discurso de clausura en el acto de fundación de la CTM**. 1936. Disponível em: <<http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1936 DCTM.html>>. Acesso em 27 jun. 2016

_____. **El Plan Sexenal de Gobierno**. 1934. Disponível em: <http://aleph.academica.mx/jspui/bitstream/56789/11770/1/DOCT2064729_ARTICULO_3-1.PDF>. Acesso: 13 jun. 2016

_____. **El Pueblo de México y las compañías petroleras**. 1938. Disponível em: <<http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1938-LTV-DiscCTM.html>>. Acesso em: 25 mar. 2016

TROTSKY, León. **México y el Imperialismo Británico**. 1938. Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1937%20Mex-ImpB-Trotsky.html> Acesso em: 16 abr. 2016

MÉXICO. **Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos**: promulgada el 5 de febrero de 1917. Segunda edición Ediciones Facsimilares del Comite de Asuntos Editoriales. México, 1991.

REVOLUCIONÁRIO, Partido Nacional. **Plan Sexenal**. 1933. Disponível em: <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1933PSE.html> 28 mar. 2016

REFERÊNCIAS

ABÁSOLO, Ezequiel. **A incorporação do direito do direito de greve na constituição mexicana de 1917**. 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/22956> Acesso em: 23 mar. 2017

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Monteiro Lobato e a emergência da política do petróleo no Brasil**. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228462634_Monteiro_Lobato_ea_emergencia_da_politica_do_petroleo_no_Brasil>. Acesso em: 01 maio 2018

BAUTISTA, Jorge Martín Trujillo. **El ejido, símbolo de la Revolución Mexicana**. 1992. Disponível em: <http://www.ub.edu/medame/PSTrujillo.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2016

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. **A Revolução Mexicana**. São Paulo. Unesp, 2010.

BARBOSA, Tatiane Pereira. **A visão do negro na literatura de Monteiro Lobato**. Instituto Superior de Educação da Faculdade Alfredo Nasser, licenciatura em Letras, 2010. 24pgs.

BESUSÁN, Graciela; Middlebrook, Kevin J. **Sindicatos y política en México: cambios, continuidades y contradicciones**. México. FLACSO México, 2013

BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e Historiografia, in: **Cultura Política, Memória e Historiografia**. AZEVEDO, Cecília. ROLLEMBERG, Denise. KNAUSS, Paulo. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. QUADRAT, Samantha Viz (org). Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2009.

BROWN, Jonathan C.. **Ciclos de sindicalización en las compañías extranjeras**. Disponível em: [http://www.economia.unam.mx/amhe/memoria/simposio20/Jonathan BROWN.pdf](http://www.economia.unam.mx/amhe/memoria/simposio20/Jonathan%20BROWN.pdf)

CAMARENA, Mario; REVUELTAS, Gilda Cruz; EBERGENY, Ingrid; Fernández A. Susana; Novaro, Beatriz; Sandoval, Roberto; Urías, Margarita; Uttholf, Maria de la Luz. **Del Leviatán al viejo topo: historiografía obrera en México, 1920-1930**. Disponível em:

<<http://www.estudioshistoricos.inah.gob.mx/revistaHistorias/?p=57>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **História Política**. 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2016/1155>>. Acesso em: 15 set. 2016

_____. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/118188/mod_resource/content/1/Capelato - Multidões em Cena.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/118188/mod_resource/content/1/Capelato_Multidões%20em%20Cena.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação, in: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999

_____. **O controle da opinião e os limites da liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945)**. 1992. Disponível em: <<file:///C:/Users/Larissa/Documents/DISSERTA%C3%87%C3%83O/mariahelena.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017

_____. Populismo latino-americano em discussão, in: FERREIRA, Jorge (org). **O Populismo e sua história. Debate e crítica**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CÁRDENAS, Enrique. **La política económica en la época de Cárdenas**. Disponível em: http://www.aleph.org.mx/jspui/bitstream/56789/5910/1/DOCT2065086_ARTICULO_4.PDF

CARVALHO, Celso Junior. **Monteiro Lobato e a descoberta de petróleo no Brasil: desafios e possibilidades de estudo**. 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1336581885_ARQUIVO_CelsoCarvalho_Textocompleto_ANPUH2012_DOC.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017

CARVALHO, Daniel Alencar de. **Monteiro Lobato Escreve a Getúlio Vargas: Experiência política e narrativas sobre o petróleo no Brasil (1930-41)** 2017. Disponível em: <http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1493768366_ARQUIVO_ARTIGODANIELEHON.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.

CÓRDOVA, Arnaldo. **La política de masas y el futuro de la izquierda en México**. 1979. Disponível em: <http://cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.19/CP19.4.ArnaldoCordova.pdf> >. Acesso em: 12 dez. 2017.

CRIPA, Ival de Assis. **Populismo e Participação Popular na Política Mexicana durante o governo Cárdenas (1934-1940)**. 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/30/30> Acesso em: 29 jun. 2016

DELABRE, Raúl Trejo. História del movimiento obrero en México, 1860-1982. In: **História del movimiento obrero em América Latina**. México. Siglo XXI, 1984. p. 11-81

DIAS, Natally Vieira. O México como “lição”. **A Revolução Mexicana nos grandes jornais brasileiros e argentinos**. 2009. 219 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. 2008. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30112009-110850/publico/TEREZA_MARIA_SPYER_DUCI.pdf Acesso em: 25 abr. 2016

ESPASA, Andreu. **La conexión mexicana: Cárdenas, Roosevelt y la Guerra Civil Española**. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0185262017300075>>

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Nova "Velha História": O Retorno da História Política**. 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1937/1076>>. Acesso em: 16 set. 2015.

GARCÍA, Alejandro. **Apuntes históricos sobre la clase obrera en México**. Disponível em: <http://revistas.um.es/analeshc/article/viewFile/107531/102181>

GOMES, Angela Maria de Castro. **História e historiadores: a política cultural do estado novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996

GOY, Juan Manuel. **Revalorización de la Marca YPF**. 2015. Disponível em: <<http://racimo.usal.edu.ar/4743/>>. Acesso em: 17 out. 2018.

IANNI, Octavio. *Diplomacia e Imperialismo na América Latina*. São Paulo: Caderno CEBRAP, nº12, 1973.

MORAES, Isaias Albertin. **A Política Externa de Boa Vizinhaça dos Estados Unidos para América Latina no contexto da Segunda Guerra Mundial**. 2008. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1110/1/2008_IsaiasAlbertinMoraes.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2017

JIMÉNEZ, Alfonso Serna. **El movimiento campesino en México: una identidad fragmentada**. 1996 Disponível em: http://pa.gob.mx/publica/cd_estudios/Paginas/autores/serna jimenez alfonso el mov campesino en mexico.pdf Acesso em: 12 mar. 2016

KATZ, Friedrich. **EL CAMPESINADO EN LA REVOLUCIÓN MEXICANA DE 1910**. 1976. Disponível em: <http://aleph.academica.mx/jspui/bitstream/56789/5974/1/DOCT2065116_ARTICULO_8.PDF>. Acesso em: 12 mar. 2016.

KNIGHT, Allan. Cardenismo: ? coloso o catramina? In: Mackinnon, M. María, Petrone, A. Maria (org). **Populismo y neopopulismo en America Latina: el problema de la Cenicienta**. Buenos Aires. Eudeba, 2011. Cap.VI, p. 197-231.

LAGUARDIA, José Maria García. **El constitucionalismo social y la constitucion mexicana de 1917: Un texto modelo y precursor**. 1993. Disponível em: <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/7/3447/5.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016

LASTRA, José Manuel. **El sindicalismo en México**. Disponível em: <http://www.spaujed.org/modulos/Sindicalismo_en_Mexico.pdf> Acesso em: 26 set. 2016

LUCA, Tania Regina de. **Leituras, Projetos e (Re)Vista(S) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo. Editora Unesp. 2011

LEMOS, Andréia Cordeiro de Miranda. **OURO NEGRO: a importância do petróleo do Oriente Médio para a hegemonia americana durante o primeiro mandato de George Walker Bush**. 2008. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292046>. Acesso em: 12 out. 2018

LOBATO, Monteiro. **O Escândalo do petróleo e do ferro**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1964.

OLIVEIRA, Lucia Lippi,; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MATTOS, José Luciano de; e QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil**. Uma história da Petrobrás. Rio de Janeiro. CPDOC. Petrobrás, 1993.

MATUTE, Álvaro. **Los actores sociales de la Revolución Mexicana en 20 años de historiografía**. Disponível em: http://www.revistadelauniversidad.unam.mx/ojs_rum/index.php/rum/article/view/13085
Acesso em: 23 mai. 2016

MANTECÓN, Verónica Vázquez. **Lázaro Cárdenas en la memoria colectiva**. Disponível em:
<http://148.206.107.15/biblioteca_digital/estadistica.php?id_host=6&tipo=ARTICULO&id=5811&archivo=8-385-5811lpy.pdf&titulo=Lazaro Cardenas en la memoria colectiva>. Acesso em: 15 set. 2015

_____. **La polémica en torno a la democracia durante el cardenismo**. 1999. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/267/26701104.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015

_____. **Anarquismo y solidaridad en San Angel, 1920**. 1993. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/267/26700318.pdf>

MARTINS, Willian dos Santos. **A imprensa brasileira e a política cardenista (1934-1940)**. 2015. 156f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

MARTINS, Ana Luiza. Luca, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo. Editora Contexto. 2008

MACKINNON, Maria Moira. Petrone, Maria Alberto (org). **Populismo y Neopopulismo en America Latina. El problema de la Cenicienta** Buenos Aires. Eudeba, 2011.

MEDIN, Tzvi. **Ideología y praxis política de Lázaro Cárdenas**. 2ed. México. Editora Siglo Veintuno. 1974

MEYER, Lorenzo. **Las raíces del nacionalismo petrolero en México**. 2ed. Editora Oceano. México. 2009.

_____. **México para los mexicanos. La Revolución y sus adversarios**. El Colégio del México. México, 2013.

COSÍO, Lorenzo Meyer. **El conflicto petrolero entre México y los Estados Unidos (1917-1920)**. 1966. Disponível em: <http://aleph.academica.mx/jspui/bitstream/56789/22894/1/06-024-1966-0425.pdf> Acesso em: 12 jan. 2016

_____. **LOS LIMITES DE LA POLITICA CARDENISTA: LA PRESION EXTERNA**. 1971 Disponível em: http://www.revistadelauniversidad.unam.mx/ojs_rum/index.php/rum/article/view/16048> Acesso em: 17 abr. 2015

MEYER, Jean. **Los obreros en la Revolución Mexicana:: Los "batallones rojos"**. Disponível em: http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/BC12YUVY2EL443M7AF82MQKX22AN92.pdf Acesso em: 5. Mai. 2016

MICHELS, Albert. **Cárdenas y la lucha por la independencia económica de México**. Disponível em: http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/P3JUUFF4TSLTBH4VS969U7Y42DT8CB7.pdf>.

MROZIEWICZ, Robert. **El problema campesino en la Revolución Mexicana**. 1972. Disponível em: http://www.ikl.org.pl/Estudios/EL01/el01_01_mroz.pdf Acesso em: 22 jan. 2016 Acesso em: 29 mai. 2016

NAVAJAS, María José. **Los trabajadores y la movilización política de 1909-1910. Un acercamiento a la sociabilidad popular**. 2007. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-28722008000100005. Acesso em: 29 mai. 2016

PINHEIRO, Maria Cláudia Bucchianeri. **A Constituição de Weimar e os direitos fundamentais sociais: A preponderância da Constituição da República Alemã de 1919 na inauguração do constitucionalismo social à luz da Constituição Mexicana de 1917**. 2006. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92449/PinheiroMaria.pdf?sequence=2>. 5 jun. 2017

PINSKY, Carla Bassanezi.(org). **Fontes Históricas**. 2ed. São Paulo. Contexto, 2010.

POLANCO, Héctor Días. **Análisis de los movimientos campesinos**. Disponível em: <https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/nueva-antropologia/article/view/14896/13301> Acesso em: 13 mai. 2016

PRADO, Adonia Antunes. **O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma revolução Agrária do Sul**. Estudo Sociedade e Agricultura. Pag.144-174. 2003.

PROST, Antoine. “O cultural e o social indissociavelmente” *in*: Rioux, Jean-Pierre; Sirinelli, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998

REMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2003.

SMANIOTTO, Edgar Indalecio. **O presidente negro: síntese do pensamento racista de Monteiro Lobato**. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-presidente-negro-sintese-pensamento-racista-de-monteiro-lobato/> Acesso em: 19 out. 2016

SEGÓVIA, Rafael. **El nacionalismo mexicano**: los programas políticos revolucionarios (1929-1964). Disponível em: <<http://cdigital.dgb.uanl.mx/la/1020081340/1020081340.PDF>>. Acesso em: 28 out. 2015

SERBIN, Andrés. **Regionalismo y soberanía nacional en América Latina**: Los nuevos desafíos. 2010. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2010/09/Documentos-15-web.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

SOUZA, Jorge José Barros de. **O labirinto da solidão**:: os caminhos e descaminhos da Revolução Mexicana. 2012. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/04.Jorge_Jose_Barros_0.pdf

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ed. Rio de Janeiro. Mauad, 1999. 15

SOLÍS, Leopoldo. **La política económica y el nacionalismo mexicano**. 1969. Disponível em: http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/E2DI549CM6BC4HMJ7JUJJAG7M9FP6B.pdf Acesso em: 16 out. 2015

STANLEY, Myriam. **EL POPULISMO EN AMÉRICA LATINA**. Disponível em: <http://rephip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/306/Stanley_Anuario_5.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 set. 2015

SILVA, Rafael Pavani da. **A Revolução Mexicana e as tentativas de legitimação do poder nos discursos presidenciais de Lázaro Cárdenas (1934-1940)**. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

SHIAVON, Jorge A.. **Sobre contagios y remedios**:: el New Deal y su impacto sobre la administración cardenista. 2002. Disponível em: <http://revistaiztapalapa.izt.uam.mx/index.php/izt/article/view/498> Acesso em: 12 jun. 2017

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor**. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

TOBLER, Hans Werner. **La Revolución Mexicana. Transformación Social y Cambio político**, 1876-1940. 1994. México. Alianza Editorial.

TORRES, Dr. Óscar Flores. **La política agraria en Nuevo León durante el Maximato, 1928-1933**. Disponível em: <<http://eprints.uanl.mx/10912/>>. 10 mai. 2016

VILARINO, Ramon Casas. **Imperialismo e petróleo: a formação dos trustes e do cartel internacionais**. 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/viewFile/18583/13783>>. Acesso em: 11 fev. 2017 24 out. 2016

V.I. Lenin. El Imperialismo, etapa superior del Capitalismo. Buenos Aires, Editorial Anteo, 1972

WALTER, Jane. **Lázaro Cárdenas y la fuerza trabajo: tres huelgas en 1936**. 1984. Disponível em: http://www.estudioshistoricos.inah.gob.mx/revistaHistorias/wp-content/uploads/historias_5-67-108.pdf. Acesso em: 30 mar. 2017